



SEPLAN

SECRETARIA  
DO PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO



**GOVERNO DO  
ESTADO DE GOIÁS**  
Desenvolvimento com Responsabilidade

# CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA

Boletim Trimestral

15

Setembro - 2010

**GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**

Alcides Rodrigues Filho

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO**

Oton Nascimento Júnior

**CHEFE DE GABINETE**

Eduardo Rios Cardoso

**SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO**

Lillian Maria Silva Prado

**CONSELHO EDITORIAL**

Júlio Alfredo Rosa Paschoal

Eduiges Romanatto

Lillian Maria Silva Prado

Paulo Borges Campos Jr.

**COORDENAÇÃO**

Marcos Fernando Arriel

**EQUIPE TÉCNICA**

Alex Salvino Dias

Dinamar Maria Ferreira Marques

Lillian Maria Silva Prado

Marcos Fernando Arriel

**Capa e Diagramação**

Alex Salvino Dias

**Publicação via web**

Oscar Martins Ribeiro Neto

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.  
As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da  
Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.

Conjuntura Econômica Goiana, n. 15 (2004- ) .

Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de  
Goiás, 2010. 91 p. ; il.

Trimestral

ISSN 1807-4871

CDU : 338



**SEPLAN**

**SECRETARIA  
DO PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO**



**GOVERNO DO  
ESTADO DE GOIÁS**

Desenvolvimento com Responsabilidade



**Sepin**  
Superintendência de Estatística,  
Pesquisa e Informação

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 3 Centro

CEP 74.003-010 – Goiânia – Goiás

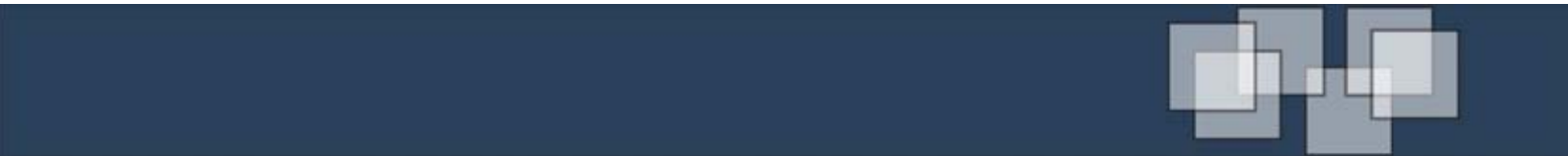
Tel: (62) 3201-7878

Internet: [www.seplan.go.gov.br/sepim](http://www.seplan.go.gov.br/sepim)

e-mail: [sepim@seplan.go.gov.br](mailto:sepim@seplan.go.gov.br)

## Sumário

<i>Apresentação .....</i>	<i>2</i>
<i>Economia goiana – primeiro semestre de 2010 .....</i>	<i>3</i>
<i>O perfil produtivo da indústria goiana .....</i>	<i>14</i>
<i>A relação dos municípios goianos com as suas fontes de recursos .....</i>	<i>25</i>
<i>Análise das contribuições do PAC .....</i>	<i>34</i>
<i>Fatores de formação do preço da soja em Goiás .....</i>	<i>45</i>
<i>Vantagem comparativa revelada da carne bovina brasileira .....</i>	<i>54</i>
<i>A economia da reciclagem: instrumento para o desenvolvimento sustentável ou garantia de novos negócios baseados na miserabilidade do trabalhador catador? .....</i>	<i>65</i>
<i>A pecuária leiteira em Goiás nos últimos anos .....</i>	<i>73</i>
<i>Acumulação territorial do trabalho em Goiás .....</i>	<i>82</i>



## Apresentação

Esta 15ª edição do Boletim de Conjuntura Goiana, que a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento através de sua Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação (Sepin) ora tem o prazer de colocar à disposição do leitor, tem todos os ingredientes para se tornar uma edição especial.

Primeiramente por se tratar da 15ª edição, um número que mostra um avanço quantitativo: Já são quinze edições! Nessa caminhada, o periódico se fortaleceu, sendo que, até o momento, alcançou a classificação B, na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, da Capes. Além disso, esta edição está recheada de muito bons artigos, sobre variados assuntos, sempre com foco em Goiás.

O leitor terá pela frente dez artigos, além da análise de conjuntura econômica do 1º semestre de 2010. Os artigos são bastante informativos e versam sobre indústria, agropecuária, trabalho, reciclagem de lixo e finanças dos municípios goianos. Os textos são fruto de valiosas contribuições de nossos parceiros nesse projeto e de economistas da casa.

Com a finalização de mais essa edição, gostaríamos de deixar registrado mais uma vez nossos agradecimentos aos que possibilitaram compor este número 15 da Conjuntura Econômica Goiana e o agradecimento especial ao Conselho Regional de Economia de Goiás que nos enviou artigos do concurso realizado pela instituição. Assim, renovamos o convite para continuarem prestigiando a revista no seu objetivo de difundir informações e análises e, assim, fomentar a discussão sobre temas de desenvolvimento econômico e social de Goiás.

# Economia Goiana – Primeiro Semestre de 2010

*Equipe de Conjuntura – Seplan<sup>1</sup>*

A economia brasileira cresceu forte no primeiro semestre de 2010, quando o Produto Interno Bruto (PIB) registrou elevação de 8,9%, em relação a igual período de 2009, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi o melhor desempenho histórico para um semestre desde o início da série, em 1996. A indústria apresentou elevação de 14,2%, seguida pela agropecuária (8,6%) e pelos serviços (5,7%). Na análise da demanda interna, destaca-se o crescimento de 26,2% da formação bruta de capital fixo – o maior da série histórica iniciada em 1996, evidenciando a elevação dos investimentos produtivos.

A trajetória de crescimento da economia brasileira demonstra o dinamismo generalizado observado nas diversas regiões do país, expresso nos principais indicadores conjunturais. No caso de Goiás, com exceção das exportações que apresentaram elevação inferior ao mesmo semestre do ano anterior, os demais principais indicadores conjunturais apresentaram resultados expressivos no período. O destaque ficou por conta da indústria de transformação, que teve a quarta maior elevação entre os demais estados brasileiros, e a geração de empregos formais, que segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, Goiás obteve o melhor semestre desde o início da série histórica em 1996 e a segunda maior variação, perdendo apenas para o estado de Rondônia.

## **Indústria**

A indústria goiana cresceu 21,1% no primeiro semestre de 2010, quarta maior taxa do País, comparada ao primeiro semestre de 2009. Na comparação com o primeiro semestre de 2008 (11,9%). O indicador acumulado nos últimos doze meses fechou em 12,4%. Os setores que mais contribuíram para o fechamento do semestre foram: produtos químicos, que passou de 55,3% no segundo semestre de 2009 para 127,0% no fechamento de janeiro a junho de 2010 e alimentos e bebidas que saiu de 11,1% para 5,3% na mesma comparação. (Tabela 1)

A taxa de crescimento de 21,1% da indústria goiana no primeiro semestre do corrente ano foi superior à do Brasil (16,1%) na comparação com o primeiro semestre de 2009. Esse resultado da indústria goiana foi puxado por um forte crescimento na fabricação de produtos químicos (127%), principalmente pela maior produção de medicamentos, que se recuperou dos efeitos da crise financeira iniciada no último trimestre de 2008. Foram feitos vários investimentos neste setor, seja com inserção de novos produtos, ou ampliação da capacidade instalada. Também sobressaíram, alimentos e bebidas (8,0%) e minerais não metálicos (20,0%), nestes segmentos houve maior fabricação de refrigerantes e cimento portland. Por outro lado, o único resultado negativo foi assinalado pelo setor de metalurgia básica (-2,5%), pressionado em grande parte pelo recuo do item ferronióbio. (Tabela1)

<sup>1</sup>Daniela Vieira de Oliveira, Dinamar Maria Ferreira Marques, Eduiges Romanatto, Maria de Fátima Mendonça Faleiro Rocha, Marcos Fernando Arriel e Sueide Rodrigues de Souza Peixoto.

**Tabela 1 – Estado de Goiás: Índice semestral (Base: Igual Trimestre do Ano Anterior = 100)**

Seções e atividades industriais	2008		2009		2010
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre
Indústria geral	11,9	5,5	-4,6	4,7	21,1
Indústria extrativa	14,1	12,5	1,1	-0,5	4,1
Indústria de transformação	11,8	4,9	-5,1	5,1	22,8
Alimentos e bebidas	13,3	7,0	-4,4	-5,0	8,0
Produtos químicos	19,4	0,0	-8,2	55,3	127,0
Minerais não metálicos	4,4	9,3	-4,9	7,6	20,0
Metalurgia básica	-4,6	-8,4	-6,8	13,3	-2,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

As perspectivas para a indústria goiana para os próximos meses são boas, apesar da crise sistêmica que atingiu grande parte dos países, Goiás tem como parceiros comerciais países como, a China e Índia, que estão enfrentando a crise de forma bastante positiva, também é percebido o crescimento do mercado interno, dada a disponibilidade de crédito e aumento da massa salarial.

#### Comércio Varejista

Segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) realizada pelo IBGE, o Comércio Varejista de Goiás apresentou em junho, em termos de volume de vendas,

acréscimos da ordem de 14,24% no primeiro semestre de 2010. A receita nominal de vendas apresentou taxas de variação de 14,58%.

O incremento no volume de vendas no primeiro semestre ficou acima do percentual nacional tanto no índice do comércio varejista geral quanto no ampliado. No índice de receita nominal de vendas, os resultados para Goiás no semestre foram inferiores que o nacional no comércio varejista geral. Já no comércio varejista ampliado, as variações para Goiás foram maiores, conforme demonstrado nas tabelas a seguir.

**Tabela 2 – Estado de Goiás e Brasil: Variação do Volume de Vendas no comércio varejista - 1º Semestre/2010**

Segmentos	Goiás		Brasil	
	jun*	1º Sem	jun*	1º Sem
<b>Comércio varejista geral</b>	<b>12,17</b>	<b>14,24</b>	<b>11,30</b>	<b>11,47</b>
Combustíveis e Lubrificantes	0,70	0,94	5,60	5,53
Hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo	12,08	11,36	11,90	10,39
Hipermercados e Supermercados	12,29	11,47	11,52	10,07
Tecidos, vestuários e calçados	8,93	13,76	4,30	10,10
Móveis e eletrodomésticos	15,89	24,41	17,01	20,57
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos	14,55	18,40	10,29	12,20
Livros, jornais, revistas e papelaria	-4,69	-0,80	4,67	8,08
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	9,10	-2,47	23,22	25,83
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	22,07	5,44	9,37	6,07
<b>Comércio varejista ampliado geral</b>	<b>5,53</b>	<b>14,61</b>	<b>3,35</b>	<b>11,75</b>
Veículos, motores, partes e peças	-1,07	14,07	-9,45	11,62
Material de construção	14,80	22,61	12,20	16,11

\* Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

**Tabela 3 – Estado de Goiás e Brasil: Variação da Receita Nominal no comércio varejista - 1º Semestre/2010**

Segmentos	Goiás		Brasil	
	jun*	1º Sem	jun*	1º Sem
<b>Comércio varejista geral</b>	<b>12,24</b>	<b>14,58</b>	<b>14,04</b>	<b>14,69</b>
Combustíveis e Lubrificantes	-9,09	-2,34	7,23	8,74
Hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo	13,47	13,38	14,78	14,09
Hipermercados e Supermercados	13,65	13,44	14,40	13,76
Tecidos, vestuários e calçados	11,30	16,76	9,41	15,85
Móveis e eletrodomésticos	17,80	23,19	19,64	21,31
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos	17,09	22,60	13,69	16,39
Livros, jornais, revistas e papelaria	-1,93	2,88	9,20	12,71
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-2,06	-8,58	14,26	16,91
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	27,06	12,07	16,05	13,88
<b>Comércio varejista ampliado geral</b>	<b>8,57</b>	<b>16,01</b>	<b>6,89</b>	<b>14,44</b>
Veículos, motores, partes e peças	2,80	15,47	-6,65	12,72
<b>Material de construção</b>	<b>24,14</b>	<b>29,85</b>	<b>16,82</b>	<b>20,55</b>

\* Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

Atentando-se para a média móvel de 03 meses das vendas (Gráfico 1), percebe-se a expressiva recuperação das vendas no comércio com a melhora do indicador desde o início de 2009, apresentando crescimento em junho/10, na comparação com mesmo mês do ano anterior 12,66%. Contudo, percebe-se que as vendas vêm caindo nos últimos meses tendo um dos motivos o fim da redução do IPI dos automóveis, principalmente.

Na média móvel de 12 meses, as vendas já superam o patamar anterior ao período de crise econômica. Esse índice vem apresentando taxas de variação crescentes e a média móvel de 12 meses do mês de junho apresenta um crescimento de 11,02%, sendo a maior média móvel de 12 meses observada desde 2007. Assim, apesar da queda conjuntural das vendas, o resultado de 12 meses ainda é crescente e se sustenta em níveis acima de anos anteriores.

Na média móvel de 3 meses da receita de vendas, que também apresentou quedas de crescimento em 2009, em junho apresentou um aumento de 12,99%, retornando ao índice anterior à crise. A média móvel de 12 meses em junho apresentou um acréscimo de 12,12%.

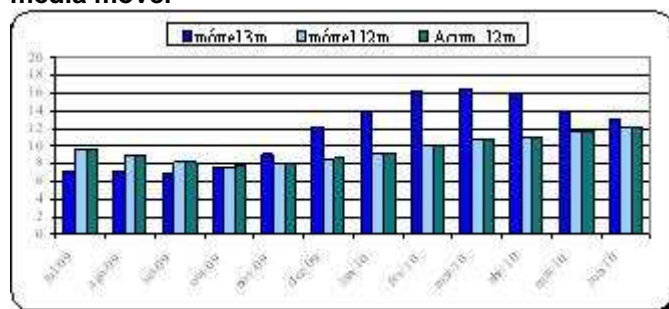
Nos resultados sobre o mesmo período do ano anterior, oito das dez atividades (incluindo o comércio varejista ampliado) obtiveram variações positivas em termos de volume de vendas, listadas a seguir pela ordem decrescente de magnitude das taxas: Outros artigos de uso pessoal e doméstico (22,07%); Móveis e

eletrodomésticos (15,89%); Material de construção (14,80%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (14,55%); Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (12,08%); Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (9,10%); Tecidos, vestuário e calçados (8,93%); Combustíveis e lubrificantes (0,70%). As atividades com variação negativa foram: Veículos e motos, partes e peças (-1,07%) e Livros, jornais, revistas e papelaria (-4,69%).

**Gráfico 1 – Estado de Goiás: Variação do volume de vendas no comércio varejista de Goiás – média móvel**



**Gráfico 2 – Estado de Goiás: Variação da receita nominal de vendas no comércio varejista de Goiás – média móvel**





A atividade *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, que engloba segmentos como lojas de departamentos, ótica, joalheria, artigos esportivos, brinquedos etc., apresentou crescimento no volume de vendas na relação junho10/junho09 de 22,07%. No acumulado do primeiro semestre de 2010 este segmento apresentou incremento de 5,44%. Esse resultado se deu por conta da atividade ser influenciada, em boa medida, pela evolução da massa de salários que teve aumento substancial nos últimos 12 meses.

O aumento de 15,89% no volume de vendas em relação a junho do ano passado da atividade *Móveis e eletrodomésticos* é decorrente das vendas relacionadas ao evento da Copa do Mundo, aliado a ampla oferta de crédito. No semestre, o segmento revelou uma taxa de desempenho de 24,41

A atividade *Material de Construção*, que faz parte do comércio varejista ampliado, apresentou o terceiro maior resultado positivo com alta no volume de vendas de 14,80% no mês e de 22,61% no acumulado do semestre. Após um ano de resultados acumulados negativos, esse segmento parece ser um dos que mais crescerão em 2010. Esses resultados sinalizam a recuperação do setor dos efeitos da crise financeira, através da redução do IPI para um conjunto de produtos básicos do ramo, implementado a partir de abril/09, do aumento da confiança dos agentes econômicos e do crescimento observado no setor em Goiás.

O segmento *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria* apresentou crescimento de 14,55% nas vendas na comparação com junho do ano passado e taxa acumulada de 18,40% no ano. Os principais fatores a contribuir para isto foram a manutenção do crescimento da massa real de salários; a ampliação da oferta de medicamentos genéricos – estimulando o consumo por alternativas mais vantajosas de preços; e a própria essencialidade dos produtos do gênero. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec), entre os Estados fabricantes de cosméticos,

perfumaria e produtos de higiene pessoal no Brasil, Goiás apresentou o crescimento mais veloz nos últimos cinco anos.

*Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* apresentou variação de 12,08% nas vendas em junho, sobre igual mês do ano anterior e 11,36% no primeiro semestre. Este desempenho foi proporcionado em grande parte pelo aumento da massa real de salários e pela estabilização dos preços dos alimentos, aliados à ampliação do programa de transferência de renda.

O segmento de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*, obteve acréscimo de 9,10%, na relação junho10/junho09, após 4 meses de consecutivas quedas. No semestre esta atividade apresentou uma redução de 2,47%..

O segmento *Tecidos, vestuário e calçados*, apresentou crescimento de 8,93% nas vendas na comparação com junho do ano passado. As taxas do semestre e acumuladas de 12 meses também foram positivas, com acréscimos respectivos de 13,76% e 8,85%.

A atividade *Combustíveis e lubrificantes* apresentou variação quase nula no volume de vendas, na comparação com o ano anterior, 0,70% e no acumulado do ano crescimento de 0,94%.

A atividade *Veículos e motores, partes e peças*, que também integra o Comércio Varejista Ampliado, apresentou resultado negativo na relação junho10/junho09, -1,07%, após uma série de resultados positivos expressivos. O término da redução do IPI contribuiu para a redução do ritmo de crescimento da atividade. No primeiro semestre, o crescimento ainda foi positivo, com incremento de 14,07%.

*Livros, jornais, revistas e papelaria* apresentou variação de -0,80% no primeiro semestre do ano e de 1,25% no acumulado de 12 meses.

#### **Comércio Exterior**

A balança comercial goiana encerrou o primeiro semestre de 2010 com superávit de US\$ 90,556 milhões, apresentando decréscimo de 85,54% em

relação ao mesmo período de 2009. As exportações foram de US\$ 2,016 bilhões e as importações US\$ 1,925 bilhão. A corrente de comércio (somatório das exportações e importações) totalizou US\$ 3,941 bilhões.

Vale destacar que as exportações continuaram crescendo (13,38%), a queda no saldo foi devido ao grande crescimento das importações, de 67,18%, no período em análise.

**Tabela 4 – Estado de Goiás e Brasil: Balança Comercial - 2009 - 2010**

(US\$ 1.000 FOB)

Período	Goiás				Brasil			
	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de comércio	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de comércio
<b>2009</b>	<b>1.777.728</b>	<b>1.151.440</b>	<b>626.288</b>	<b>2.929.168</b>	<b>69.951.538</b>	<b>56.043.910</b>	<b>13.907.628</b>	<b>125.995.448</b>
Janeiro	197.913	159.304	38.609	357.217	9.781.920	10.311.617	-529.697	20.093.537
Fevereiro	163.899	162.254	1.645	326.153	9.586.406	7.825.263	1.761.143	17.411.669
Março	262.778	271.300	-8.522	534.078	11.809.225	10.052.853	1.756.372	21.862.078
Abril	330.465	130.584	199.881	461.049	12.321.617	8.629.242	3.692.375	20.950.859
Mai	340.973	197.358	143.615	538.331	11.984.585	9.361.106	2.623.479	21.345.691
Junho	481.701	230.703	250.998	712.404	14.467.785	9.863.751	4.604.034	24.331.536
<b>2010</b>	<b>2.015.663</b>	<b>1.925.107</b>	<b>90.556</b>	<b>3.940.770</b>	<b>89.187.427</b>	<b>81.309.288</b>	<b>7.878.139</b>	<b>170.496.715</b>
Janeiro	160.095	358.241	-198.146	518.336	11.305.067	11.479.498	-174.431	22.784.565
Fevereiro	241.711	243.638	-1.927	485.349	12.197.237	11.805.899	391.338	24.003.136
Março	384.419	339.407	45.012	723.826	15.727.499	15.060.152	667.347	30.787.651
Abril	358.162	299.900	58.262	658.062	15.161.211	13.880.308	1.280.903	29.041.519
Mai	427.936	347.702	80.234	775.638	17.702.500	14.259.062	3.443.438	31.961.562
Junho	443.340	336.184	107.156	779.524	17.093.912	14.817.355	2.276.557	31.911.267
<b>Varição (%)</b>								
<b>2010/2009</b>	<b>13,38</b>	<b>67,19</b>	<b>-85,54</b>	<b>34,54</b>	<b>27,50</b>	<b>45,08</b>	<b>-43,35</b>	<b>35,32</b>

Fonte: MDIC.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2010.

Nota: O total não corresponde à soma exata, devido aos arredondamentos.

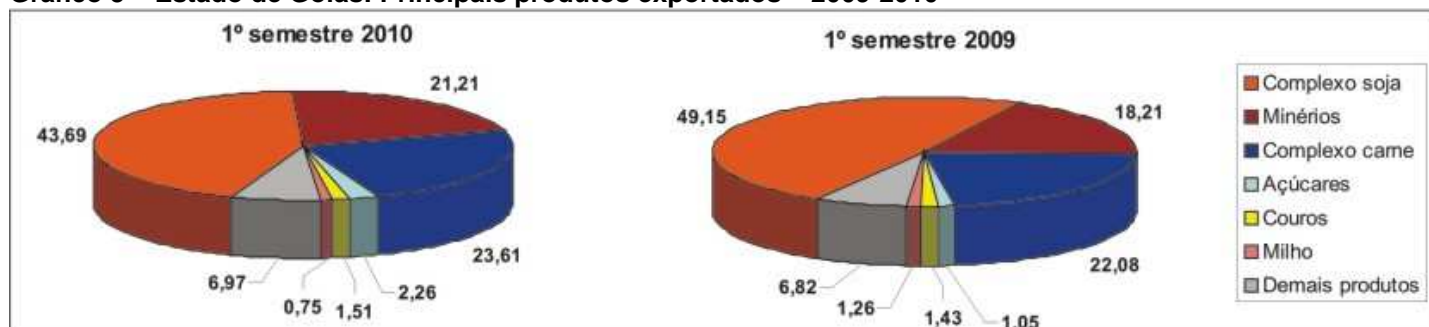
Preliminar

A expectativa é que a balança comercial goiana feche o ano de 2010, com exportações de US\$ 4 bilhões de vendas, aumentando a participação nas exportações brasileiras. Conforme dados apurados pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a participação expressiva do agronegócio e da mineração na estrutura das exportações de Goiás continua sendo elementos importantes para a sustentabilidade da atividade econômica do estado.

Na composição da pauta de exportação, complexo soja continuou na liderança, com 43,69% (US\$

880,672milhões) do total exportado. Em segundo lugar, complexo carne, responsável por 23,61% (475,972 milhões) das vendas, com destaque para carne bovina que participou com 12,45% (US\$ 251,025 milhões) e carne de aves 7,89% (US\$ 159,019 milhões). Em seguida, o complexo de minérios foi responsável por 21,21% (US\$ 427,522 milhões) do total exportado, com destaque para: Sulfeto de minério de cobre, com participação de 11,88% (US\$ 239,507milhões), ouro 3,98% (US\$ 80,295milhões) e ferroligas 3,48% (US\$ 70,158milhões).

**Gráfico 3 – Estado de Goiás: Principais produtos exportados – 2009-2010**



Fonte: MDIC

Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica - 2010

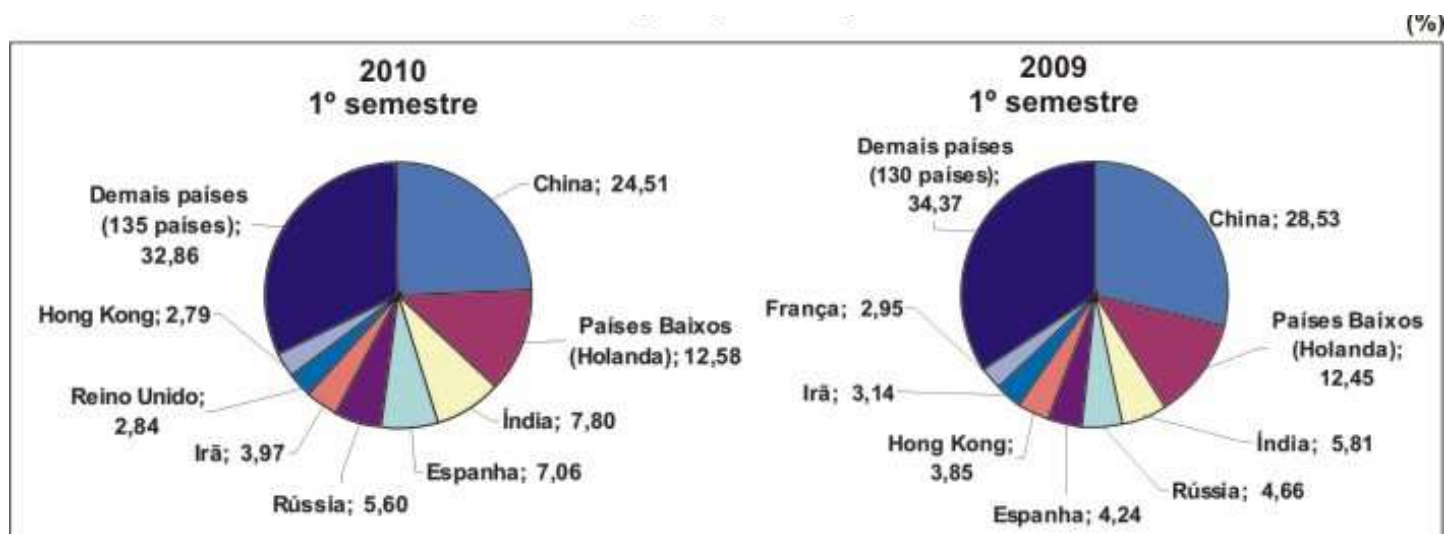
No 1º semestre de 2010, os 5 principais exportadores goianos foram: Mineração Maracá Indústria e Comércio S/A US\$ 236,613 milhões (11,74%), BRF - Brasil Foods S.A. US\$ 219,807 milhões (10,90%), Bunge Alimentos S/A US\$ 207,730 milhões (10,31%), Caramuru Alimentos S/A. US\$ 169,103 milhões (8,39%) e ADM do Brasil Ltda. US\$ 130,924 milhões (6,50%).

Os principais destino das exportações goianas no período foram: China US\$ 494,066 milhões (24,51%),

Países Baixos (Holanda) US\$ 253,531 milhões (12,58%), Índia US\$ 157,180 milhões (7,80%), Espanha US\$ 142,294 milhões (7,06%) e Rússia US\$ 112,892 milhões (5,60%).

O Estado de Goiás no primeiro semestre de 2010 passou a comercializar com mais países (143), no mesmo semestre do ano passado, Goiás vendia para 138 países.

**Gráfico 4 – Estado de Goiás: Principais países exportadores – 2009-2010**



Fonte: MDIC  
Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica - 2010

Os municípios que se destacaram nas exportações de janeiro a junho de 2010 foram: Alto Horizonte US\$ 236,613 milhões (11,74%), Luziânia US\$ 228,497 milhões (11,34%), Itumbiara US\$ 115,369 milhões (5,72%), Palmeiras de Goiás US\$ 106,044 milhões (5,26%) e Rio Verde US\$ 84,136 milhões (4,17%).

As importações goianas que se expandiram 67,19% no primeiro semestre deste ano, em comparação ao mesmo período do ano anterior, atingindo o montante de US\$ 1,925 milhões, continuaram apresentando crescimento, motivadas pela queda do dólar, modernização dos parques industriais e compra de matérias-primas, para atender ao crescente aumento da demanda interna.

Os principais produtos importados por Goiás no período foram: veículos automóveis/tratores, suas partes/acessórios US\$ 959,565 milhões (49,84%),

produtos farmacêuticos US\$ 343,456 milhões (17,84%), reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos US\$ 199,188 milhões (10,35%), adubos ou fertilizantes US\$ 83,447 milhões (4,33%) e produtos químicos orgânicos US\$ 74,679 milhões (3,88%).

Goiás importou principalmente da Coreia do Sul US\$ 713,028 milhões (37,04%), Japão US\$ 278,718 milhões (14,48%), Estados Unidos US\$ 261,446 milhões (13,58%), Tailândia US\$ 130,390 milhões (6,77%) e Suíça US\$ 120,544 milhões (6,26%).

As principais empresas importadoras no período de janeiro a junho de 2010 foram: CAO A Montadora de Veículos S.A US\$ 738,531 milhões (38,36%), Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A US\$ 334,684 milhões (17,39%), MMC Automotores do Brasil S.A US\$ 324,571 milhões (16,86%) e John Deere Brasil Ltda. US\$ 79,825 milhões (4,15%).

Os municípios goianos que mais importaram, segundo o MDIC foram Anápolis US\$ 1,157 bilhão (60,13%) e Catalão US\$ 500,677 milhões (26,01%), onde estão instaladas montadoras de veículos. Juntos participaram em 86,14% de toda a importação goiana.

### Agricultura

A estimativa da produção goiana de grãos, no primeiro

semestre de 2010, registrou decréscimo de 0,17%, passando de 13,270 mil toneladas em 2009 para 13,247 mil toneladas na posição de junho de 2010, conforme apontou o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias - GCEA /IBGE.

**Tabela 5 – Estado de Goiás: Área colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos - junho/2010.**

Produto	Safr a 2009 (1)			Safr a 2010 - junho			Variações (%)		
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/ha)	Área colhida ou a colher (ha)	Produção obtida ou esperada (t)	Rend. Médio obtido ou esperado (Kg/ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. médio (kg/ha)
Soja	2.315.888	6.808.587	2.940	2.478.222	7.326.459	2.956	7,01	7,61	0,56
Milho (1ª safra)	527.735	3.187.737	6.040	395.732	2.410.889	6.092	-25,01	-24,37	0,86
Milho (2ª safra)	370.280	1.750.110	4.726	458.871	2.194.518	4.782	23,93	25,39	1,19
Sorgo granífero	302.715	758.667	2.506	241.968	582.171	2.406	-20,07	-23,26	-3,99
Algodão herbáceo	54.870	227.307	4.143	44.212	180.169	4.075	-19,42	-20,74	-1,64
Arroz de sequeiro	95.595	205.502	2.150	86.272	183.230	2.124	-9,75	-10,84	-1,22
Arroz irrigado	7.350	47.080	6.405	7.390	46.925	6.350	0,54	-0,33	-0,87
Feijão (1ª safra)	55.760	119.520	2.143	46.515	91.367	1.964	-16,58	-23,56	-8,34
Feijão (2ª safra)	19.521	29.628	1.518	24.299	48.158	1.982	24,48	62,54	30,56
Feijão (3ª safra)	38.647	112.781	2.918	42.018	140.024	3.332	8,72	24,16	14,20
Tomate industrial	15.763	1.281.241	81.282	10.369	818.534	78.940	-34,22	-36,11	-2,88
Tomate de mesa	2.346	124.755	53.178	2.310	120.547	52.185	-1,53	-3,37	-1,87
Girassol	4.937	6.718	1.361	9.880	14.113	1.428	100,12	110,08	4,96
Cana-de-açúcar	518.768	44.064.470	84.941	572.451	45.227.721	79.007	10,35	2,64	-6,99

Fonte: GCEA - Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2010.

(1) Preliminar.

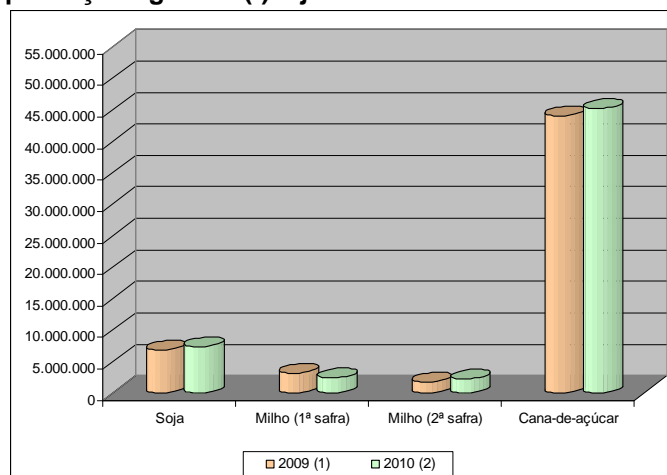
Na comparação do LSPA de junho de 2010 em relação a junho de 2009 destacaram-se os seguintes produtos em termos de quantidade produzida: girassol (110,08%), feijão 2ª safra (62,54%), feijão 3ª safra (24,16%), milho 2ª safra (25,39%), soja (7,61%) e cana-de-açúcar (2,64%). Apresentaram queda: tomate industrial (-36,11%), milho 1ª safra (-24,37%), feijão 1ª safra (-23,56%), sorgo (-23,26%), algodão herbáceo (-20,74%) e arroz sequeiro (-10,84%).

Para a cultura de **girassol**, a produção estimada foi de 14.113 toneladas, com acréscimo de 110,08% em comparação com a safra de 2009. A área ocupada com a cultura expandiu 100,12% passando de 4.937 ha em 2009, para 9.880 ha em 2010.

A cultura da **soja** manteve crescimento em relação à safra anterior de 7,61%, o que já era esperado, tanto na produção, quanto na área plantada (7,01%). A expansão da lavoura de soja ocorreu, principalmente, em áreas anteriormente ocupadas com a cultura do

milho. Foram colhidas 7,326 mil toneladas até no primeiro semestre de 2010, ante 6,808 mil toneladas na safra de 2009.

**Gráfico 5 – Estado de Goiás: Estimativa da produção agrícola (t) – junho/2010**



Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA

Elaboração: SEPLAN / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2010

(1) Preliminar

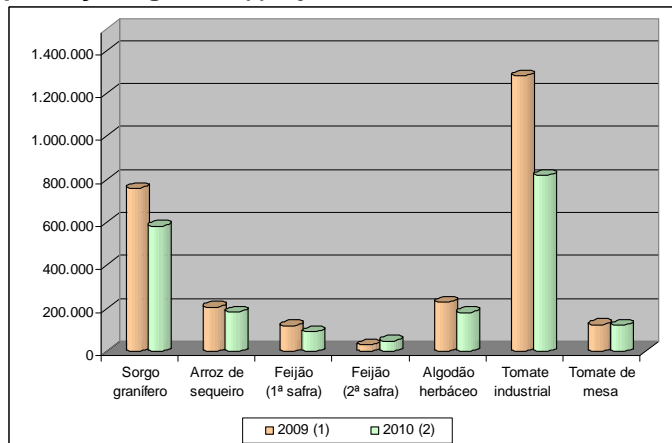
(2) Posição: junho

A produção de **cana de açúcar**, no primeiro semestre de 2010, apresentou resultado positivo, passando de 44,064 mil toneladas em 2009 para 45,228 mil toneladas em 2010. A área colhida expandiu 10,35%, embora o rendimento médio tenha apresentado decréscimo de 6,99%, chegando a 79.007 kg/ha.

O **milho (1ª safra)**, segundo estimativa, confirmou a redução de 25,01% na área colhida, 24,37% na produção, embora tenha registrado acréscimo de 0,86% na produtividade, em relação à safra anterior. Preço atual no pico da safra foi pouco atrativo, desestimulando os produtores. As principais regiões produtoras enfrentam dificuldades no armazenamento, os produtores optaram por retardarem o período de colheita como forma de redução de custos.

A estimativa da produção de **milho (2ª safra)** teve variação positiva de 23,93% na área colhida, 25,39% na produção e 1,19% no rendimento médio, atingindo 4.782 mil kg/ha.

**Gráfico 6 – Estado de Goiás: Estimativa da produção agrícola (t) – junho/2010**



Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA

Elaboração: SEPLAN / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2010

(1) Preliminar

(2) Posição: junho

A área cultivada de **sorgo** reduziu em 20,07%, a produção decresceu em 23,26% também houve redução de 3,99% no rendimento médio, já era previsto. A justificativa da redução foi motivada pelo mercado deficitário e a preferência do produtor pela cultura do milho de 2ª safra.

**Arroz de sequeiro** continua em decréscimo, pela inviabilidade econômica, custo de produção bastante elevado. A cultura apresentou decréscimo de 9,75% na área colhida, chegando a 86.272 ha e 10,84% na quantidade produzida. Houve queda também no rendimento médio de 1,22%, ou seja, foram produzidos 2.124 kg/ha.

A cultura de **Feijão (1ª safra)** apresentou variação negativa de 16,58% na área colhida e 23,56% na produção em relação à safra de 2009, com variação negativa de 8,34% na produtividade. A queda na área cultivada é explicada pela queda nos preços do produto. Em relação ao **feijão (2ª safra)** houve expansão de 24,48% na área cultivada, a produção foi de 48.158 t, com acréscimo de 62,54% em relação a safra anterior, o rendimento médio atingiu 1.982 kg/ha, ante 1.518 kg/ha, na safra de 2009, com aumento de 30,56%.

A produção estimada de **feijão (3ª safra)** em 2010 é de 140.024 t, superior a safra de 2009 em 24,16%, o aumento é consequência da ampliação da área colhida em 8,72% e também por ser uma cultura irrigada.

Algodão herbáceo, segundo a estimativa do LSPA, a cultura sofreu retração 19,42% na área colhida e de 20,74% na produção. A cultura continua perdendo importância no Estado, cedendo lugar a outras culturas com maior rentabilidade.

O tomate industrial conforme apurou a pesquisa, apresentou redução de 34,22% na área colhida e de 36,11% na produção.

A previsão até o final deste ano para a produção agrícola goiana é positiva para os produtos com maior importância para a economia do setor: soja, feijão 2ª e 3ª safra, tomate de mesa, milho, girassol e cana de açúcar.

O cenário econômico para o produtor agrícola tem sido satisfatório, conforme levantamento até o primeiro semestre de 2010, culturas importantes para a economia do setor, caso da soja, tiveram expansão. Houve quedas em alguns produtos, mas nas proporções esperadas. O ano de 2010 será de recuperação da

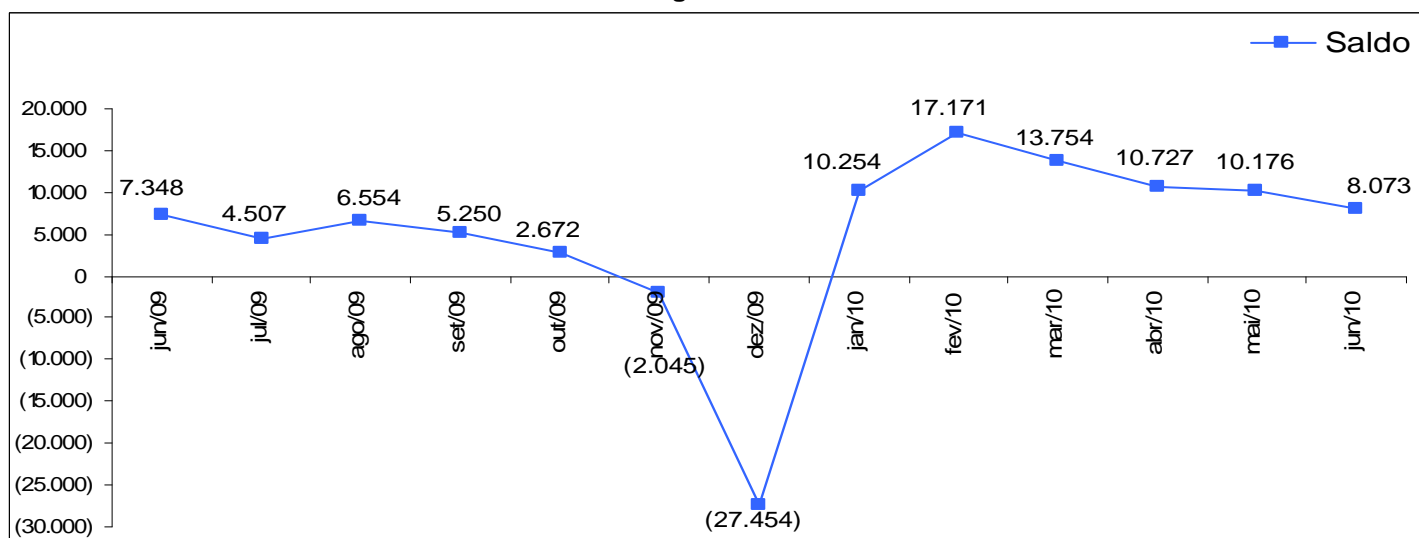
atividade econômica do setor de um modo geral. A expectativa é de que 2010 seja um ano melhor que 2009.

### Emprego Formal

No primeiro semestre de 2010 o estado de Goiás acumulou 70.155 novos empregos com carteira assinada, o equivalente a expansão de 7,63% no estoque de empregos formais, representando o segundo melhor resultado do país em termos relativos, perdendo apenas para Rondônia. O crescimento

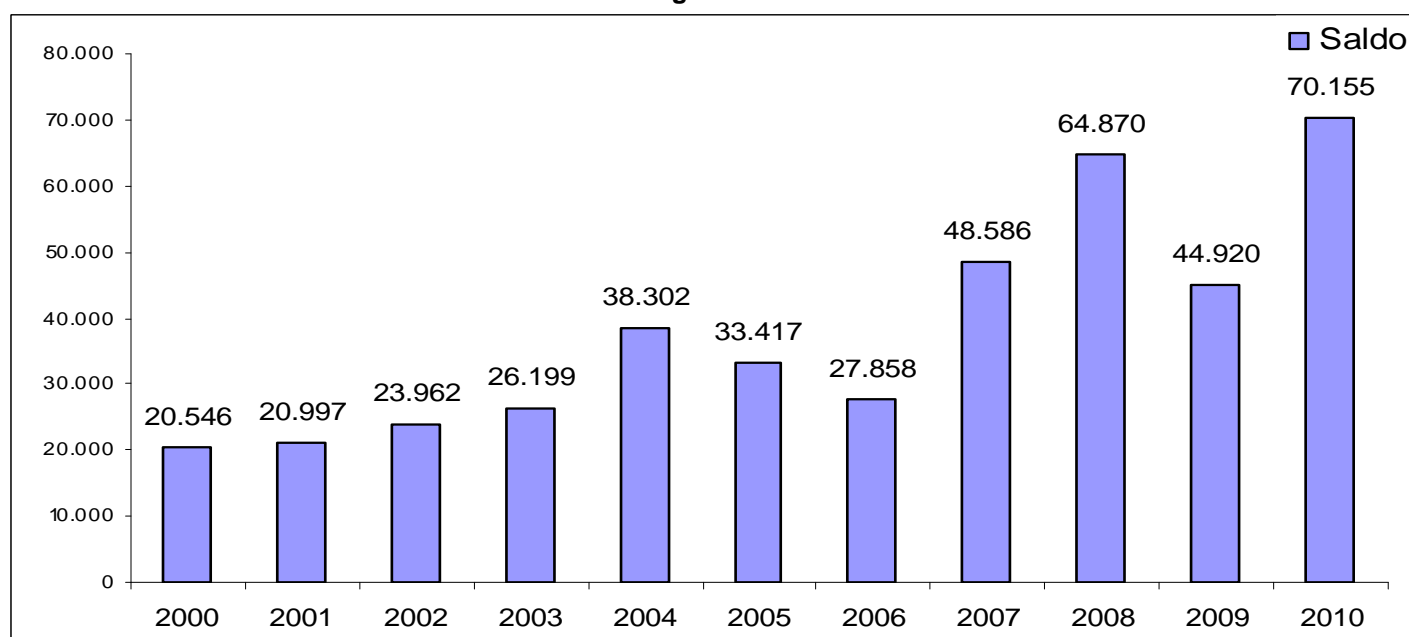
expressivo do mercado formal de trabalho neste semestre está associado à expansão na produção na indústria de alimentos e bebidas, especialmente as atividades ligadas ao processamento de cana de açúcar, ao ambiente favorável para construção civil, propiciado pelo acesso ao crédito e pela construção da ferrovia Norte Sul, e ainda expansão do setor de serviços, impulsionado pelo aumento na renda das pessoas.

**Gráfico 7 – Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados – 2009/10**



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

**Gráfico 8 – Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados – Primeiro Semestre - 2000/10**



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Com exceção de serviços industriais de utilidade pública (-35 vagas) e administração pública (-33 vagas), as demais principais atividades econômicas apresentaram elevação no número de empregados com carteira assinada em junho deste ano. Em termos absolutos, as principais atividades produtivas que tiveram desempenho positivo foram: construção civil (2.270 vagas), estimulada por construção de rodovias e ferrovias e obras de terraplanagem; indústria de transformação (2.240 vagas), impulsionada por fabricação de automóveis, camionetas e utilitários e fabricação de conservas de legumes e outros vegetais; e serviços, influenciado por transporte rodoviário de carga e limpeza em prédios e em domicílios.

Comportamento semelhante foi verificado no primeiro semestre de 2010, quando as principais atividades econômicas, com exceção de serviços industriais de

utilidade pública, apresentaram elevação, destaque para a indústria de transformação, que foi responsável por 40,33% da abertura de novas vagas no mercado formal de trabalho. Em seguida veio serviços com 18,82%, construção civil com 17,00% e agropecuária com 16,01% do total de empregos gerados nos primeiros seis meses em Goiás.

Em primeiro lugar na geração de empregos no semestre, em termos absolutos, a indústria de transformação foi influenciada em grande medida pelas atividades ligadas a alimentos e bebidas (28.297 vagas), em especial os ramos de produção de álcool e açúcar. Já as atividades de serviços, construção civil e agropecuária foram influenciadas por transporte rodoviário de carga, construção de edifícios e cultivo de cana de açúcar, respectivamente.

**Tabela 6 - Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados por setor de atividade econômica – 2009/10**

Setores	jun/10				1º semestre/2010				Em 12 meses			
	Adm	Desl	Saldo	Var. Estoque (%)	Adm	Desl	Saldo	Var. Estoque (%)	Adm	Desl	Saldo	Var. Estoque (%)
<b>Extrativa mineral</b>	263	200	63	0,86	1.701	894	807	12,35	2.570	2.072	498	7,21
<b>Indústria de transformação</b>	11.935	9.695	2.240	1,03	80.358	52.061	28.297	14,79	132.392	116.222	16.170	7,71
Prod minerais não metálicos	802	577	225	1,85	4.331	3.322	1.009	8,88	7.769	6.609	1.160	10,41
Metalúrgica	562	508	54	0,47	3.455	2.715	740	6,81	6.421	5.340	1.081	10,75
Mecânica	309	322	-13	-0,27	1.960	1.535	425	9,86	3.447	2.868	579	14,1
Material elétrico e comunicação	70	45	25	2,88	343	280	63	7,65	581	498	83	11,79
Material de transporte	528	192	336	6,55	1.970	789	1.181	27,57	2.870	1.227	1.643	44,04
Madeira e mobiliário	499	411	88	1,03	2.738	2.278	460	5,64	5.019	4.122	897	12,82
Papel, papelão, editorial e gráfica	342	316	26	0,34	2.124	1.912	212	2,86	4.044	3.587	457	6,25
Borracha, Fumo e Couros	446	229	217	3,57	1.975	1.426	549	9,59	3.422	2.645	777	12,52
Químico, Prod Farmacêutico e Veterinário	1.210	958	252	1,05	6.645	5.168	1.477	6,5	12.663	9.661	3.002	14,1
Têxtil e vestuário	1.527	1.210	317	1,23	7.582	6.327	1.255	5,09	14.428	13.099	1.329	5,31
Calçados	64	75	-11	-0,77	341	461	-120	-7,78	811	831	-20	-1,29
Prod Alimentícios e Bebidas	5.576	4.852	724	0,66	46.894	25.848	21.046	23,52	70.917	65.735	5.182	4,65
<b>Serviço industrial de utilidade pública</b>	119	154	-35	-0,4	813	1.303	-490	-5,38	1.669	2.239	-570	-6,14
<b>Construção civil</b>	9.649	7.379	2.270	2,62	50.404	38.478	11.926	15,65	87.330	77.368	9.962	14,49
<b>Comércio</b>	11.751	10.803	948	0,42	67.131	62.200	4.931	2,26	131.653	119.465	12.188	5,81
Com varejista	10.052	9.208	844	0,45	56.825	52.688	4.137	2,25	111.736	101.360	10.376	5,89
Com atacadista	1.699	1.595	104	0,29	10.306	9.512	794	2,29	19.917	18.105	1.812	5,39
<b>Serviços</b>	14.431	12.392	2.039	0,62	89.442	76.238	13.204	4,15	165.263	144.974	20.289	6,58
Inst financeiras	215	131	84	0,7	1.065	815	250	2,11	1.999	1.630	369	3,08
Com. e adm imóveis	4.088	3.285	803	1,04	24.759	21.760	2.999	4,03	47.739	40.918	6.821	10,02
Transporte e Comunicação	2.542	2.025	517	1,11	15.092	12.090	3.002	6,82	27.368	23.748	3.620	8,33
Alojamento, alimentação	5.884	5.271	613	0,47	35.848	31.551	4.297	3,41	66.333	59.220	7.113	5,87
Médicos e odontológicos	876	797	79	0,25	5.468	4.543	925	3,05	9.965	8.586	1.379	4,7
Ensino	826	883	-57	-0,17	7.210	5.479	1.731	5,46	11.859	10.872	987	2,89
<b>Administração pública</b>	26	59	-33	-0,14	702	451	251	1,09	985	726	259	2,37
<b>Agropecuária</b>	5.712	5.131	581	0,66	39.259	28.030	11.229	14,73	68.756	67.913	843	0,96
<b>Total</b>	53.886	45.813	8.073	0,82	329.810	259.655	70.155	7,63	590.618	530.979	59.639	6,55

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Os dados do balanço do primeiro semestre, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, também possibilitam verificar o comportamento do emprego formal por grau de instrução e remuneração, por atividade econômica no estado (tabelas a seguir). No

tocante ao grau de instrução, constatou-se que houve ganho de postos de trabalhos em todos os níveis, mas o maior número de vagas foi apurado entre os que possuíam ensino médio completo (23.084 vagas) e trabalhadores que estão na faixa do 6º ao 9º ano

(11.345 vagas). Já nas faixas de rendimentos, em salários mínimos, observou-se que o maior volume de saldo positivo (admitidos-desligados) ficou situado nas três primeiras faixas, que vão até um e meio salário

mínimo, fato explicado pela crescente geração de empregos nas atividades ligadas aos setores sucroalcooleiro e construção civil, que tradicionalmente empregam trabalhadores com remuneração mais baixa.

**Tabela 7 - Estado de Goiás: Saldo do emprego formal, por grau de instrução, segundo setores de atividades econômicas – primeiro Semestre/2010**

Grau de Instrução	Extrativa mineral	Indústria de transf	Serv ind de util pública	Constr civil	Comércio	Serviços	Adm pública	Agropecuária	Total
Analfabeto	-6	546	-5	179	-41	64	-1	512	1.248
Até o 5º ano incompleto	10	3.236	-112	1.296	29	350	-11	2.034	6.832
5º ano completo	32	2.087	-91	1.202	-20	96	0	1.294	4.600
Do 6º ao 9º ano	72	6.304	-154	2.169	9	183	41	2.721	11.345
Ensino fundamental completo	104	3.138	3	2.150	105	1.411	92	1.880	8.883
Ensino médio incompleto	50	3.557	-49	1.692	687	1.924	44	1.061	8.966
Ensino médio completo	517	8.029	-47	2.787	3.617	6.502	80	1.599	23.084
Educação superior Incompleta	-3	603	-1	183	291	460	-3	72	1.602
Educação superior completa	31	797	-34	268	254	2.214	9	56	3.595
<b>Total</b>	<b>807</b>	<b>28.297</b>	<b>-490</b>	<b>11.926</b>	<b>4.931</b>	<b>13.204</b>	<b>251</b>	<b>11.229</b>	<b>70.155</b>

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

**Tabela 8 - Estado de Goiás: Saldo do emprego formal, por faixa salarial mensal (em salários mínimos), segundo setores de atividades econômicas – primeiro Semestre/2010**

Faixa Salarial Mensal (salários mínimos)	Extrativa mineral	Indústria de transf	Serv ind de util pública	Constr civil	Comércio	Serviços	Adm pública	Agropecuária	Total
Ate 1,0	123	8.249	-10	4.829	11.031	10.160	273	6.137	40.792
De 1,01 a 1,5	301	17.526	-271	6.949	-1.836	3.155	-9	6.822	32.637
De 1,51 a 2,0	146	1.897	-17	191	-1.830	961	-6	-1.256	86
De 2,01 a 3,0	143	507	-29	-127	-1.815	-1.280	-4	-883	-3.488
De 3,01 a 4,0	81	131	17	-75	-524	-181	-8	-147	-706
De 4,01 a 5,0	7	-50	-30	-23	-165	-75	0	-19	-355
De 5,01 a 7,0	5	39	-57	120	-144	-207	-2	-19	-265
De 7,01 a 10,0	10	-31	-33	77	-62	-124	-2	-17	-182
De 10,01 a 15,0	-2	-12	-26	15	-59	-50	-2	19	-117
De 15,01 a 20,0	-4	-38	-16	10	-23	-31	0	0	-102
Mais de 20	-1	-12	-18	-8	-32	1	-1	-25	-96
Ignorado	-2	91	0	-32	390	875	12	617	1.951
<b>Total</b>	<b>807</b>	<b>28.297</b>	<b>-490</b>	<b>11.926</b>	<b>4.931</b>	<b>13.204</b>	<b>251</b>	<b>11.229</b>	<b>70.155</b>

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65



## O Perfil Produtivo da Indústria Goiana

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo caracterizar o perfil da indústria goiana e sua dinâmica no período de 1996 a 2007. Para isso foram trabalhados, principalmente, os dados da Pesquisa Industrial Anual, do IBGE. Constatou-se que os segmentos intensivos em recursos naturais – agroindústria/alimentícia e mineração – continuam mantendo forte liderança no processo de industrialização do estado, apresentando pequeno aumento em sua participação no período, mas com redução do peso da agroindústria/alimentícia e elevação da participação relativa da indústria de base mineral. Os segmentos da indústria tradicional apresentam queda importante em sua participação relativa enquanto há segmentos novos, intensivos em escala, emergindo, indicando um movimento de diversificação do tecido industrial do estado.

**Palavras-Chave:** Indústria goiana. Perfil industrial.

### Introdução

O estado de Goiás tem apresentado importantes ganhos de participação na riqueza gerada no país nas últimas décadas, com a elevação substancial do seu Produto Interno Bruto. Este fato pode ser creditado, em grande parte, à indústria, cujo desenvolvimento se deu, principalmente, por meio da integração entre a

<sup>1</sup>Economista, Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela PUC Goiás, Gestor de Planejamento e Orçamento da Seplan-GO e Membro do Comitê Técnico Nacional do PIB Municipal. marcos@seplan.go.gov.br

<sup>2</sup>Economista, Doutor em economia pela UNICAMP, Professor Titular do Dep. de Economia e do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da PUC-GO, Vice-Presidente do IGTF, Chefe da Assessoria Técnica e de Investimentos da SIC-GO. sergioucg@gmail.com



*Marcos Fernando Arriel<sup>1</sup>*



*Sérgio Duarte de Castro<sup>2</sup>*

agropecuária moderna e o avanço da agroindústria, a expansão da indústria de base mineral, bem como a emergência de novas atividades industriais atraídas pelas políticas de incentivos fiscais, praticadas por Goiás a partir de meados da década de 1980.

A penetração da agropecuária moderna, concentrada na produção de grãos e da pecuária de corte, com altos níveis de produtividade, no Centro-Oeste brasileiro no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, sobretudo em Goiás, permitiu a atração de plantas industriais alimentícias e outras ligadas a elas, à montante e à jusante.

Inicialmente, foram instaladas, no estado, indústrias de limitado dinamismo, mas de grande importância para a formação da base para a instalação da agroindústria regional, na medida em que mobilizou recursos produtivos e organizou relativamente os mercados locais.

Posteriormente, em 1984, com a criação do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR), dá-se a aceleração da instalação de grandes complexos agroindustriais e se inicia um processo de diversificação da estrutura industrial no estado. Mais à frente, no ano de 2000, cria-se o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), com importantes avanços em termos de estímulo à verticalização e à agregação de valor à produção primária de Goiás, além de dar sequência à emergência de novas atividades industriais.

O objetivo deste artigo é caracterizar o perfil produtivo da indústria goiana e suas transformações no período 1996-2008. Para tanto o texto se estrutura em dois tópicos, sendo que o primeiro apresenta um breve histórico recente da indústria goiana e o segundo evidencia o perfil da indústria no estado e sua dinâmica.

### 1 – Desenvolvimento Recente da Indústria Goiana

O Estado de Goiás, assim como toda a região Centro-Oeste, viveu um intenso processo de crescimento nos anos 70 e 80, estimulado pela construção de Brasília e os investimentos em infraestrutura do II PND, bem como a expansão das fronteiras agrícola e mineral. De um lado, o avanço da infraestrutura, sobretudo de transportes, amplia as conexões da região com os mercados do sul e sudeste e com os portos para exportação. De outro, pesquisas realizadas pela EMBRAPA viabilizam tecnicamente a ocupação produtiva dos cerrados.

A redução dos custos logísticos, bem como as terras baratas e planas da região, favoráveis ao processo de mecanização, permitem a rápida expansão da produção de grãos baseada numa agricultura empresarial com elevados níveis de produtividade. A melhora do sistema de transportes e a expansão das demandas interna e externa estimulam, igualmente, a exploração de grandes jazidas de níquel, amianto-crisotila, fosfato, nióbio e ouro disponíveis no território goiano.

O desdobramento desse processo nos anos 90 e na primeira década do século XXI foi um surto de desenvolvimento industrial liderado por atividades de processamento de suas matérias primas agropecuárias e minerais abundantes e baratas, assim como de fornecimento de alguns insumos industriais para essas atividades, com tendências a se localizar próximos às fontes de matérias primas ou ao mercado potencial.

Nesse processo emergiram, em Goiás, os grandes complexos agroindustriais de grãos, carnes, produtos lácteos, atomatados e sucroalcooleiro, bem como os minero-industriais de fosfato e nióbio e de ferro-níquel.

Os programas de incentivos fiscais, estruturados a partir de meados dos anos 80, possibilitaram a aceleração e aprofundamento desse processo, ao mesmo tempo em que estimularam a emergência de alguns novos segmentos industriais não vinculados às vantagens comparativas naturais da região.

Mas antes mesmo da emergência da grande agroindústria já existiam, no estado, plantas industriais no segmento que atendiam parte da demanda regional, como destacam Castro e Fonseca (1995):

A instalação de empresas agroindustriais no Centro-Oeste não é um processo recente, especialmente em se tratando de operações de beneficiamento superficial de produtos como arroz, abate de animais, madeiras, fubá de milho, etc. O que é relativamente novo na região é a presença de empresas agroindustriais de grande porte que estendem as suas operações ao mercado de *commodities*, de um lado, e ao mercado interno, de outro, integrando em nível regional duas cadeias produtivas, grãos e carnes, com resultados extremamente dinâmicos na região. (CASTRO; FONSECA, 1995, p.5).

Apesar do limitado dinamismo, essas primeiras empresas regionais foram importantes para a formação da base para a instalação de uma agroindústria moderna na região, na medida em que mobilizou recursos produtivos e organizou relativamente os mercados locais. Estas indústrias já apresentavam sinais de integração, principalmente os setores de grãos e carnes.

Paschoal (2001) também mostra que, antes da estruturação dos grandes programas de incentivos fiscais, o governo do estado já havia tido a iniciativa de utilizar esse instrumento para fomentar o desenvolvimento industrial com a criação do Fundo de Expansão da Indústria e Comércio – FEICOM, em 1973, cujos benefícios, combinados com as ações na região do II Programa Nacional de Desenvolvimento (PND), possibilitaram a instalação de algumas plantas indústrias importantes<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Para maiores detalhes consultar Paschoal (2001, p. 33).

Entretanto, a criação do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) em meados dos anos 80, um programa muito mais amplo e estruturado contribui decisivamente para o aprofundamento do processo em curso, podendo ser considerado um marco no desenvolvimento da indústria goiana.

Na tentativa de preencher a lacuna deixada pela união, no que diz respeito às políticas de desenvolvimento regional, os estados brasileiros das regiões menos favorecidas avançaram na busca de estratégias de desenvolvimento industrial em escala subnacional. É nesse contexto que se cria, em 1984, o FOMENTAR, com objetivo de atrair empreendimentos industriais, sobretudo de grande porte, por meio da concessão de benefícios fiscais. (CASTRO, 2007).

Neste período começaram a surgir os primeiros grandes empreendimentos do ramo de processamento de alimentos, com a atração de empresas como a Perdigão, Granol, Caramuru, e a forte expansão de empresas locais como a Mabel e a então Arisco. Além de importantes indústrias que dão início a um processo de diversificação industrial em Goiás, como CAMECO (John Deere) e MMC (Mitsubishi) em Catalão, que servem de base para a expansão da metal mecânica, e grandes laboratórios farmacêuticos, como Têuto e Neoquímica, que foram âncora para o desenvolvimento de um pólo do segmento em Anápolis.

Conforme Faria (2004), desde a implementação do FOMENTAR até sua substituição, em 2000, foram aprovados 1.565 projetos no programa, sendo que, destes, 364 foram efetivamente implementados e, em 2003, 245 ainda estavam gozando os benefícios.

**Tabela 1: Projetos aprovados e projetos efetivamente implementados pelo Fomentar - 1985-2003**

Projetos Aprovados	Projetos Implementados		
	Em utilização	Encerrados	Total
1.565	245	12	364

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria Executiva do FOMENTAR/PRODUZIR/SIC, (apud, FARIA 2004, p. 43).

Posteriormente, no ano de 2000, Goiás torna-se mais agressivo na atração de empreendimentos industriais e

cria o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR). Para Castro (2007), o novo programa de incentivo à industrialização apresentou dois importantes avanços:

O primeiro é o de incorporar um conjunto de mecanismos de seletividade setorial e regional ao programa de incentivos, com foco no estímulo a verticalização e agregação de valor a produção primária de Goiás, e na redução das desigualdades regionais no âmbito do próprio estado. O segundo é o de situar-se dentro de um planejamento mais amplo de governo, o plano "Goiás Século XXI" (de 1999), onde se procura articular o programa de incentivos fiscais a um conjunto de políticas públicas organizadas em torno de um macro objetivo de desenvolvimento sustentável. (CASTRO, 2007, p. 5).

No âmbito do PRODUZIR, entre os anos 2001 e 2009, foram contratados 554 projetos de concessão de benefícios fiscais para implantação ou expansão de empreendimentos industriais.<sup>4</sup> Estes projetos somaram R\$ 9,6 bilhões e R\$ 62,5 bilhões em incentivos concedidos, dos quais 218 já foram implementados e o restante encontra-se em processo de implantação (CASTRO et al, 2009).

Os dois programas de incentivos fiscais, implementados em Goiás, estiveram orientados para o desenvolvimento, sobretudo, de três grandes grupos de segmentos industriais: 1) processamento de matérias-primas naturais e indústrias acessórias, como embalagens, adubos e rações, com o objetivo de agregar valor aos produtos agropecuários e minerais locais; 2) química, farmacêutica e automobilística, em um esforço de diversificação da economia; 3) setores tradicionais como de confecções, calçados e móveis, com objetivos de gerar empregos e promover o adensamento de suas cadeias produtivas (CASTRO et al 2009). Os dados da Tabela 2 revelam que cerca de 80% dos investimentos realizados por meio do PRODUZIR estão ligados ao primeiro grupo, outros 11% ficaram por conta do segundo e apenas cerca de 1% ao terceiro.

<sup>4</sup> Durante esse período, 1.321 projetos foram aprovados junto ao conselho do Programa. Os 554 são projetos que avançaram e foram efetivamente contratados.

**Tabela 2: Projetos, investimentos e benefícios fiscais dos projetos contratados no PRODUZIR, por segmentos selecionados (2001- outubro de 2009)**

Segmentos	Projetos		Investimentos*		Incentivos**	
	Nº	%	R\$	%	R\$	%
Alimentícios (outros)	58	10,5%	377.158.785	3,9%	2.495.827.822	4,0%
Bebidas	16	2,9%	160.496.893	1,7%	661.805.727	1,1%
Sucroalcooleiro	49	8,8%	5.959.798.112	62,2%	23.423.607.478	37,5%
Laticínios	43	7,8%	146.082.486	1,5%	2.269.106.185	3,6%
Óleos Vegetais	9	1,6%	252.169.600	2,6%	2.517.907.033	4,0%
Frigoríficos	12	2,2%	314.639.066	3,3%	1.846.159.815	3,0%
Atomatados	7	1,3%	50.184.827	0,5%	754.481.202	1,2%
Mineração	6	1,1%	170.379.175	1,8%	740.126.586	1,2%
Adubos e Fertilizantes	7	1,3%	15.355.156	0,2%	216.740.745	0,3%
Embalagens	32	5,8%	210.523.334	2,2%	1.499.301.812	2,4%
Farmacêutico	37	6,7%	332.571.707	3,5%	2.826.112.555	4,5%
Químico	48	8,7%	286.692.891	3,0%	2.463.252.510	3,9%
Automotivo	14	2,5%	586.870.130	6,1%	10.533.320.380	16,9%
Têxtil e Confecções	19	3,4%	28.027.337	0,3%	551.466.430	0,9%
Calçados	6	1,1%	1.130.131	0,01%	17.737.244	0,03%
Móveis	18	3,2%	47.944.835	0,5%	490.308.018	0,8%
Total Parcial	381	68,8%	8.940.024.466	93,4%	53.307.261.541	85,3%
Outros	188	33,9%	669.964.168	7,0%	9.893.191.869	15,8%
Total	554	100,0%	9.575.002.935	100,0%	62.477.572.434	100,0%

Fonte: Castro et al (2009, p. 63).

\* Investimentos em implantação e expansão

\*\*Trata-se de um crédito de ICMS, limitado a 73% do imposto devido, a ser gozado ao longo de todo o período do contrato (de 7 ou 15 anos dependendo do caso).

A partir de 1999, além dos incentivos do PRODUZIR, Goiás também promoveu um intenso processo de redução de alíquotas de ICMS e criação de uma ampla gama de benefícios fiscais pontuais para ampliar a competitividade, principalmente, dos segmentos industriais citados no parágrafo anterior.

Não é objeto deste artigo fazer uma avaliação, mais aprofundada, dos resultados e das limitações desses programas. É importante, entretanto, fazer algumas considerações. Os incentivos fiscais constituem um instrumento legítimo e necessário para fomentar o desenvolvimento de regiões emergentes como Goiás. Entretanto, no quadro de uma "guerra fiscal" entre os estados brasileiros, decorrentes do abandono às políticas de desenvolvimento regional por parte do governo federal, o instrumento acumulou algumas

distorções, entre elas o de elevar o nível dos benefícios<sup>5</sup> e forçar sua constante renovação, gerando uma renúncia de receita que impacta de maneira negativa a capacidade de investimento em longo prazo do governo estadual<sup>6</sup>. Além disso, a seletividade setorial e regional na sua concessão foi muito pequena, limitando sua capacidade de atuar na redução das desigualdades intra-estaduais. E ainda, na ausência de uma política de desenvolvimento produtivo e regional mais ampla no estado, a integração dos incentivos com outros

<sup>5</sup> Os incentivos, provavelmente, poderiam ter sido bem menores, especialmente nos segmentos em que as vantagens comparativas naturais do estado são grandes, como na agroindústria e na indústria mineral, considerando ainda, no caso dessa última, a rigidez locacional que caracteriza boa parte dos investimentos.

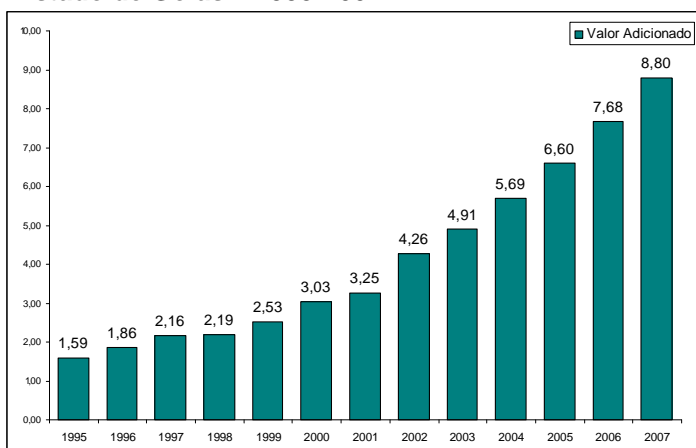
<sup>6</sup> A maior parte dos incentivos de Goiás incide sobre "imposto novo", gerado pelas próprias empresas que foram beneficiadas. Além disso, seus efeitos multiplicadores sobre o conjunto da economia produzem um dinamismo que gera importante receita tributária. Entretanto, esse próprio dinamismo gera demandas importantes e crescentes de infraestrutura e serviços públicos, cujo atendimento fica limitado quando a renúncia fiscal de longo prazo sobre as receitas geradas pelos novos empreendimentos é muito elevada.

instrumentos de política foi muito pequena, impedindo um enraizamento maior dos investimentos e contribuindo pouco para exploração do potencial endógeno dos territórios onde eles ocorreram.

Contudo, em que pesem suas distorções, é fato que esses programas contribuíram para o aprofundamento do processo de transformação vivido pela economia goiana nesse período, acelerando o desenvolvimento industrial e induzindo uma maior integração e diversificação do tecido produtivo.

No que se refere à aceleração, ela pode ser percebida por alguns indicadores, entre eles a evolução do Valor Adicionado<sup>7</sup> (VA) e do faturamento da indústria. Os números dessa evolução em Goiás, que podem ser observados nos Gráficos 1 e 2, revelam um significativo crescimento. De acordo com dados apresentados no Gráfico 1, em 1995, primeiro ano com dados disponíveis para o setor, o VA das indústrias de transformação e extrativa mineral somavam-se R\$ 1,59 bilhão, saltando para R\$ 8,80 bilhões no ano de 2007, com acréscimo nominal de 453,84% e variação real de 63,33% no período.

**Gráfico 1: Valor Adicionado (em bilhões de R\$) da indústria de transformação e extrativa mineral do Estado de Goiás – 1995-2007**



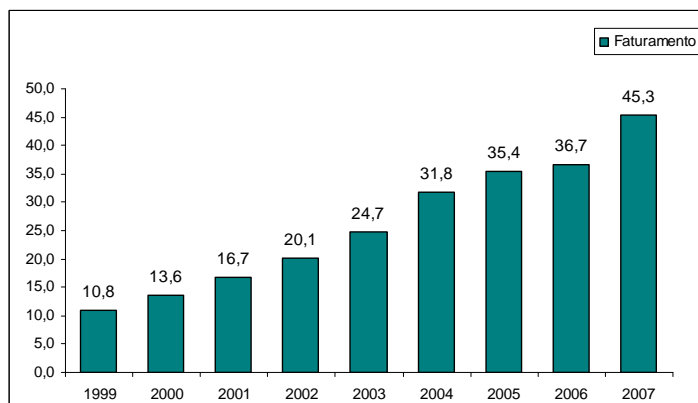
Fonte: Seplan/Sepin – Gerência de Contas Regionais - elaboração própria.

Embora os dados disponíveis de faturamento sejam de uma série mais curta (somente a partir de 1999), também comprovam o bom desempenho do setor

<sup>7</sup> Valor Adicionado (VA) refere-se à diferença entre o Valor Bruto da Produção (VBP) e o Consumo Intermediário (CI).

industrial. Conforme apresentado no Gráfico 2, em 1999 as vendas da indústria somavam-se R\$ 10,8 bilhões, saltando para R\$ 45,3 bilhões no ano de 2007, com acréscimo nominal de 319,06% no período.

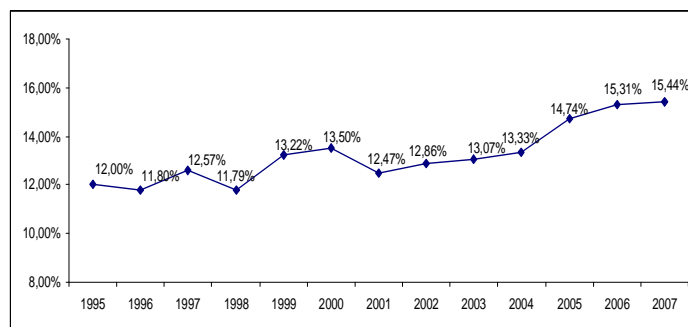
**Gráfico 2: Faturamento (em bilhões de R\$) do setor industrial do Estado de Goiás – 1999-2007**



Fonte: Sefaz-GO - elaboração própria.

O crescimento do VA e do faturamento do setor industrial, foi mais acelerado do que o dos demais setores, o que se traduziu em um ganho importante de participação relativa da indústria na geração de riquezas totais do estado, como mostra o Gráfico 3. O conjunto da indústria de transformação e extrativa mineral participava com 12,0%, do PIB estadual em 1995, início da série histórica, e saltou para 15,4% em 2007, último dado disponível para comparação. Durante este período, a indústria de transformação acumulou taxa real de 63,3%, e crescimento médio anual de 4,2%, superior ao crescimento médio da economia estadual (3,85%).

**Gráfico 3: Participação do valor adicionado da indústria de transformação e extrativa mineral no PIB do Estado de Goiás – 1995-2007**

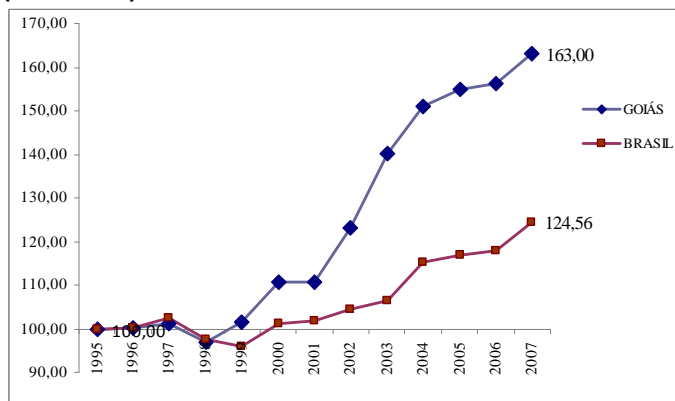


Fonte: Seplan/Sepin – Gerência de Contas Regionais - elaboração própria.

Na comparação com o país, pode-se observar que a expansão da indústria de transformação goiana entre

1995 e 2007 foi bem superior a média nacional, com uma expansão acumulada do VA industrial, no período, de 63% em Goiás, contra 24,56% no Brasil.

**Gráfico 4 – Variação do valor adicionado bruto a preço básico da indústria, Brasil e Goiás, 1995-2007 (1995=100)**



Fonte: Seplan/Seplan – Gerência de Contas Regionais - elaboração própria.

A elevação na participação do setor no PIB e a alta variação do faturamento em Goiás no período devem-se, em grande parte, à instalação e expansão de empreendimentos voltados para o processamento de produtos do setor agropecuário e a extração e transformação mineral. Segmentos que, como ressalta Diniz (1993), podem ser classificados como “indústrias weberianas”, para as quais os custos de transporte são significativos e, portanto, a proximidade com as fontes de matéria é um importante fator na decisão locacional. Assim, como foi argumentado inicialmente, o processo de implantação e desenvolvimento dessas indústrias em Goiás é, em parte, um desdobramento natural do avanço da fronteira agrícola e mineral para o Centro Oeste e da modernização dessas atividades primárias no estado que a acompanham. O ritmo em que esse processo ocorre é que pode ser atribuído ao efeito dos incentivos.

Mas novos setores têm contribuído muito nos últimos anos, e de forma crescente, para esse crescimento tais como a indústria química, farmacêutica, automobilística e outras. Atividades para as quais o estado não conta com vantagens comparativas naturais e cujo desenvolvimento se explica, em grande parte, pela política de incentivos.

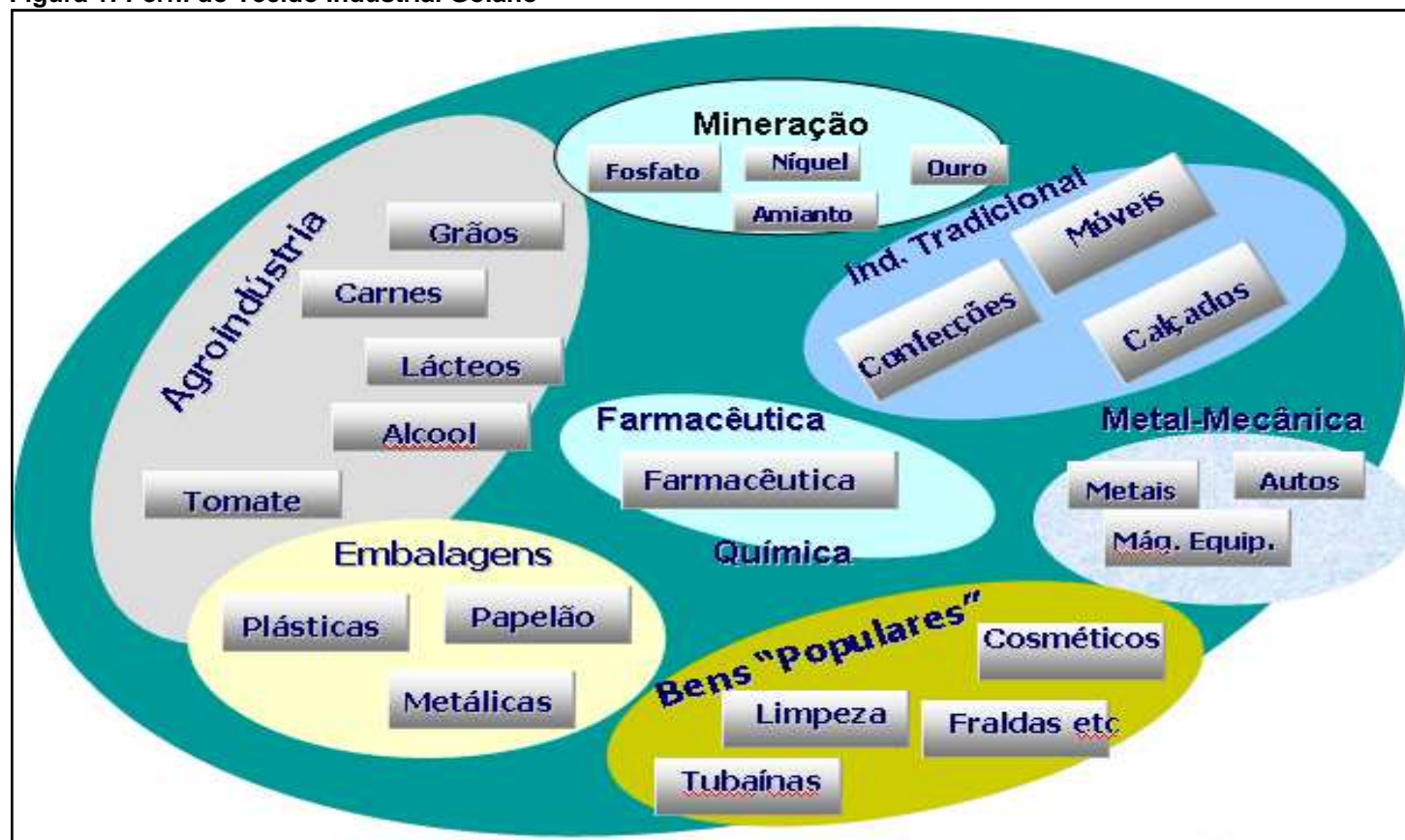
## 2 – Perfil da Indústria Goiana

O processo rápido de crescimento da indústria goiana, nos últimos anos, foi acompanhado de transformações significativas em seu perfil setorial. Esse perfil pode ser observado de maneira esquemática na Figura 1.

A participação relativa dos vários setores no Valor da Transformação Industrial (VTI) e no emprego industrial do estado, que evidencia esse perfil, assim como suas mudanças recentes, é discutida a partir dos dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE, para 1996 e 2007, sistematizados nos quadros 1 e 2. No quadro 1 os dados estão organizados por setores de atividades. No quadro 2 esses setores foram reunidos em seis grandes grupos de atividades que são mais representativas e/ou que estão despontando na indústria goiana: agroindústria/alimentos, indústria de base mineral, embalagens, indústria tradicional, farmacêutica/química e metal-mecânica.

A indústria goiana possui significativa participação de segmentos intensivos em recursos naturais, com maior peso da agroindústria, na qual se destacam os complexos de processamento de grãos e carnes, o lácteo, de processamento de tomate e o sucoalcooleiro. Este segmento industrial é representado pelo conjunto da indústria de alimentos e bebidas e fabricação de álcool. Sua participação no VTI da indústria goiana passou de 53,06% do VTI em 1996, para 46,90% em 2007, revelando uma redução substancial no período. Sua participação no emprego, entretanto, aumentou, passando de 39,28% em 1996 para 43,63% em 2007. Esses dados têm que ser compreendidos levando-se em conta o quadro exposto no item anterior desse artigo, de rápido crescimento da indústria como um todo. Esse grupo tem revelado grande dinamismo e continua sendo o carro chefe da indústria goiana. A redução de seu peso relativo, entretanto, revela certo processo de diferenciação do perfil industrial.

Figura 1: Perfil do Tecido Industrial Goiano



Fonte: Castro, 2007

Outro segmento industrial dependente de recursos naturais que tem grande representatividade na estrutura produtiva do estado é a indústria de extração e beneficiamento de bens minerais. Destaca-se, neste caso, o níquel, nióbio, fosfato, amianto-crisotila e ouro. As atividades de base mineral passam de 16,40% do VTI estadual em 1996 para 22,9% em 2007. Registrando um expressivo ganho de participação no período. Sua representatividade no emprego, contudo, sofre uma queda, saindo de 12,12% em 1996 do total do emprego formal na indústria, para 10,28% em 2007. Essa queda se explica por se tratar de um segmento que, em Goiás, além de intensivo em recursos naturais, é dominado por grandes empresas intensivas em capital. O ganho de participação está relacionado a um novo grande ciclo de investimentos verificado no período, induzido pela elevação dos preços das *commodities* minerais no comércio internacional em decorrência do grande aumento de demanda liderado pelo crescimento da China. Entre essas atividades, os segmentos que mais ampliaram sua participação foram

o de extração de minerais metálicos e o de metalurgia básica, alavancados por grandes projetos como os de níquel da *Anglo American* e da Votorantin Metais no pólo mineiro-metalúrgico de Niquelândia-Barro Alto, o Projeto Chapada de concentrados de ouro e cobre em Alto Horizonte e outros. Verificou-se certo avanço em termos de verticalização do setor com fortes investimentos como os na industrialização de fosfato em Catalão/Ouvidor, de ferro níquel em Barro Alto e a de ácido sulfúrico em Alto Horizonte. Entretanto, ainda se trata de atividades com grau muito baixo de integração com o tecido produtivo local.

A indústria tradicional, intensiva em mão de obra, representada pelas atividades produtivas de têxteis, confeccões, calçados e móveis, viu sua participação se reduzir de 10,54% para 5,10% do VTI. Como era de se esperar, sua participação no emprego também apresentou queda expressiva, passando de 28,9% para 19,97%. Apesar da redução na representatividade, ela continua como a segunda maior empregadora no setor industrial no estado, depois da indústria alimentícia.

**Quadro 1: Participação no Valor da Transformação Industrial e Pessoal Ocupado na Indústria no Estado de Goiás, por setores de atividades – 1996 e 2007**

Estrutura por Divisão de Atividades Industriais	Pessoal ocupado em 31/12 (%)		VTI (%)	
	1996	2007	1996	2007
<b>Total</b>	100	100	100	100
Extração de carvão mineral	0	0	0	0
Extração de petróleo e serviços relacionados	0	0	0	0
Extração de minerais metálicos	1,2	0,68	1,02	7,6
Extração de minerais não-metálicos	1,96	1,58	4,89	3,6
Metalurgia básica	2,27	1,99	3,97	9,5
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	6,69	6,03	6,52	2,2
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	33,3	41,1	46,8	44,4
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	6	2,57	6,24	2,5
Fabricação de produtos do fumo	0,12	0,06	0,01	0
Fabricação de produtos têxteis	3,6	1,41	1,42	0,5
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	17,8	11,2	6,45	2,4
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	3,12	2,88	1,21	0,9
Fabricação de produtos de madeira	1,07	1,21	0,52	0,4
Fabricação de móveis e indústrias diversas	2,84	3,32	0,94	0,9
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,95	1,33	0,61	0,7
Fabricação de artigos de borracha e plástico	3,05	3,3	2,24	1,5
Fabricação de produtos químicos e Farmacêuticos	5,72	8,18	11,7	9,8
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	3,49	5,24	1,38	3,1
Fabricação de máquinas e equipamentos	0,64	1,63	0,39	2,1
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	0	0,1	0	0
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,44	0,39	0,17	0,1
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	0,06	0,2	0,01	0
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	0,06	0,23	0,02	0,1
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	1,15	2,54	0,29	6,1
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0,42	0,22	0,14	0,1
Reciclagem	0	0,57	0	0,3
Outros	0	0	0	0

Fonte: PIA/IBGE. Elaboração própria, com base em Castro, 2007.

A expansão da agroindústria em Goiás e no Centro-Oeste do país estimulou a implantação local de indústrias de embalagens de papel/papelão, plásticas e

também metálicas, que são situadas entre os setores intensivos em trabalho e em escala. É um segmento heterogêneo em termos de intensidade tecnológica e de



capital. O nível de desagregação dos dados da PIA não permite individualizar os dados desses segmentos. Utilizou-se para efeito de análise, os dados agregados em fabricação de produtos de papel e de artigos de borracha e plástico, segmentos que, em Goiás, são constituídos principalmente por empresas de embalagens de papel/papelão e plásticas. Não contemplam, naturalmente, as embalagens metálicas. Verifica-se uma pequena queda relativa em sua participação no VTI de 2,85% para 2,20%, e um aumento em sua representatividade no emprego industrial, passando de 4,0% para 4,63%.

Trata-se de um segmento que registrou importante crescimento na primeira metade dos anos 90 e continua crescendo no período analisado. Sua pequena queda relativa no VTI no período explica-se pelo fato de que seu crescimento foi menos expressivo que de outros, como a metal-mecânica e a indústria de base mineral, que ampliaram de forma expressiva sua representação no total do VTI estadual durante os anos considerados.

Outro segmento com participação expressiva no valor adicionado da indústria goiana é o químico e farmacêutico. Sua participação no VTI de 2007 foi de 9,80% e de 8,18% no emprego industrial. Os dados relevam uma queda em relação a sua participação no VTI de 1996, que foi de 11,72%. No emprego, contudo, observa-se um crescimento importante, em relação ao valor do início do período que era de 5,72%.

Essa indústria praticamente não existia no estado até o final dos anos 80. Seu crescimento foi bastante expressivo até 1996, quando ela alcança a participação de mais de 10% do VTI. A queda relativa registrada em sua participação no período 1996-2007, assim como no caso das embalagens, deve-se principalmente à forte expansão relativa de outros segmentos. Entretanto, diferentemente do caso anterior, ocorre uma redução do ritmo de crescimento da indústria farmacêutica no estado, nos anos 2000, em função das dificuldades de parte das empresas locais de se adequarem às novas

condições competitivas que se estabelecem no setor no país. Essa indústria passa por um forte processo de concentração, com redução do espaço para empresas de médio e pequeno porte, o que afeta o crescimento do pólo em Goiás, com diversas empresas apresentando elevados índices de endividamento.

Um segmento igualmente recente no estado, que revela um crescimento expressivo é o da indústria automotiva. O VTI do setor automotivo passa de 0,29% do VTI em 1996 para 6,10% em 2007. Como se trata de um setor intensivo em escala, sua participação no emprego é muito menor, saindo de 1,15% para 2,54% no período. Esses dados captam apenas os efeitos da implantação das plantas da Mitsubishi/MMC (1998) e da John Deere (1999), essa última produzindo colheitadeiras de cana, ambas no município de Catalão. Depois disso, foi inaugurada uma planta da Hyundai/CAOA (2007), no município de Anápolis, e a Mitsubishi realizou investimentos que duplicaram sua capacidade. De forma que, em 2010 a participação do segmento no VTI do estado é certamente muito maior. Além disso, as perspectivas de investimentos apontam para um crescimento importante nos próximos anos com implantação de uma planta de automóveis da Suzuki e de outras montadoras, principalmente chinesas, e, ainda, de diversas empresas de autopeças atraídas pela ampliação da escala do pólo automotivo local.

Considerando-se o conjunto da metal-mecânica, sua representação no VTI estadual passou de 2,4% em 1996 para 11,9% em 2007, e no emprego de 6,26% para 11,12%. O segmento que mais ampliou sua participação foi justamente o da indústria automotiva, comentada acima. Outros dois segmentos que se destacam são a fabricação de produtos de metal – exceto máquinas e equipamentos que amplia sua participação no VTI de 1,38% para 3,1%, que envolve um conjunto de atividades bem variado e onde se inclui também o de embalagens metálicas, que apresenta crescimento importante no período. O outro segmento que se destaca e merece grande atenção, por seu papel

estratégico no tecido industrial, é o de fabricação de máquinas e equipamentos que passa de inexpressivos 0,39% do para 2,1% do VTI estadual no período tratado.

**Quadro 2: Perfil Industrial de Goiás. Participação de Grandes Grupos de Atividades<sup>8</sup> no Valor da Transformação Industrial do Estado – 1996 e 2007**

Grupos de Atividade	VTI (%)		Diferença (%) (2007-1996)	Característica Setorial
	1996	2007		
Agroindústria/Alimentos <sup>9</sup>	53,06	46,90	-11,61	Intensiva em recursos naturais
Base Mineral <sup>10</sup>	16,40	23,90	39,63	Intensiva em recursos naturais
Embalagens <sup>11</sup>	2,85	2,20	-22,81	Intensiva em escala/trabalho
Indústria Tradicional <sup>12</sup>	10,54	5,10	-51,61	Intensiva em trabalho
Farmacêutica/Qumica <sup>13</sup>	11,72	9,80	-16,38	Intensiva em escala
Metal-Mecânica <sup>14</sup>	2,4	11,9	395,83	Intensiva em escala
Outros	3,03	1,50	-50,50	-

Fonte: PIA/IBGE. Elaboração própria, com base em Castro, 2007.

**Considerações Finais**

O estado de Goiás tem apresentado elevação substancial de seu Produto Interno Bruto com importantes ganhos de participação na riqueza gerada no país. A indústria tem desempenhado um papel importante nesse processo crescendo a uma taxa superior à do PIB do estado e aumentando significativamente sua participação no produto. Sua expansão tem sido igualmente, superior à média nacional.

Até o final dos anos 80 essa indústria era ainda incipiente e basicamente constituída por atividades de processamento de matérias-primas advindas da agropecuária, de extrativismo mineral, e de segmentos tradicionais e intensivos em trabalho, como confecções e calçados. Nos últimos 20 anos, ela passou por um intenso processo de desenvolvimento, no qual a política estadual de incentivos fiscais implementada nesse período, apesar de suas distorções, cumpriu um papel importante.

Esse artigo procurou analisar o perfil do tecido industrial que emerge desse processo. O que se pôde constar é que os setores intensivos em recursos naturais, baseados na exploração das matérias primas agropecuárias e minerais do estado, continuam fortemente dominantes na estrutura industrial, tendo inclusive aumentado um pouco sua participação total, que era de 69,46% em 1996, e passou a 70,8% em 2007. A agroindústria - que passou por um forte processo de crescimento, modernização e crescente integração nesse período - juntamente com os demais segmentos da indústria de alimentos e de bebidas, continua ocupando, de longe, a liderança, mas apresentou uma queda expressiva, de 11,61%, em sua participação relativa, no período.

Parte desse espaço relativo foi ocupada pela indústria de base mineral que aumentou fortemente sua participação, em 39,63%, impulsionada por um novo bloco de grandes investimentos que permitiu uma forte expansão no segmento e um tímido avanço em sua verticalização.

A indústria tradicional apresenta uma importante perda de participação relativa na estrutura industrial, com uma redução de 51,61% no VTI do estado entre 1996 e 2007. O setor continua, entretanto, tendo um papel importante na geração de empregos, respondendo por quase 20% dos postos de trabalho da indústria goiana.

Por outro lado, alguns segmentos novos despontam, basicamente, em decorrência da política de incentivos

<sup>8</sup> As atividades foram agrupadas livremente em grandes grupos mais representativos e/ou que estão despontando na indústria goiana

<sup>9</sup> Setores de Fabricação de produtos alimentícios e bebidas e o de Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool, que em Goiás se resume a produção de álcool.

<sup>10</sup> Extração de minerais metálicos, Extração de minerais não-metálicos, Fabricação de produtos de minerais não-metálicos e Metalurgia básica.

<sup>11</sup> Fabricação de celulose, papel e produtos de papel e Fabricação de artigos de borracha e plástico

<sup>12</sup> Fabricação de produtos têxteis, Confecção de artigos do vestuário e acessórios, Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados, Fabricação de produtos de madeira e Fabricação de móveis e indústrias diversas.

<sup>13</sup> Fabricação de produtos químicos e Farmacêuticos

<sup>14</sup> Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos, Fabricação de máquinas e equipamentos, Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias e Fabricação de outros equipamentos de transporte.

fiscais, indicando certo processo de diferenciação. A indústria química e farmacêutica, que tinha uma participação inexpressiva na economia local até o final dos anos 80, representa em 2007 quase 10% do VTI do estado. Contudo, ela apresenta uma pequena perda em sua participação em relação a 1996, que era de 11,72%.

A metal-mecânica, também quase inexistente até o final dos anos 80 e com uma participação ainda muito pequena em 1996 (2,4%), alcança quase 12% do VTI em 2007, um aumento de cerca de 400% em 10 anos. Esse crescimento é liderado pelo setor automotivo, que individualmente responde por metade dessa participação.

### Referências

ARRIEL, M. F. *Perfil Produtivo e Dinâmica Espacial da Indústria Goiana (1999-2007)*. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010.

CASTRO, A. C.; FONSECA, M. da G. D. *A dinâmica agroindustrial do centro-oeste*. Brasília: IPEA, 1995.

CASTRO, S. D. ; ESTEVAM, L.; ARRIEL, M.; BRITO L.; COSTA, W.; COSTA L. Análise do balanço de pagamentos do estado de Goiás e a importância dos APLs no fluxo de comércio. In: *"Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil"*. Florianópolis: Ufsc, 2009 (Convênio/Contrato FEPESE-BNDES).

CASTRO, S. D. Diretrizes de política industrial e tecnológica. Goiânia, 2007, mimeo.

DINIZ, C. "Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização" *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v.3 n.1, p. 35-64 1993.

FARIA, N. L. de. *Os benefícios sociais do programa fundo de participação e fomento a industrialização do estado de Goiás – Fomentar*, o período de 1992 a 2003. 2004. 64 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), Universidade Católica de Goiás, 2004.

PASCHOAL, J. A. R. *O papel do FOMENTAR no processo de estruturação industrial em Goiás (1984-1999)*. 2001. 125 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

PIRES, M. J. de S. Estrutura e dinâmica industrial: um estudo da região Centro-Sul do estado de Goiás. *Conjuntura Econômica Goiana*, Goiânia, n.12. Seplan-GO, p. 54-66, dez. 2009. Disponível em: [www.seplan.go.gov.br](http://www.seplan.go.gov.br). Acesso em: 10 jan 2010.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS. Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. *Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos - 2002 a 2007*. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso em: 20 dez. 2009.

# A Relação dos Municípios Goianos com as suas Fontes de Recursos

**Resumo:** Este trabalho é fruto de uma pesquisa desenvolvida na Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás que investigou as finanças municipais dos 246 municípios do Estado de Goiás, levantando informações referentes aos anos-base de 2006, 2007, 2008 e 2009. A fonte dos dados foi o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás. Este estudo aborda as receitas de transferências dos municípios. Percebe-se uma concentração absoluta das transferências na Região Metropolitana, mas em termos relativos elas estão privilegiando as regiões menos favorecidas. Quando se analisa a distribuição das transferências correntes pelas faixas de tamanho da população, também se percebe equilíbrio dos recursos transferidos aos municípios.

**Palavras chave:** finanças municipais, receita de transferências.

## Introdução

As transformações na Administração Pública resultantes das diretrizes firmadas por ocasião da Constituição Federal de 1988, combinadas com a mais recente aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, vêm se traduzindo numa necessidade dos municípios melhorarem as suas administrações. Isto porque há uma clara tendência de aprofundar, por um lado, a municipalização dos gastos com Saúde e Educação e, por outro, a preocupação com a disciplina fiscal. Este modelo, entretanto, tem um ponto de convergência na ação da cidadania, quer no que diz respeito à adoção do Orçamento Participativo, quer no que diz respeito à Gestão Administrativa, via Conselhos Comunitários.

<sup>1</sup>Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR e servidor da Seplan-GO; email: tromanatto@yahoo.com.br.

<sup>2</sup>Economista pela UFG e servidora da Seplan-GO; email: daniela@seplan.go.gov.br.

*Eduiges Romanatto*<sup>1</sup>



*Daniela Vieira de Oliveira*<sup>2</sup>



Esta ação constitui o que se pode considerar como o novo processo de planejamento no Brasil, que tem como foco o desenvolvimento local.

Neste contexto, as Finanças Municipais assumem fundamental importância, tanto pela necessidade de transparência neste processo em curso, como no que se refere ao apoio a formas que venham permitir um monitoramento mais eficiente das ações das prefeituras. Elas constituem instrumento básico para a construção do processo de desenvolvimento local, com ênfase na melhoria da distribuição de renda, na atenção à melhoria da qualidade de vida, no estímulo ao desenvolvimento das vocações locais e na criação de oportunidades de trabalho e geração de renda.

## Fontes de recursos dos municípios goianos

As receitas dos municípios brasileiros, denominadas no balanço contábil de Receitas Arrecadadas, estão divididas em duas contas: as receitas correntes e as receitas de capital. Para fins do presente estudo, foram utilizadas apenas as receitas tributárias e as transferências correntes, não sendo incorporadas à análise as receitas de contribuições patrimoniais.

## Receitas Tributárias

As Receitas Tributárias são arrecadadas pelos próprios municípios em forma de impostos ou taxas. Fazem parte dessas receitas o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, o Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" - ITBI e o Imposto sobre

Serviços de Qualquer Natureza - ISS, além de outros tributos.

O volume de receitas tributárias arrecadadas reflete o peso e a magnitude da economia de um município, o que é corroborado quando se analisa a distribuição dessas receitas pelas regiões de planejamento.

A Tabela 01 mostra uma expressiva concentração das receitas tributárias nos municípios da Região Metropolitana de Goiânia, 57,4% em 2009, a qual se caracteriza por uma proporção menor de municípios, relativamente, mas que contém o maior contingente de população, aproximadamente 36,8%. Contudo, nessa região há uma arrecadação superior ao seu peso populacional. A Região Sudoeste Goiano também segue essa regra e tem uma arrecadação maior (9,99%)

que o peso da sua população (8,75%), embora com uma diferença bem menor que a Região Metropolitana.

As Regiões Nordeste Goiano e Entorno do Distrito Federal foram as que tiveram menor relação entre receitas e população em 2009. Juntas responderam por apenas 8,06% do total de impostos e taxas arrecadados pelos municípios, valores muito abaixo, considerando-se o peso destas regiões na estrutura populacional goiana (19,97%). A Região Nordeste Goiano, responsável por 0,94% do total das receitas tributárias, concentrava 2,79% da população estadual. Já no Entorno do Distrito Federal a arrecadação foi de 7,12% e a proporção da população de 17,18%. Todas as regiões seguem esse padrão, exceto as do parágrafo anterior.

**Tabela 1 - Distribuição proporcional das receitas municipais, segundo Regiões de Planejamento - 2006 - 2009**

Regiões de Planejamento	Proporção		Receitas tributárias	Transferências correntes	Receita disponível
	De municípios	De população			
<b>2006</b>					
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Regiões de Planejamento</b>					
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	<b>12,60</b>	10,45	8,29	10,50	10,13
Região Entorno do Distrito Federal	<b>7,72</b>	17,10	6,23	12,36	11,34
Região Metropolitana de Goiânia	<b>8,13</b>	36,64	58,46	30,85	35,45
Região Nordeste Goiano	<b>8,13</b>	2,80	1,02	3,71	3,26
Região Noroeste Goiano	<b>5,28</b>	2,35	1,01	2,74	2,45
Região Norte Goiano	<b>10,57</b>	5,24	3,26	5,88	5,45
Região Oeste Goiano	<b>17,48</b>	5,83	2,67	7,39	6,60
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	<b>8,94</b>	4,15	3,36	5,92	5,49
Região Sudoeste Goiano	<b>10,57</b>	8,74	10,04	12,41	12,01
Região Sul Goiano	<b>10,57</b>	6,70	5,66	8,25	7,82
<b>2007</b>					
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Regiões de Planejamento</b>					
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	<b>12,60</b>	10,53	7,26	9,77	9,35
Região Entorno do Distrito Federal	<b>7,72</b>	16,91	6,35	12,93	11,82
Região Metropolitana de Goiânia	<b>8,13</b>	36,88	60,26	29,32	34,51
Região Nordeste Goiano	<b>8,13</b>	2,78	1,06	3,60	3,17
Região Noroeste Goiano	<b>5,28</b>	2,36	1,18	2,67	2,42
Região Norte Goiano	<b>10,57</b>	5,27	3,52	7,32	6,68
Região Oeste Goiano	<b>17,48</b>	5,86	2,64	7,31	6,53
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	<b>8,94</b>	4,12	2,96	5,87	5,39
Região Sudoeste Goiano	<b>10,57</b>	8,63	9,03	12,14	11,62
Região Sul Goiano	<b>10,57</b>	6,66	5,74	9,06	8,51
<b>2008</b>					
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Regiões de Planejamento</b>					
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	<b>12,60</b>	10,45	8,29	10,50	10,13
Região Entorno do Distrito Federal	<b>7,72</b>	17,10	6,23	12,36	11,34
Região Metropolitana de Goiânia	<b>8,13</b>	36,64	58,46	30,85	35,45

Regiões de Planejamento	Proporção		Receitas tributárias	Transferências correntes	Receita disponível
	De municípios	De população			
Região Nordeste Goiano	<b>8,13</b>	2,80	1,02	3,71	3,26
Região Noroeste Goiano	<b>5,28</b>	2,35	1,01	2,74	2,45
Região Norte Goiano	<b>10,57</b>	5,24	3,26	5,88	5,45
Região Oeste Goiano	<b>17,48</b>	5,83	2,67	7,39	6,60
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	<b>8,94</b>	4,15	3,36	5,92	5,49
Região Sudoeste Goiano	<b>10,57</b>	8,74	10,04	12,41	12,01
Região Sul Goiano	<b>10,57</b>	6,70	5,66	8,25	7,82
<b>2009</b>					
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Regiões de Planejamento</b>					
Centro Goiano (Eixo BR-153)	<b>12,60</b>	10,42	8,31	10,34	10,00
Entorno do Distrito Federal	<b>7,72</b>	17,18	7,12	12,88	11,92
Metropolitana de Goiânia	<b>8,13</b>	36,80	57,48	30,69	35,15
Nordeste Goiano	<b>8,13</b>	2,79	0,94	3,49	3,06
Noroeste Goiano	<b>5,28</b>	2,32	1,03	2,69	2,41
Norte Goiano	<b>10,57</b>	5,17	3,53	7,28	6,65
Oeste Goiano	<b>17,48</b>	5,76	2,54	7,33	6,53
Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	<b>8,94</b>	4,14	3,15	5,84	5,39
Sudoeste Goiano	<b>10,57</b>	8,75	9,99	11,29	11,07
Sul Goiano	<b>10,57</b>	6,67	5,90	8,18	7,80

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Notas: 1) Receita Disponível: Transferências correntes + receitas tributárias

2) Total Geral de Receitas = receita correntes + receita de capital / não incluso "retificada"

3) Receitas tributárias 2006 = IPTU + ISSQN + IRRF + ITBI + Taxas + Contribuição de Melhoria

4) Receita Disponível: Transferências correntes + receitas tributárias

5) População para os anos 2006, 2008 e 2009 - estimada. População para o 2007 - contagem

A Tabela 2 mostra ainda que quanto maior a população de um município maior a sua receita tributária. De fato, enquanto 67,2% das receitas tributárias produzidas pelos municípios com mais de 100.000 habitantes eram gerados por 48,49% da população estadual. Os municípios com população menor que 100.000

habitantes, que concentravam 96,75% dos municípios e 51,51% da população, eram responsáveis por apenas 32,8% dessas receitas. Os centros urbanos, com grande número de estabelecimentos produtivos, produziram sinergias que tiveram como resultado o aumento da arrecadação tributária desses municípios.

**Tabela 2 - Distribuição proporcional das receitas municipais, segundo classes de tamanho da população dos municípios - 2006 - 2009**

Regiões de Planejamento	Proporção		Receitas tributárias	Transferências correntes	Receita disponível
	De municípios	De população			
<b>2006</b>					
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Classes de tamanho da população</b>					
Até 4 000 hab.	<b>33,33</b>	4,18	2,58	9,64	8,48
De 4 001 a 15 000 hab.	<b>41,06</b>	13,33	6,55	18,67	16,67
De 15 001 a 35 000 hab.	<b>14,23</b>	13,95	7,57	15,07	13,83
De 35 001 a 100 000 hab.	<b>8,13</b>	21,23	14,50	20,84	19,80
Mais de 100 000 hab.	<b>3,25</b>	47,31	68,80	35,78	41,22
<b>2007</b>					
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Classes de tamanho da população</b>					
Até 4 000 hab.	<b>33,74</b>	4,34	3,49	10,13	9,02
De 4 001 a 15 000 hab.	<b>41,87</b>	14,20	6,97	13,52	12,42
De 15 001 a 35 000 hab.	<b>13,01</b>	12,80	6,93	22,44	19,84

Regiões de Planejamento	Proporção		Receitas tributárias	Transferências correntes	Receita disponível
	De municípios	De população			
De 35 001 a 100 000 hab.	<b>8,54</b>	21,95	14,38	19,61	18,73
Mais de 100 000 hab.	<b>2,85</b>	46,70	68,23	34,29	39,99
<b>2008</b>					
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Classes de tamanho da população</b>					
Até 4 000 hab.	<b>32,11</b>	4,05	2,66	9,57	8,42
De 4 001 a 15 000 hab.	<b>42,68</b>	13,97	8,35	19,59	17,72
De 15 001 a 35 000 hab.	<b>13,82</b>	13,33	6,76	13,41	12,30
De 35 001 a 100 000 hab.	<b>8,13</b>	20,44	14,57	20,38	19,42
Mais de 100 000 hab.	<b>3,25</b>	48,21	67,67	37,05	42,15
<b>2009</b>					
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Classes de tamanho da população</b>					
Até 4 000 hab.	<b>31,71</b>	3,93	2,49	9,06	7,97
De 4 001 a 15 000 hab.	<b>42,68</b>	13,68	7,98	14,51	13,42
De 15 001 a 35 000 hab.	<b>14,23</b>	13,47	6,95	20,86	18,54
De 35 001 a 100 000 hab.	<b>8,13</b>	20,43	15,37	18,49	17,97
Mais de 100 000 hab.	<b>3,25</b>	48,49	67,20	37,08	42,11

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Notas: 1) Total Geral de Receitas = receita correntes + receita de capital / não incluso "retificada"

2) Receitas tributárias 2006 = IPTU + ISSQN + IRRF + ITBI + Taxas + Contribuição de Melhoria

3) Receita Disponível: Transferências correntes + receitas tributárias

4) População para os anos 2006, 2008 e 2009 - estimada. População para o 2007 - contagem

### Transferências Correntes

As Transferências Correntes são recursos destinados aos municípios e têm como origem principal a União e os Estados Federados. Fazem parte das Transferências da União a cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, as transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF<sup>3</sup>, e outras transferências do Governo Federal. Já as

Transferências dos Estados englobam a cota-parte do ICMS; a cota-parte do imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA; transferências do FUNDEF e outras transferências da Administração Estadual. Ainda compõem as transferências correntes as Transferências dos Municípios e outras transferências correntes.

A distribuição das transferências correntes pelas Regiões de Planejamento revelou duas situações: a primeira é em relação às receitas tributárias, como mostrada na Tabela 01. As receitas estavam fortemente concentradas na Região Metropolitana e assim ocorre com a distribuição proporcional das transferências correntes, ou seja, continua privilegiando tal região.

Por outro lado, ao comparar as transferências correntes com a distribuição da população pelas regiões goianas, nota-se um melhor desempenho, ou seja, apresentaram percentuais de transferências superiores aos seus respectivos pesos na população, exceto Centro Goiano, Entorno do Distrito Federal e a Metropolitana de Goiânia. Ou seja, o Entorno do Distrito Federal novamente não é uma região com a devida atenção.

<sup>3</sup> FUNDEF significa Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Antes, uma parcela das receitas públicas era destinada à educação como um todo. A proposta desse fundo era definir uma parcela que atendesse especificamente ao ensino fundamental (1ª a 8ª série), através de uma redistribuição dos recursos provenientes de impostos aplicados pelos municípios e estados. Apesar dos resultados positivos em muitos estados, surgiu a proposta de sua substituição pelo FUNDEB, que não investiria apenas na educação fundamental, mas no ensino médio também. Foi implantado pela Emenda Constitucional nº. 14, de 1996, mas só começou a vigorar em 1998. Seu prazo de duração era de 10 anos, expirando em 2006. Em 2007 passou a vigorar o FUNDEB, com duração prevista de 14 anos. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006, o Fundeb está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020.

Assim, apesar de haver uma concentração absoluta das transferências na Região Metropolitana, em termos relativos elas estão privilegiando as regiões menos favorecidas com suas arrecadações tributárias. Para comprovar isso basta fazer a proporção das transferências em relação à população. Nessa relação, a Região Norte Goiano é a que apresenta melhor relação junto com o Sudeste Goiano, seguidas do Sudoeste Goiano, Nordeste Goiano, Sul Goiano e Noroeste Goiano.

Quando se analisa a distribuição das transferências correntes pelas faixas de tamanho da população, observa-se uma distribuição mais equilibrada dos recursos transferidos aos municípios. De acordo com a Tabela 2, os municípios com mais de 100.000 habitantes receberam 37,8% do total das transferências, cifra significativamente inferior aos 67,2% de receitas arrecadas por estes municípios. Por outro lado, os municípios com até 4.000 habitantes obtiveram 9,06% do total das transferências correntes, percentual muito superior a 2,49% de receitas tributárias.

É importante observar que a proporção de recursos transferidos aos municípios com até 4.000 habitantes é significativamente superior aos 3,93% que esses municípios representam na população estadual, mostrando mais uma vez seu caráter redistributivo. Também, este mesmo comportamento pode ser observado, no caso dos municípios com mais de

100.000 habitantes, onde 37,08% das transferências correntes são destinados a 48,49% da população.

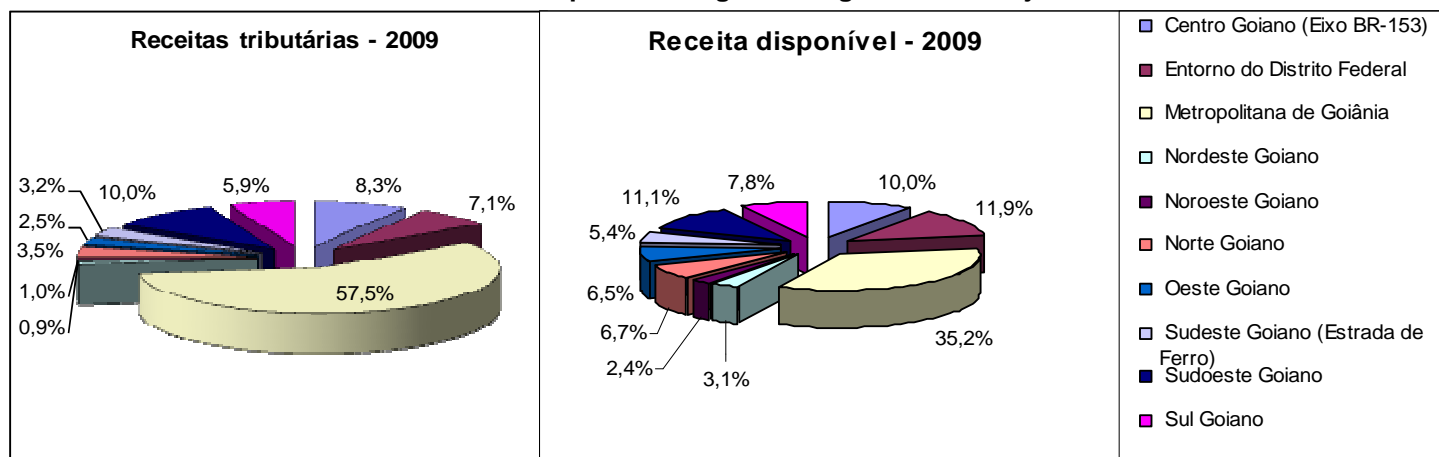
As análises feitas acima mostram que as transferências correntes funcionaram como um mecanismo redistributivo de recursos, reduzindo sua concentração nos municípios maiores e localizados nas regiões mais dinâmicas do Estado de Goiás. Além disso, beneficiam as regiões menos desenvolvidas e os menores municípios.

### Receitas Disponíveis

Para ilustrar melhor esta questão, chamou-se de Receitas Disponíveis a soma das transferências correntes e receitas tributárias. Os resultados obtidos mostraram uma estabilidade entre a participação das regiões, como ilustra a Tabela 01 e o Gráfico que segue.

Uma análise mais aprofundada desta questão é apresentada no Gráfico 2 que mostra a distribuição das receitas tributárias e disponíveis desagregadas por regiões de planejamento. Nota-se que a Região Metropolitana de Goiânia reduziu sua participação quando as transferências correntes foram somadas às receitas tributárias. As demais regiões do estado aumentaram suas participações quando as transferências foram incorporadas às receitas tributárias.

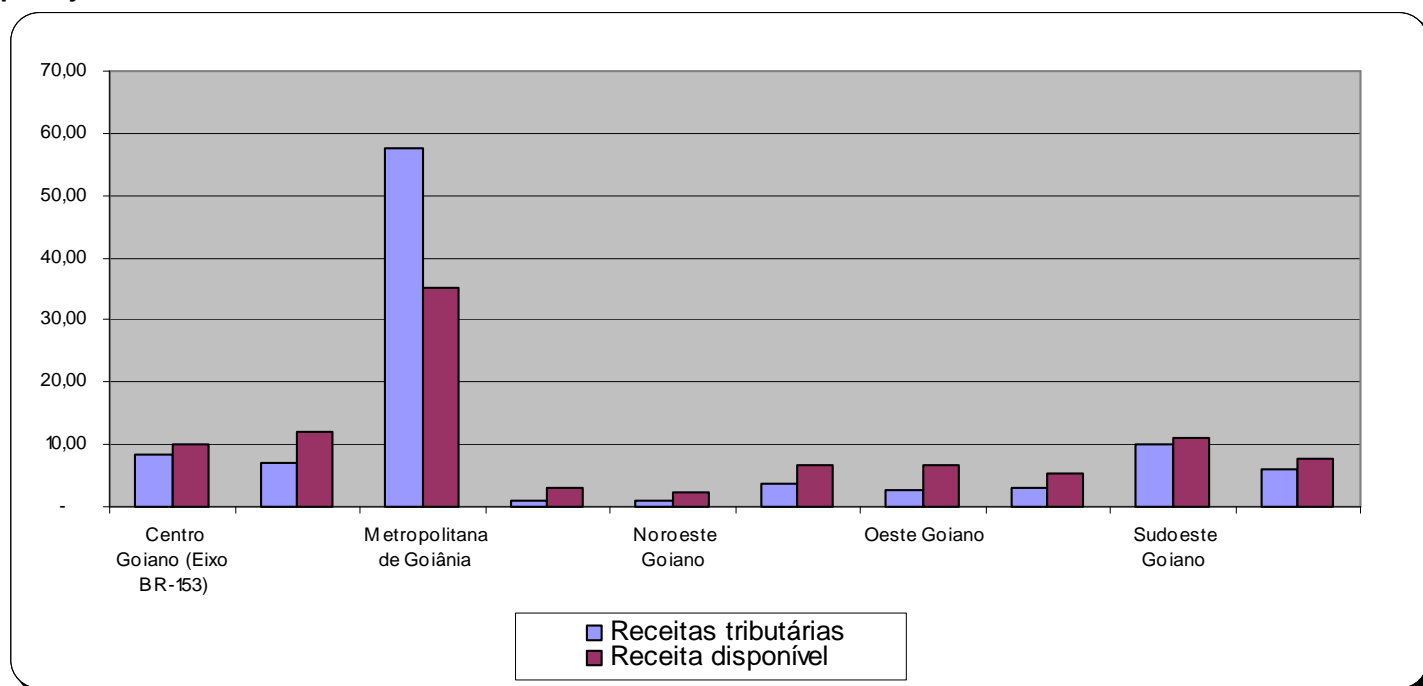
**Gráfico 1 – Receitas tributárias e receitas disponíveis segundo Regiões de Planejamento – 2009**



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa



**Gráfico 2 – Distribuição percentual das receitas tributárias e das receitas disponíveis segundo regiões de planejamento - 2009**



Fonte:Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

### FPM, FUNDEF e ICMS

Na composição das transferências correntes, destacam-se o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS que, juntos totalizaram 67,8% do total das transferências para os municípios. O FPM é formado por uma parcela do produto da arrecadação do Imposto de Renda – IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, nos termos da Constituição Federal art. 159.

O FUNDEF é composto por recursos provenientes de algumas transferências de impostos: dos estados, FPE (Fundo de Participação dos Estados), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), IPI-Exp (Imposto sobre Produtos Industrializados para Exportação); dos municípios, FPM (Fundo de Participação dos Municípios), ICMS e IPI-Exp. Incluem-se também 15% dos recursos da chamada Lei Kandir, que são repasses da União para compensar as perdas

financeiras das unidades federadas, decorrentes da desoneração do pagamento de ICMS de determinados produtos para exportação.

A partir de 2007 passou a vigorar o FUNDEB no lugar do FUNDEF e é composto de contribuição de estados, DF e municípios de: 16,66% no primeiro ano; 18,33% no segundo ano; 20% a partir do terceiro ano, sobre: Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPI-exp); Desoneração de Exportações (Lei Complementar nº 87/96); também, Contribuição de estados, DF e municípios de: 6,66 no primeiro ano; 13,33% no segundo ano; 20%, a partir do terceiro ano, sobre: Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD); Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); quota-parte de 50% do Imposto Territorial Rural devida aos municípios; e complementações da União.

**Tabela 3 - Distribuição proporcional da população, do FPM, do FUNDEF e do ICMS, segundo regiões de planejamento – 2009**

Regiões de Planejamento	Distribuição Proporcional			
	População	FPM	FUNDEF	ICMS
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Regiões de Planejamento</b>				
Região Centro Goiano (Eixo BR-153)	10,42	11,13	11,09	9,50
Região Entorno do Distrito Federal	17,18	13,92	29,17	7,15
Região Metropolitana de Goiânia	36,80	17,99	14,95	30,96
Região Nordeste Goiano	2,79	5,47	4,45	1,94
Região Noroeste Goiano	2,32	4,02	2,45	2,30
Região Norte Goiano	5,17	8,31	7,58	8,21
Região Oeste Goiano	5,76	11,99	6,08	6,62
Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	4,14	6,91	3,03	8,11
Região Sudoeste Goiano	8,75	10,90	12,05	16,03
Região Sul Goiano	6,67	9,37	9,15	9,18

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

A Tabela 03 mostra a distribuição das respectivas transferências pelas regiões de planejamento. Nota-se que o FPM estava mais presente na Região Metropolitana, bem como o ICMS. Já o maior volume de recursos do FUNDEF concentrava-se na Região do Entorno do DF. Esta diferença explica-se pelos distintos critérios de repasse. A distribuição do FPM ocorre através da fixação de faixas populacionais e a criação de parâmetros para cada uma delas: o mínimo é de 0,6 para municípios com até 10.188 habitantes e o máximo é de 4,0 para aqueles acima de 156.000 habitantes. Para a distribuição de recursos do FUNDEF, consideram-se as matrículas no ensino fundamental em qualquer forma de organização admitida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (séries, ciclos, etc.), apuradas pelo censo escolar, realizado anualmente pelo Ministério da Educação - MEC.

No caso do ICMS, sua expressiva concentração nos municípios da Região Metropolitana e, em menor medida na Sudoeste Goiano, explica-se pela própria característica do imposto, que incide sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços, mais intensas nesta região.

Quando se relaciona a distribuição do ICMS com a participação da população em cada região, observa-se que o FPM operou de forma redistributiva, ou seja, as regiões outras que não a Metropolitana apresentaram proporção do FPM superior à sua participação na

população. O ICMS, por sua vez, apresentou um comportamento inverso ao do FPM em 5 regiões, isto é, a concentração de recursos foi superior à participação da população nesta região (Região Norte Goiano, Oeste Goiano, Sudeste Goiano, Sudoeste Goiano e Sul Goiano). Por outro lado, outras 5 regiões apresentaram comportamento na mesma direção do FPM ou de redistribuição de recursos (Região Centro Goiano, Entorno do Distrito Federal, Metropolitana de Goiânia, Nordeste Goiano e Noroeste Goiano).

No caso do FUNDEF, sua distribuição na Região Metropolitana e Sudeste Goiano foi inferior ao da proporção da sua população. Já para as outras regiões sua distribuição foi superior ao da proporção da sua população. Ou seja, também atuou na redistribuição de recursos.

A Tabela 4, por sua vez, mostra a participação do FPM, do FUNDEF e do ICMS nas transferências correntes dos municípios, distribuídos segundo tamanho populacional. Enquanto esse percentual era relativamente baixo, no caso do FUNDEF (13,24%), o mesmo não ocorreu com a participação do FPM e do ICMS, que chegaram a 29,07% e 25,56%, respectivamente, do total das transferências correntes dos municípios.

No caso dos municípios com até 4.000 habitantes, o FPM foi responsável por 58,13% das transferências correntes, reduzindo-se conforme aumentava o

tamanho populacional dos municípios. Este comportamento mostra que o FPM foi um forte mecanismo de redistribuição de recursos para os pequenos municípios.

O ICMS, por outro lado, estava concentrado nos maiores municípios, principalmente naqueles com

população acima de 35.000 habitantes, onde 60,07% das receitas disponíveis eram compostas pelo ICMS. Já o FUNDEF respondeu por uma parcela menor das receitas disponíveis dos municípios, concentrando-se, preferencialmente, nos municípios com população menor que 100.000 habitantes.

**Tabela 4 - Participação do FPM, FUNDEF e ICMS nas transferências correntes dos municípios, segundo classes de tamanho de população dos municípios - 2009**

Classes de tamanho da população	Distribuição Proporcional			
	FPM	FUNDEF	ICMS	Outras
Total	<b>29,07</b>	<b>13,24</b>	<b>25,56</b>	<b>32,12</b>
<b>Classes de tamanho da população</b>				
Até 4 000 hab.	58,13	7,01	18,40	16,46
De 4 001 a 15 000 hab.	41,47	13,29	25,46	19,78
De 15 001 a 35 000 hab.	34,52	16,25	24,71	24,52
De 35 001 a 100 000 hab.	23,97	19,48	30,59	25,96
Mais de 100 000 hab.	16,53	10,06	24,87	48,54

Nota: Outras = transferências correntes - FPM - FUNDEF - ICMS

Fonte:Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

### Conclusões

As informações investigadas possibilitam a verificação de razoável dependência de receitas de transferências por parte dos municípios, principalmente os de menor população.

As transferências correntes funcionaram como um mecanismo redistributivo de recursos, reduzindo sua concentração nos municípios maiores e localizados nas regiões mais dinâmicas do Estado de Goiás. Além disso, beneficiam as regiões menos desenvolvidas e os menores municípios. O mecanismo de transferências atua de forma redistributiva dos recursos entre os municípios, principalmente no caso do FPM.

O FUNDEF responde por uma parcela menor das receitas disponíveis dos municípios, concentrando-se, preferencialmente, nos municípios com população menor que 100 000 habitantes.

O ICMS, por outro lado, é concentrado nos maiores municípios, principalmente naqueles com população acima de 35.000 habitantes.

### Referências

**BALEEIRO, Aliomar.** *Uma Introdução à Ciência das Finanças.*(atualizada por **CAMPOS, Dejalma**) 15ª ed. Rio

de Janeiro, Ed. **Forense**, 1997.

**MACHADO JÚNIOR, J. Teixeira & REIS, H.C.** *.A Lei nº 4.320 Comentada.* 30ª ed. Rio de Janeiro, **IBAM**, 2001.

**NASCIMENTO, Edson Ronaldo e DEBUS, Ilvo.** *Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal.* 3ed. Brasília, 2001.

**Produto Interno Bruto de Goiás 2006:** Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>.

**Produto Interno Bruto de Goiás 2007:** Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>.

**Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos 2006:** Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>.

**Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos 2007:** Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>.

**REZENDE, Fernando.** *Finanças públicas.* 2. ed. São Paulo: **Atlas**, 2001.

**ROMANATTO, Eduiges.** *Classificação dos municípios goianos conforme variáveis de políticas de geração de emprego e renda e de habitação – uma análise*

*multivariada*. Revista de Conjuntura Econômica Goiana, 10ª Ed. Disponível em [www.seplan.go.gov.br/sepim](http://www.seplan.go.gov.br/sepim).

**ROMANATTO, Eduiges; CAMARGOS, Rafael Marques de.; CAMPOS, Rosângela Soares.** *Um Índice de Avaliação de Políticas Públicas da Rede Estadual de Educação de Goiás*. Revista de Conjuntura Econômica Goiana, 11ª Ed. Disponível em [www.seplan.go.gov.br/sepim](http://www.seplan.go.gov.br/sepim).

**ROMANATTO, Eduiges; CAMARGOS, Rafael Marques de; OLIVEIRA, Daniela Vieira de.** *Evolução, a partir dos*

*anos de 1980, dos indicadores de educação, saneamento e segurança em Goiás*. Revista de Conjuntura Econômica Goiana, 12ª Ed. Disponível em [www.seplan.go.gov.br/sepim](http://www.seplan.go.gov.br/sepim).

**ROMANATTO, Eduiges; OLIVEIRA, Daniela Vieira de.** *Principais Características Socioeconômicas de Goiás conforme PNAD 2007*. Revista de Conjuntura Econômica Goiana, 11ª Ed. Disponível em [www.seplan.go.gov.br/sepim](http://www.seplan.go.gov.br/sepim).

# Análise das Contribuições do PAC para Reduzir os Gargalos de Infraestrutura em Goiás

**Resumo:** O objetivo desse trabalho é analisar os principais investimentos do PAC em Goiás, verificando as reais contribuições desses investimentos para solucionar os gargalos infraestruturais que podem obstruir o crescimento econômico do estado. A hipótese é de que os investimentos do PAC em infraestrutura são consistentes e importantes, porém, não são suficientes para solucionar os gargalos infraestruturais recorrentes no estado há vários anos. Para a análise, foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica, por meio de livros didáticos, teses, dissertações, artigos científicos, consultas da internet, pesquisas em *sites* governamentais, além de outras fontes. Os resultados mostram que estão ocorrendo atrasos no cronograma de execução das obras do PAC e que, em Goiás, o atraso maior ocorre nas áreas urbana e social. A conclusão é que o PAC é importante, mas que necessita ser complementado por mais investimentos do estado de Goiás em infraestrutura.

Palavras-chave: **Crescimento Econômico de Goiás. Investimento em Infraestrutura. PAC.**

## Introdução

No Brasil, o processo de industrialização foi impulsionado a partir de 1930, com a crise do café, quando o país passou de importador de bens de consumo para produtor e, a partir daí, os governos focaram seus planos na ampliação da estrutura produtiva. No governo Vargas, foi dado início ao processo de implantação da indústria de base e o Brasil então começou a investir em siderurgia e em fontes alternativas de energia, como o petróleo.

<sup>1</sup>Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia, Coordenador Operacional do Censo 2010 em Goiás e Professor da FACE/UFG, e-mail: edsonvieira@ibge.gov.br.

<sup>2</sup>Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia e Professor da FACE/UFG, e-mail: antonio.mq10@gmail.com

<sup>3</sup>Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia e Professora da FACE/UFG, e-mail: flaviarezende@hotmail.com

<sup>4</sup>Graduada em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – FACE da UFG.

*Edson Roberto Vieira<sup>1</sup>*

*Antonio Marcos de Queiroz<sup>2</sup>*

*Flávia Rezende Campos<sup>3</sup>*

*Virgínia Maria Bezerra dos Santos<sup>4</sup>*

Na década de 50, o nacionalismo varguista foi substituído pelo desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, que começou a mudar o foco da industrialização do país. Já com uma indústria de base quase solidificada, o Brasil começou a produzir com mais intensidade bens de consumo duráveis, havendo uma multiplicação na quantidade de indústrias e na oferta de insumos e bens finais.

A partir desse momento, verificou-se a ampliação dos serviços de infraestrutura, como transporte e fornecimento de energia elétrica. A ampliação e melhoria da infraestrutura de transporte, por exemplo, fez com que houvesse um aumento dos investimentos voltados para a indústria de base, passando o país então a diversificar a estrutura econômica produtiva.

Após a consolidação da industrialização no Brasil, a infraestrutura passou a ser o foco principal dos governos. Entretanto, ao longo dos anos, o país veio apresentando gargalos nessa área e os governos sempre elaborando planos que buscavam o direcionamento de investimentos para a solução dessas falhas, fossem no setor de transporte, energia, comunicações ou saneamento etc.

Os principais gargalos infraestruturais do país passaram a ficar mais visíveis a partir da década de 90, com a abertura econômica e com as privatizações, em uma tentativa do governo de transferir a responsabilidade dos principais serviços de infraestrutura à iniciativa privada, deixando de ser provedor para ser regulador desses serviços.

Isto posto, e considerando que a infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento econômico de um

país, cumpre salientar que o objetivo geral desse trabalho é analisar as contribuições do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para redução dos gargalos de infraestrutura existentes no Brasil, dando também um enfoque especial para o estado de Goiás.

Para desenvolver estas questões, este trabalho será dividido em três seções. Na primeira seção serão expostas algumas teorias do desenvolvimento econômico, que apontam a indústria e investimentos em infraestrutura como importantes vetores para o desenvolvimento ou crescimento econômico do país<sup>5</sup>. Neste sentido, serão apresentadas especificamente a teoria do desenvolvimento não-equilibrado, de Albert Hirschman, algumas relações entre o desenvolvimento econômico e os investimentos em infraestrutura feitas por Celso Furtado, além de outras visões contemporâneas que mostram o impacto de investimentos em infraestrutura sobre o Produto Interno Bruto (PIB).

Já na segunda seção, será realizada uma apresentação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de suas ações em termos financeiros e institucionais como soluções para os gargalos existentes no país. Por fim, na última seção, serão levantados os principais investimentos do PAC em Goiás, verificando as reais contribuições desses investimentos para solucionar os gargalos infraestruturais que podem obstruir o crescimento econômico do estado.

## **1 A infraestrutura e as teorias de crescimento econômico**

A infraestrutura é essencial para o desenvolvimento social e econômico de uma região ou país.

---

<sup>5</sup> Neste ponto é importante lembrar que, por vezes, a expressão desenvolvimento econômico será utilizada neste trabalho no âmbito das análises dos autores que abordam a problemática do desenvolvimento econômico. Todavia, embora às vezes possa parecer neste trabalho que os conceitos de crescimento econômico e de desenvolvimento econômico sejam sinônimos, isso não é o que pensam os seus autores, nem o que se quer denotar na verdade. O primeiro se refere fundamentalmente ao aumento da capacidade produtiva da economia. Já o segundo, considera o crescimento econômico acompanhado de melhorias na qualidade de vida da população e por profundas alterações na estrutura econômica do país.

Desempenha papel fundamental, contribuindo expressivamente para a geração de renda e emprego. Seja no setor de energia elétrica, transportes, telecomunicações ou construção civil, a infraestrutura é que dará suporte às demais atividades econômicas de um país, servindo como indutora do crescimento econômico.

Não por acaso, no âmbito das Teorias de Desenvolvimento e de Crescimento Econômico, algumas acabam por enfatizar a questão do investimento em infraestrutura, citando-a claramente, no âmbito de suas análises. Este é o caso, por exemplo, da teoria do crescimento desequilibrado. O crescimento desequilibrado é uma estratégia que funciona por meio da realização de investimentos em setores selecionados, que tenham maior chance de obter êxito e possibilidades de encadeamentos do produto e do emprego. Diferentemente do crescimento equilibrado que postula que os investimentos devem ser diversificados e realizados em blocos, a perspectiva é de que o crescimento se dê de forma descontínua, devendo seguir uma tendência natural. Assim, o desenvolvimento seria o resultado de uma seqüência de desequilíbrios ou de avanços desiguais nos diversos setores (SOUZA, 1997).

Quando se fala em crescimento desequilibrado, Hirschman (1961) é um dos autores mais citados na literatura do desenvolvimento econômico em razão do conceito desenvolvido por ele denominado de “encadeamentos para frente e para trás” ou *backward linkages*, que acabou contribuindo para outras teorias do desenvolvimento econômico. Após vários estudos desenvolvidos na Colômbia, o autor concluiu que gargalos existentes na economia, como o crescimento não-equilibrado e excessos de oferta e demanda, são elementos indutores do desenvolvimento econômico de um país.

Diante da teoria de desenvolvimento não-equilibrado, Hirschman (1961) tenta mostrar qual a forma mais adequada de se realizar investimentos, quais setores ou

projetos gerariam mais desequilíbrios dentre vários investimentos a serem realizados e qual seria a seqüência de investimentos mais eficiente. O autor toma como exemplo, investimentos realizados em infraestrutura e como esses investimentos vão impactar na estrutura produtiva do país.

Nesta perspectiva, Hirschman (1961) suscita a seguinte questão: a infraestrutura deveria acompanhar ou liderar a construção da estrutura produtiva do país, ou seja, o desenvolvimento se daria por meio da escassez ou excesso de infraestrutura? O autor sugere que tanto a falta, quanto o excesso de infraestrutura exerceriam pressões e, conseqüentemente, induziriam à realização de investimentos. A decisão entre um e outro só dependeria da motivação via investimento privado em caso de capacidade excessiva de infraestrutura, já que essa daria um suporte adequado a possíveis atividades industriais; ou ainda da motivação do setor público em promover investimentos em infraestrutura, proporcionando uma estrutura adequada para o desenvolvimento da capacidade produtiva do país (HIRSCHMAN, 1961). Portanto, para Hirschman, o investimento público em infraestrutura é de fundamental importância, uma vez que propicia um quadro atrativo para os investimentos privados, tornando-os mais baratos e mais rentáveis, estimulando o desenvolvimento do país (HIRSCHMAN, 1961).

Celso Furtado também é um dos autores que abordaram a questão da infraestrutura nos seus estudos sobre o desenvolvimento econômico. No seu estudo desenvolvido sobre desenvolvimento econômico na CEPAL, em 1949, Furtado utiliza como exemplo a indústria brasileira de ferro e aço, liderada pelas Companhias Vale do Rio Doce e Siderúrgica Nacional, ambas estatais, para afirmar que a indústria de base nacional foi uma grande conquista para o país, pois forneceu insumos para o desenvolvimento de sua infraestrutura física e contribuiu para a diminuição da pressão sobre o balanço de pagamentos, uma vez que

houve uma redução do coeficiente de importações (BIELSCHOWSKY, 1988).

Para Furtado, o êxito da industrialização brasileira dependia de uma ampla participação estatal no que se refere à captação e alocação de recursos, o que deveria ocorrer por meio de um abrangente sistema de planejamento e de maciços investimentos. De acordo com o autor e com toda linha desenvolvimentista nacionalista brasileira, os principais obstáculos ao desenvolvimento são a descontinuidade na estrutura industrial interna e as deficiências de infraestrutura. Diante disso, o Estado deveria ter um papel central no processo de direcionamento dos investimentos, como no Plano de Metas, uma vez que a industrialização resulta de inúmeros fatores, sendo um deles a existência de uma ampla rede de infraestrutura (transportes, energética, saneamento etc) (BIELSCHOWSKY, 1988).

Mais recentemente, outros autores realizaram importantes trabalhos que relacionam a questão do crescimento econômico com os investimentos em infraestrutura. Rigolon e Piccinini (1997) destacam que, dados os níveis de capital e trabalho, uma melhora nas condições de infraestrutura (energia elétrica, transportes, telecomunicações e saneamento básico etc) eleva o produto final da economia, aumentando a produtividade dos fatores privados, reduzindo os custos dos insumos, elevando a remuneração dos fatores e promovendo, portanto, o crescimento econômico. Por outro lado, observa-se que a oferta de serviços de infraestrutura de qualidade implica em um retorno social superior ao retorno privado. Por isso é necessário que haja incentivos adequados, como oferta de crédito em condições favoráveis, para compensar as ineficiências geradas por essa externalidade<sup>6</sup>.

Ainda segundo Rigolon e Piccinini (1977), a melhoria da infraestrutura aumenta a competitividade das

---

<sup>6</sup> Ação pela qual um produtor ou um consumidor influencia outros produtores ou consumidores, mas não sofre as conseqüências disso sobre o preço de mercado (PINDYCK & RUBINFELD, 2002, p.632)

exportações, uma vez que reduz os custos relacionados a transportes. Adotando como exemplo o período de 1997/2001, essa redução foi equivalente a uma desvalorização cambial acumulada de 8,6% para as exportações de produtos básicos e de 6% para as exportações de manufaturados e semimanufaturados. A redução dos custos desses dois tipos de produtos está relacionada ao processo de modernização dos portos. E a redução dos custos de exportação de produtos básicos está relacionada além da modernização dos portos, também às melhorias na logística de transporte ferroviário e hidroviário.

Easterly e Rebelo (1993 *apud* RIGOLON e PICCININI, 1997), por sua vez, elaboraram uma pesquisa macroeconômica que mostra o impacto do investimento público sobre o crescimento econômico. Os principais resultados foram que gastos públicos com transportes e comunicações possuem uma maior correlação positiva com o crescimento econômico. E há uma correlação positiva também com investimentos privados.

Já a análise de Ferreira (1996) procura apresentar estimativas que mostram elasticidade alta de longo prazo entre estoque de capital, infraestrutura e PIB, relacionado o investimento público em infraestrutura e o produto. O autor observa que, na década de 1980 e nos primeiros anos da década de 1990, os investimentos públicos em infraestrutura apresentaram quedas e que isso teria comprometido o crescimento da economia brasileira no longo prazo.

Na mesma linha, Aschauer (1989 *apud* RIGOLON e PICCININI, 1997) encontra evidências de que há um impacto positivo do investimento público (rodovias, ruas, comunicações, energia, saneamento etc) sobre o crescimento econômico e a produtividade do setor privado. Sua pesquisa foi feita empregando uma função de produção agregada, utilizando argumentos (trabalho, capital privado, capital público) baseados em dados da economia dos Estados Unidos, a partir dos quais foram estimadas elasticidade da renda em relação ao capital público de 0,39 e uma elasticidade da produtividade

total dos fatores com relação ao capital público de 0,49. Após análise, o autor concluiu que uma redução na taxa de crescimento da produtividade em economias desenvolvidas a partir da década de 1970 pode estar associada à redução de investimentos em infraestrutura. Há ainda uma linha de pesquisa que trabalha com dados microeconômicos que mostra o quanto investimento em infraestrutura reduz os custos industriais. Nos Estados Unidos, por exemplo, foi estimada uma elasticidade constatando que um aumento de 10% nos investimentos em infraestrutura reduziria em média 1,5% os custos industriais (NADIRI e SCHWARTZ, 1996 *apud* RIGOLON e PICCININI, 1997).

## **2 As principais contribuições do PAC para o setor de infra estrutura no Brasil**

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC é um conjunto de regras, ações e diretrizes traçadas pelo governo, e tem como objetivo um crescimento econômico de 5% ao ano no período de 2007-2010. O programa visa, por meio da execução e atração de investimentos em infraestrutura, eliminar gargalos, estimular investimentos privados e diminuir as desigualdades regionais. Pretende, também, desenvolver ações voltadas para ampliação do crédito, melhoria do ambiente de investimentos com a oferta de previsibilidade, estabilidade e regras mais claras para a realização dos mesmos, incentivos de ordem fiscal, melhoria e aumento dos gastos públicos, bem como a melhoria da gestão governamental.

O PAC, na verdade, constitui um conjunto de medidas articuladas na área econômica, como incentivo ao investimento privado, aumento do investimento público em infraestrutura, através das quais o governo estabelece metas para o crescimento, além de outras ações como, remoção dos obstáculos de ordem burocrática, administrativa, normativa e jurídica que entravam o crescimento econômico (PROGRAMA..., 2010).



Os investimentos do PAC estão organizados em três eixos: logística, que envolve a ampliação e construção de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; energia, que corresponde à geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; estrutura social e urbana, que é direcionada para saneamento, habitação, metrô e trens urbanos, universalização do programa Luz para Todos e recursos hídricos.

O PAC privilegia a participação do investimento privado na infraestrutura logística e depende muito desses investimentos para que tenha êxito. A prioridade dos investimentos é dada principalmente para recuperação da infraestrutura existente e conclusão de projetos em andamento. A intenção do Governo Federal é utilizar as obras de infraestrutura como indutor e multiplicador dos benefícios econômicos e sociais para todo o país, além de ter como prioridade o estímulo à eficiência produtiva dos principais setores econômicos, modernização tecnológica, aceleração do crescimento de áreas já em expansão, ativar o crescimento de áreas deprimidas, tornar o país mais competitivo frente ao mercado internacional.

De acordo com a Tabela 1, no período de 2007-2010 estão previstos os investimentos em infraestrutura logística, R\$ 58.300 milhões, em infraestrutura energética, R\$ 274.800 bilhões e em infraestrutura social e urbana, R\$ 170.800 milhões.

Especialmente no que tange ao setor elétrico, a Tabela 2 mostra que os investimentos previstos para o setor elétrico pelo PAC são de R\$ 78.400 milhões. Destes, R\$ 65.900 milhões para geração, visando aumentar a capacidade de geração para 12.386 MW até 2010, e de R\$ 12.500 milhões para transmissão, que corresponderá a 13.826 km de linhas construídas.

Em relação às fontes de financiamento do PAC, a idéia é de que o BNDES seja o principal financiador dos projetos, sendo criados mecanismos para facilitar e viabilizar a liberação de recursos para a execução dos

investimentos em geração e transmissão de energia elétrica. Houve dilatação do prazo limite de pagamento de 14 para 20 anos; financiamento mínimo de 70% do investimento; aumento da carência para pagamento, além de outras medidas que tornem os investimentos em energia elétrica mais atraentes (O BNDES..., 2010).

**TABELA 1 – Investimentos Previstos para Infraestrutura (Em R\$ Milhões)**

Áreas	2007	2008-2010	Total
Logística	13.400	44.900	58.300
Energética	55.000	219.800	274.800
Social e Urbana	43.600	127.200	170.800
<b>Total</b>	<b>112.000</b>	<b>391.900</b>	<b>503.900</b>

Fonte: PROGRAMA..., (2010).

**TABELA 2 – Previsão do Total de Investimentos em Energia Elétrica**

Programas	Investimentos (R\$ Milhões)		
	2007	2008-2010	TOTAL
Geração de Energia Elétrica	11.500	54.400	65.900
Transmissão de Energia Elétrica	4.300	8.200	12.500
<b>Total</b>	<b>15.800</b>	<b>62.600</b>	<b>78.400</b>

Fonte: PROGRAMA..., (2010).

Com relação aos investimentos do PAC em infraestrutura logística, a Tabela 3 revela que entre 2007 e 2010 estão previstos gastos de R\$ 58.280 milhões no setor, sendo cerca de R\$ 33.437 milhões para rodovias, R\$ 20.000 milhões para ferrovias, R\$ 2.663 milhões para portos, R\$ 3.001 milhões para aeroportos, R\$ 735 milhões para hidrovias e R\$ 10.581 milhões para a marinha mercante.

Em termos da distribuição dos investimentos por região, podemos observar na Tabela 4 que a maior parte dos investimentos do PAC destinados à infraestrutura logística e energética foi para a região Sudeste. A região Norte vem em segundo lugar e a Nordeste em terceiro. O que fica claro, portanto, é que os investimentos do programa estão concentrados basicamente na Região Sudeste, o que pode ser criticado, pois tal região já é mais desenvolvida relativamente às outras regiões do país. Contudo, não é verdade que tal região não careça de novos investimentos em infraestrutura, mas o fato é que existe

a necessidade de descentralizar os investimentos e, com isso, estimular, com mais ímpeto, o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas do país.

**TABELA 3 – Previsão do Total de Investimentos em Logística (Em R\$ Milhões)**

Modal	2007	2008-2010	Total
Rodovias	8.086	25.352	33.437
Ferrovias	1.666	18.334	20.000
Portos	684	1.979	2.663
Aeroportos	878	2.123	3.001
Hidrovias	280	455	735
Marinha Mercante	1.779	8.802	10.581
<b>Total</b>	<b>13.373</b>	<b>44.907</b>	<b>58.280</b>

Fonte: PROGRAMA..., (2010).

**TABELA 4 – Investimentos por Regiões em Infraestrutura (2007-2010) (Em R\$ Milhões)**

Região	Logística	Energética	Total
Norte	6.300	32.700	39.000
Nordeste	7.400	29.300	36.700
Sudeste	7.900	80.800	88.700
Sul	4.500	18.700	23.200
Centro-Oeste	3.800	11.600	15.400
Nacional*	28.400	101.700	130.100
<b>Total</b>	<b>58.300</b>	<b>274.800</b>	<b>333.100</b>

Fonte: PROGRAMA..., (2010).

Analisando os resultados parciais do PAC, o que o balanço de dois anos e meio do programa mostra é que os mesmos sinalizam um quadro de baixa eficiência. Nesse período de programa só foram concluídos 40,3% das obras até dezembro de 2009. Os poucos avanços ficaram por conta dos investidores privados e investimentos das estatais, que já eram grandes investidoras antes do PAC, sendo que os atuais investimentos realizados não foram tão expressivos, pois equivaleram a 0,5% do PIB entre 2008 e 2009. O ideal é que a maior parte dos investimentos realizados até o momento fosse por parte do governo, o que não tem ocorrido.

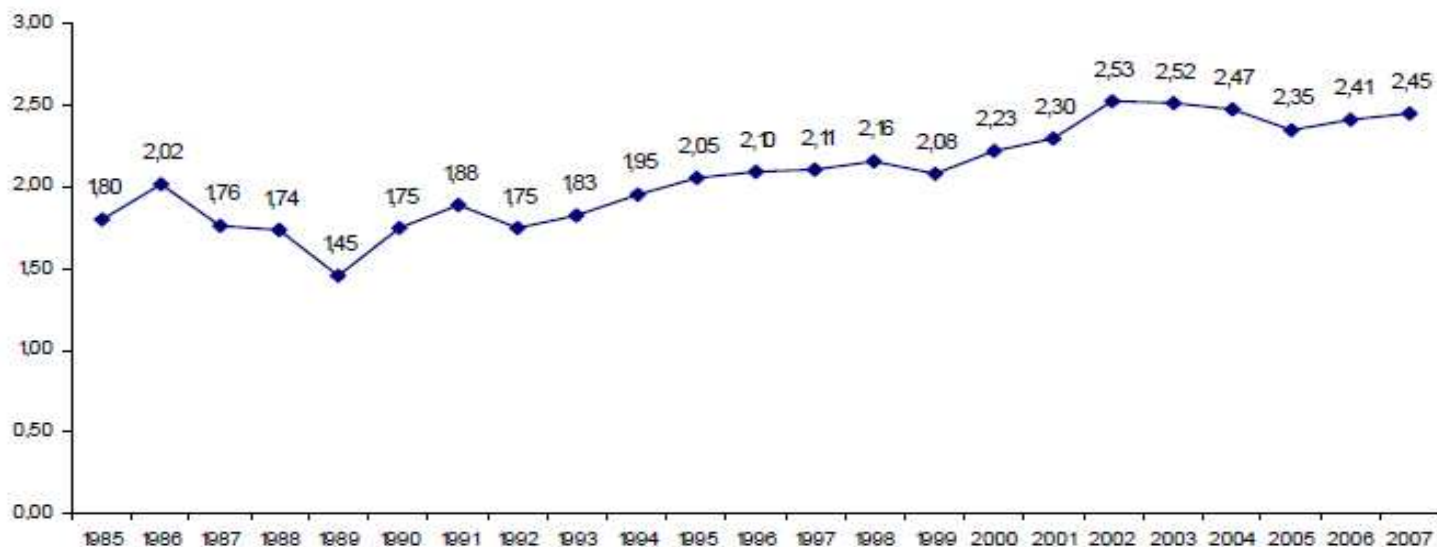
Para Azevedo (2010), há uma incapacidade do governo para elaborar e executar projetos, agravada pelo aparelhamento da administração federal, em todos os seus níveis que confirma os exemplos de gestão ineficiente tanto na administração direta como na indireta. O autor sugere que o PAC orçamentário é considerado um fracasso, pois o PAC das estatais só avançou parcialmente, sendo que a Petrobrás tem sido responsável por cerca de 90% do valor investido. Nos demais setores os projetos foram tocados com muito menos eficiência. No conjunto somente foram investidos, em três anos, 63% dos R\$ 638 bilhões programados para 2008-2010.

Ao analisar os números do 10º balanço do PAC, João Velloso, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), afirma que os resultados revelam que a grande maioria dos projetos do programa teria sido executada mesmo sem o PAC. Ele comenta ainda que os setores de logística, saneamento e transporte portuário tiveram projetos que não evoluíram nas mãos do governo. Para ele, o mercado se decepcionou com o PAC, pois se esperava que através do programa, o governo conseguisse realizar projetos mais difíceis, significando um trabalho de gestão do governo. Entretanto, os projetos que evoluíram foram guiados basicamente por grandes empresas, como é o caso da Petrobrás (DEZEM, 2010).

### 3 Análise dos investimentos do PAC no estado de Goiás

Nos últimos anos, o estado de Goiás tem apresentado taxas crescentes de crescimento econômico, sendo que em alguns períodos tais taxas superam as nacionais. Conforme mostra o Gráfico 1, a participação do estado de Goiás no PIB do Brasil, embora tenha apresentado ligeiras oscilações no período, aumentou de 1,80%, em 1995, para 2,45% em 2007.

GRÁFICO 1 – Participação (%) do estado de Goiás no PIB do Brasil



Fonte: IBGE/Seplan-GO. Retirado de Arriel (2010, p.46)

O fato é que a sustentabilidade desse crescimento requer investimentos em infraestrutura cada vez maiores. Para se ter uma ideia desse fato, dadas as más condições da BR-060, que liga o sudoeste de Goiás a Goiânia e Brasília, tendo, portanto, significativa importância econômica para a região, os próprios empresários decidiram bancar os custos dos estudos para duplicação da rodovia, entregando o projeto pronto para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) (MELLONI, 2010a). Conforme relata Melloni (2010), por conta das péssimas condições das estradas goianas, o frete para o porto de Paranaguá (importante para escoar a produção do estado) chega a custar 30% a mais do que em outras regiões.

Muito se tem dito também sobre a necessidade de realização de mais investimentos em geração e distribuição de energia elétrica no estado, tendo em vista as dificuldades financeiras da Companhia Energética de Goiás – Celg. De acordo com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Paulo Afonso Ferreira (*apud* MELLONI, 2010b), com a malha de distribuição que a Celg possui atualmente, a mesma não consegue atender a toda a demanda de energia do estado. Além disso, a qualidade da energia fornecida pela empresa não é boa e causa prejuízos aos empresários.

Os problemas relatados acima nos dão uma boa medida dos gargalos de infraestrutura existentes em Goiás. Como já sinalizado, tais gargalos podem obstruir o crescimento econômico do estado num futuro não muito distante. Vejamos, então, como os investimentos do PAC podem minimizá-los.

Ao analisar a ótica regional, no âmbito dos estados, a previsão de investimento total do PAC para Goiás é de R\$ 37.300 milhões, com a perspectiva de desembolsos da ordem de R\$ 27.400 milhões até 2010, equivalente a 73,5% e de R\$ 9.900 milhões, correspondente a 26,5%, para o PAC 2 (pós 2010).

A Tabela 5 mostra que até 2010 os investimentos em infraestrutura logística, energética e urbana e social, para os empreendimentos exclusivos previstos para Goiás, foram distribuídos em R\$ 2.996,4 milhões, R\$ 8.317,40 milhões e R\$ 6.222,10 milhões, respectivamente.

De acordo com os dados disponíveis, o PAC 2 (Pós 2010), vai contemplar os investimentos que somarão R\$ 269 milhões em logística e R\$ 1.300,70 milhões para o setor energético, totalizando R\$ 1.569,70 milhões (TABELA 5).

Já os investimentos voltados para empreendimentos de caráter regional para o período de 2007-2010 são de R\$ 9.870,40 milhões, distribuídos em R\$ 3.537,40 milhões

(logística) e R\$ 6.333,00 milhões (energética). Os investimentos em energia para o PAC 2 serão bem superiores que na área de logística, somando R\$ 6.539,80 milhões e R\$ 1.828,90 milhões, respectivamente (TABELA 5).

**TABELA 5 – Goiás - Investimentos em Infraestrutura (2007-2010 e Pós 2010) em R\$ Milhões**

Eixo	Empreendimentos exclusivos		Empreendimentos de caráter regional	
	2007 – 2010	Pós 2010	2007 - 2010	Pós 2010
Logística	2.996,40	269,00	3.537,40	1.828,90
Energética	8.317,40	1.300,70	6.333,00	6.539,80
Social e Urbana	6.222,10	-	-	-
<b>Total</b>	<b>17.535,90</b>	<b>1.569,70</b>	<b>9.870,40</b>	<b>8.368,70</b>

Fonte: Balanço Geral (Casa Civil), maio de 2010.

Analisando os dados, pode-se afirmar que a prioridade do governo é melhorar o sistema de infraestrutura (logística e energética) comparado à infraestrutura social e urbana, principalmente para o PAC 2. De acordo com a Figura 1, das ações previstas para os empreendimentos exclusivos, no âmbito de infraestrutura logística no estado de Goiás, foram concluídas as seguintes:

–a adequação das BR-060 Divisa DF/GO – R\$ 22 milhões e BR-153/GO, Aparecida de Goiânia a

Itumbiara – R\$ 10,7 milhões;

–a construção de balanças nas rodovias (lote 15) – R\$ 1 milhão;

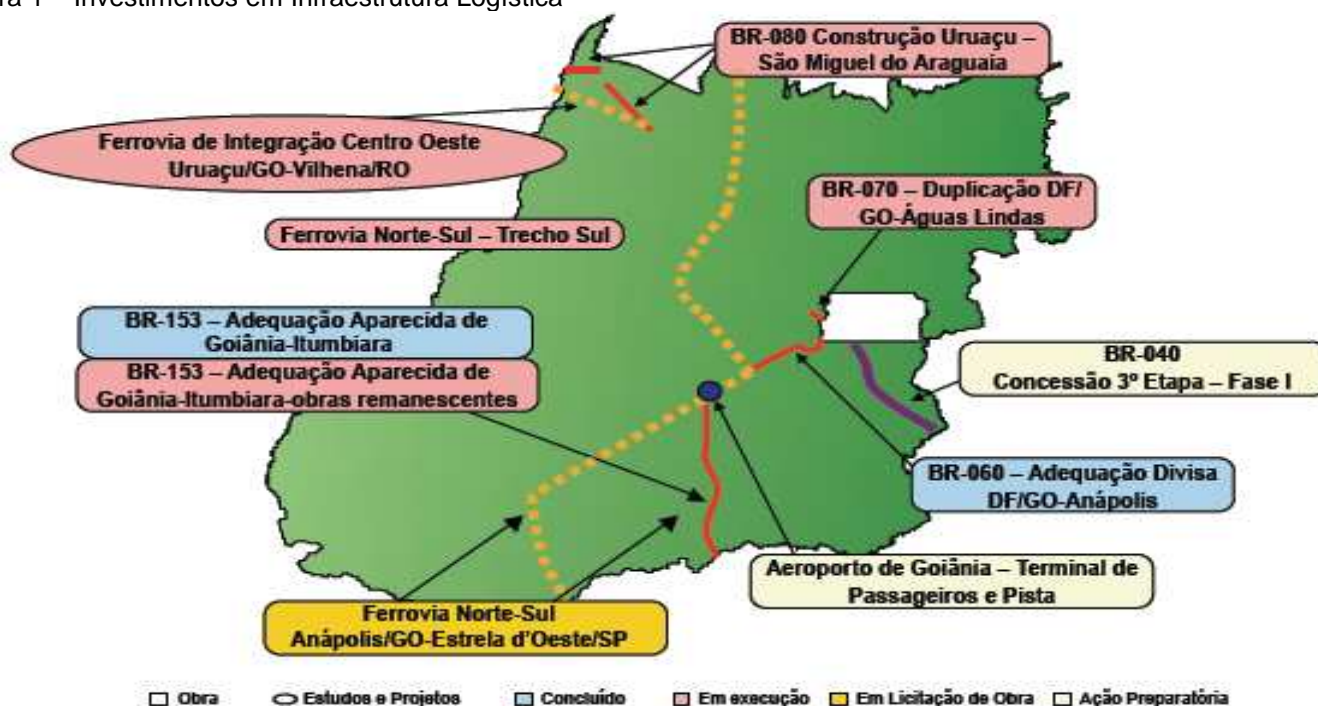
–os estudos e projetos contínuos em rodovias – R\$ 10,5 milhões;

–a manutenção e sinalização de rodovias – R\$ 446,6 milhões e R\$ 15,2 milhões, respectivamente.

Assim, do total de R\$ 2.999,4 milhões previstos no período de 2007-2010, até maio de 2010, foram concluídas as obras que totalizaram R\$ 506 milhões, equivalente ao percentual de 16,9% aproximadamente (TABELA 5). Algumas obras estão paralisadas, como é o caso do Aeroporto de Goiânia, no qual já foram gastos R\$ 49,7 milhões com previsão de mais R\$ 265 milhões, cuja licitação foi suspensa pelo Ministério Público devido às irregularidades.

Outras obras ainda estão em andamento, como é o caso da Ferrovia Norte-Sul, que vai ligar Anápolis ao Porto de Itaqui no Maranhão, além da integração a outros estados como São Paulo (Estrela d'Oeste) e Mato Grosso a Rondônia, tendo, para tanto, previsão de investimentos de R\$ 2.190,6 milhões (FIGURA 1).

Figura 1 – Investimentos em Infraestrutura Logística



Fonte: Balanço Geral (Casa Civil) 2010.

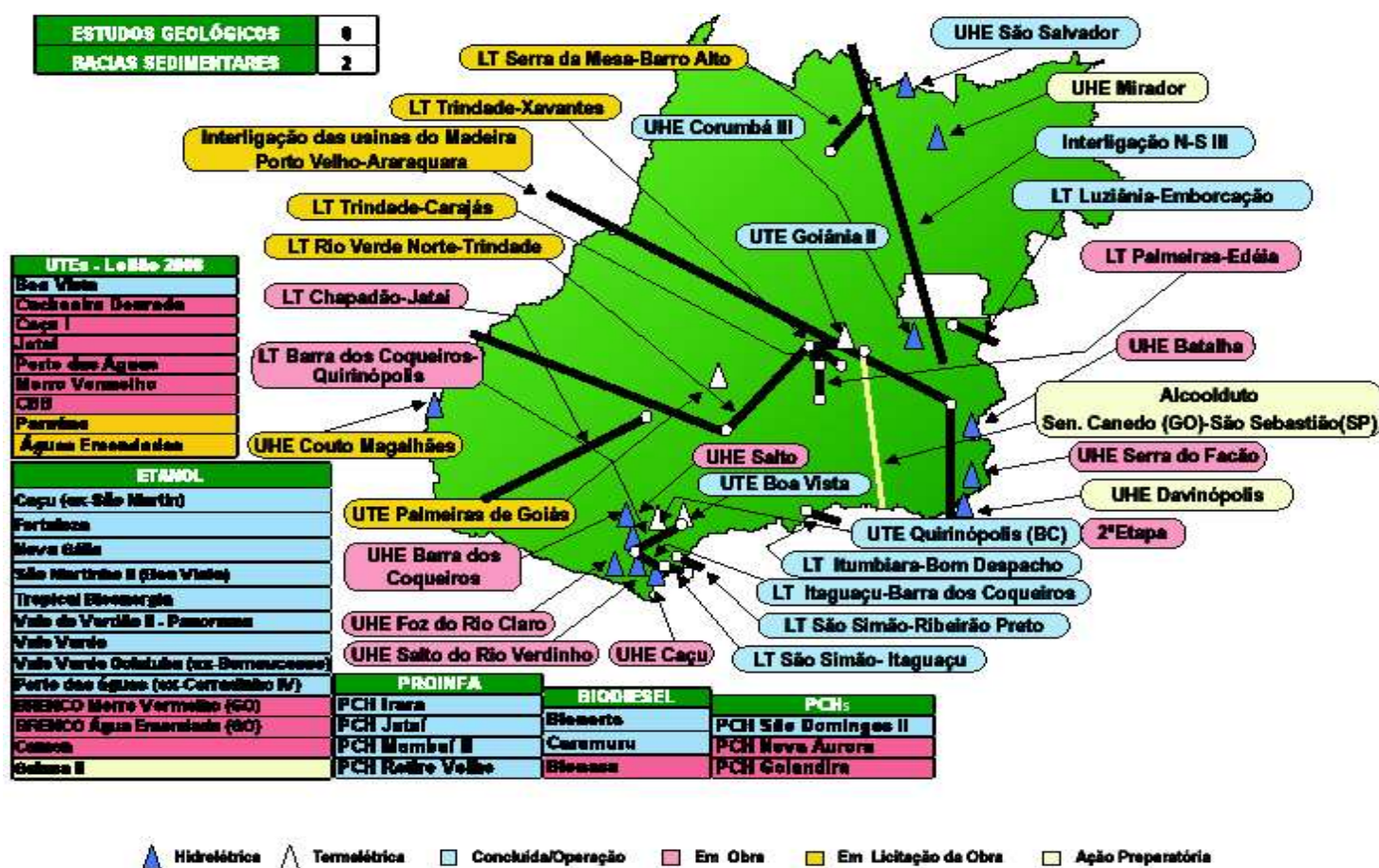
De acordo com a Figura 2, das ações previstas em Goiás na infraestrutura energética de 2007-2010 para empreendimentos exclusivos, já foram concluídas as obras que somam um investimento de R\$ 2.743,3 milhões, equivalente ao percentual de 33% do total previsto de R\$ 8.317,4 milhões (TABELA 5).

Estes investimentos envolvem desde a construção de usinas de geração e transmissão até a produção de combustíveis renováveis como o etanol e o biodiesel. Já os empreendimentos regionais para o mesmo período

somam R\$ 4.749,4 milhões, o que equivale ao percentual de 75% do total previsto de R\$ 6.333 milhões (TABELA 5).

O balanço geral para obras de infraestrutura social e urbana revela que foram previstos para o período de 2007-2010, investimentos em recursos hídricos (Flores de Goiás) e eletrificação rural (Luz para Todos) que somam R\$ 480,3 milhões, desse total, foram concluídos R\$ 227,5 milhões, ou 47,37% do total previsto.

FIGURA 2 – Investimentos em Infraestrutura Energética



Fonte: Balanço Geral (Casa Civil) 2010.

Talvez um dos projetos do PAC mais atrasados no cumprimento do cronograma seja o do saneamento básico, para o total de investimento de R\$ 928.746,1 milhões previstos no PAC 1 e 2, foram concluídas as obras que somam apenas R\$ 103,1 milhões.

Nesta perspectiva, o levantamento realizado pela ONG Contas Abertas sobre o andamento das obras de saneamento previstas mostra que a situação ainda está

longe da ideal. Das 8.509 ações planejadas no programa para o período 2007-2010 e pós 2010, somente 1.058 (12%) foram concluídas até abril deste ano. A maioria das obras, 3.595 (42%), está no estágio classificado como “ação preparatória”, ou seja, ainda em fase de estudo ou licenciamento. Os estados com menor percentual de obras concluídas são Rio Grande do Norte (1%), Piauí (2%), Goiás (2%) e no Distrito

Federal o índice é zero.

Para a habitação, os investimentos previstos com a liberação de empréstimos para pessoa física somam R\$ 4.500 milhões para o estado de Goiás que já alcançou quase 100% do previsto. Entretanto, para a habitação e produção habitacional municipal, os investimentos previstos totalizaram R\$ 329,6 milhões, com a conclusão de apenas R\$ 9 milhões, equivalente a apenas 2,74% do total previsto.

Segundo a Casa Civil, as obras relativas aos setores de saneamento e habitação passaram por uma seleção em 2007 e só começaram a ser executadas em 2008. Daí, estarem pelo menos um ano atrasadas. Desse modo, de acordo com a Casa Civil, os balanços levam em consideração apenas as 2.471 obras do último balanço. Portanto, para a Casa Civil, uma grande obra, como uma hidrelétrica, estrada ou plataforma de petróleo não pode ser comparada a uma pequena intervenção urbana (METADE ..., 2010).

### **Considerações Finais**

Até o presente momento o que se percebe é que um dos grandes problemas encontrados no PAC é a questão do atraso no cronograma de execução das obras. Por questões de planejamento ou irregularidades, poucas obras serão entregues até o final do governo Lula. Portanto, é importante ressaltar que o PAC não resolve os principais gargalos existentes hoje no país. Talvez com a continuidade do programa pelo próximo governo muitas obras possam ser finalizadas e, a partir daí, teríamos alguns gargalos superados.

Os resultados parciais do PAC em Goiás para o período de 2007-2010 revelam que o atraso no cronograma de execução dos investimentos previstos realmente ocorreu no estado. Além disso, tudo indica que o governo federal tenha priorizado os investimentos de infraestrutura logística e energética, pois determinados eixos da infraestrutura, como é o caso da Social e Urbana, estão com índices de cumprimento dos

cronogramas de conclusão das obras piores do que os outros.

Vale lembrar, contudo, que o PAC trata-se de uma iniciativa que há muito não se observava no país, a despeito dos históricos e recorrentes problemas existentes em termos de infraestrutura. É evidente que, como os problemas são muitos e os recursos são escassos, dificilmente o PAC atenderia às necessidades de investimento em infraestrutura do país em sua totalidade em um único bloco de investimentos.

No caso específico de Goiás, evidentemente, o atraso das obras do PAC representa algo que compromete a redução dos gargalos de infraestrutura existentes no estado. O grande desafio, portanto, é realizar os ajustes necessários para que sejam garantidos os cumprimentos dos prazos e a eficácia do programa no estado. Espera-se, com isso, que tal programa seja o pontapé inicial para assegurar que o crescimento sustentável de Goiás não seja obstruído por problemas de infraestrutura. Todavia, para isso, é preciso também que o governo local atue ativamente, complementando os investimentos do governo federal, tendo em vista que, dadas as taxas de crescimento experimentadas pelo estado nos últimos anos, existem demandas crescentes e represadas por novos investimentos em infraestrutura, que certamente não serão atendidas somente com os investimentos do PAC.

### **Referências**

AZEVEDO, Reynaldo. Revista Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/a-incompetencia-gerencial-explicita-do-governo-lula/>. Acesso em: 22 ago 2010.

ARRIEL, Marcos Fernando. **Perfil produtivo e dinâmica espacial da indústria goiana (1999-2007)**. 2010. 101 f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciências Econômicas. Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – MDPT da PUC/GO. Goiânia, 2010.

BALANÇO GERAL Janeiro a abril de 2010. Disponível em: < <http://www.casacivil.gov.br/>>. Acesso em: 18 ago de 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. [s.n]. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.

DEZEM, Vanessa. Valor Econômico. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/?online/geral/20/6302880/abimaq-questiona-resultados-apresentados-no-balanco-do-pac&scrollX=0&scrollY=196&tamFonte=>. Acesso em: 20 ago 2010.

FERREIRA, Pedro C. Investimento em Infraestrutura no Brasil: Fatos Estilizados e Relações de Longo Prazo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, [S.l.]; v. 26, n. 2, p. 231-252, ago. 1996.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

MELLONI, Eugenio. União para reparar rede viária. **Valor Estados**, p. 26-28, jun. 2010a.

MELLONI, Eugenio. Mais eficiência na distribuição. **Valor Estados**, p. 30-31, jun. 2010a.

METADE das obras do PAC não saiu do papel, diz ONG. **Agência Estado**. <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/metade-das-obras-do-pac-nao-saiu-do-papel-diz-ong-20100323.html>.

Acesso em: 22 ago 2010.

PINDYCK, R. S. & RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 5. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PROGRAMA de aceleração do crescimento (PAC). Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/investimentos/portacoes/energetica>>. Acesso em: 03 de maio 2010.

RIGOLON, Francisco J; PICCININI, Maurício S. O Investimento em Infraestrutura e a Retomada do Crescimento Econômico Sustentado. **Texto para Discussão BNDES**, Rio de Janeiro, n. 63, dez. 1997.

**SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento econômico. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1997.**

# Fatores de Formação do Preço da Soja em Goiás

**Resumo:** O presente artigo procura mostrar como se dá a formação do preço da soja no Estado de Goiás. A soja é uma cultura de grande importância para a economia do estado. A produção do estado se caracteriza por três grandes polos produtivos, o sudoeste, o sul e o leste goiano. Em relação à comercialização o Brasil participa com 34% de toda exportação. Mesmo com esta representatividade o preço da soja no mercado interno é formado de dentro para fora. Os fatores que influenciam a paridade de exportação são: Cotação da soja na bolsa de Chicago (CME); Prêmio de exportação; Despesas portuárias; Frete; Fator cambial; Impostos e outras taxas e comissões.

**Palavras- Chave:** Formação do preço da soja; Economia goiana; Polos produtivos

## 1) Importância da Soja na Economia de Goiás

A soja (*Glycine max* (L.) Merr.) é uma cultura amplamente cultivada no Brasil, de acordo com BONETTI (1981), o primeiro registro do cultivo do grão no país se deu na Bahia em 1882. Em Goiás esta cultura só foi introduzida no ano de 1950, porém sua expansão se deu em 1967, quando foi conduzida uma campanha para diversificação da cultura.

A soja ocupou na safra 2009/10, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), 23.468,8 mil hectares em todo território nacional. Em Goiás, segundo a própria Conab, a área colhida chegou a 2.556,4 mil hectares. Com esta elevada área cultivada, a produção goiana é a quarta maior do país, chegando nesta safra a 10,6% da produção nacional. Todos estes números definem a importância da produção de soja para o Brasil e Goiás.

Os números divulgados pela Conab mostram que a área



Leonardo de Oliveira Machado <sup>1</sup>

plantada com grãos em Goiás na safra 2009/10 chega a 3.904 mil hectares (contabilizando safra de verão e inverno), sendo mais de 65% da referida área cultivada com soja. Quando analisados os números da produção, a soja ocupa aproximadamente 54% da produção total de grãos do Estado de Goiás.

A comercialização da soja no estado se dá, principalmente, pela exportação do grão, o que correspondeu a 33,7% de toda a produção em 2009, e também por processamento e transformação do grão em farelo, óleo bruto ou alimentos protéicos. Após este processamento primário, estes produtos podem ser consumidos internamente ou também exportados. Neste momento, o importante é mostrar que, de acordo com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) as exportações goianas do complexo soja (soja em grão, farelo e óleo) geraram um valor de US\$ 1,51 bilhão para o Estado de Goiás, o que correspondeu a mais de 41% de todas as exportações do estado em 2009.

Todos estes números já demonstram a grandeza e a importância do complexo soja para o estado. No entanto, não se pode deixar de considerar que a produção desta oleaginosa gera outros ganhos para Goiás. O cultivo em larga escala de soja incentiva a instalação de indústrias que são formadas na periferia desta cadeia produtiva, gerando, também, um volume imensurável de arrecadação com impostos e outros tributos, sem contar com milhares de empregos diretos

<sup>1</sup>Engenheiro Agrônomo, Assessor Técnico da FAEG para a área de grãos. E-mail: leomachado@faeg.com.br.



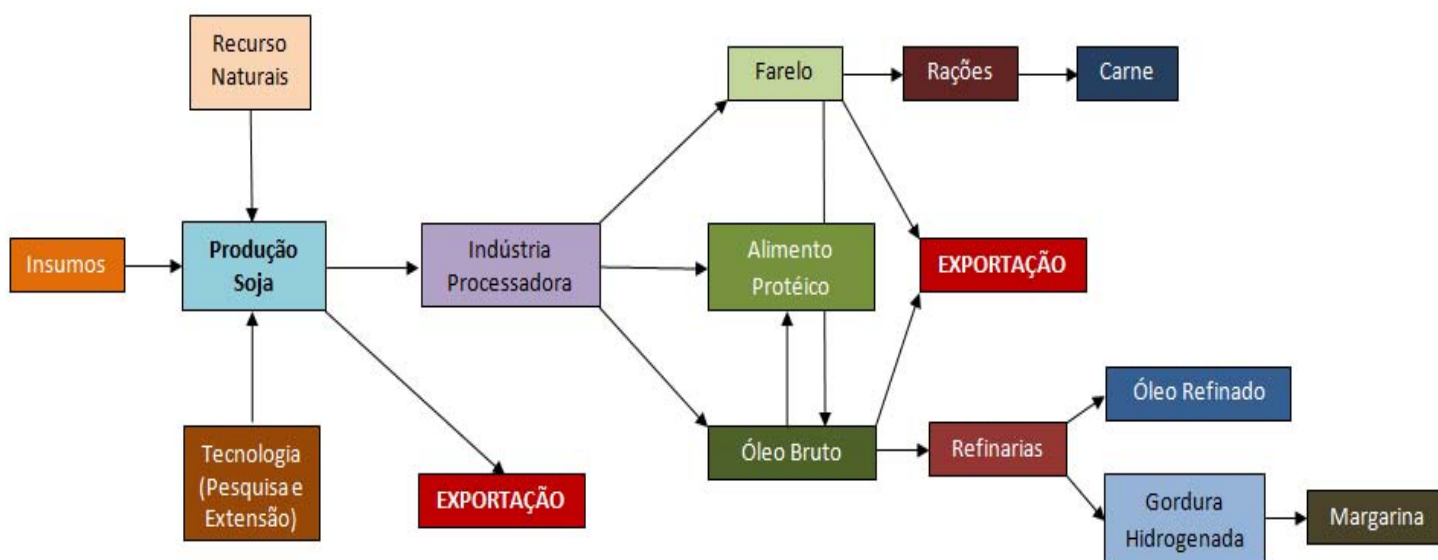
e indiretos gerados devido à produção, industrialização e exportação da soja e seus derivados.

## 2) Cadeia Produtiva da Soja em Goiás

A soja se expandiu, caracterizada principalmente por uma produção industrial, sendo assim, sua cadeia produtiva pode ser denominada como a cadeia agroindustrial da soja (Figura 1). Nesta cadeia, antes mesmo da produção é essencial a existência de um setor de insumos, máquinas e implementos agrícolas

para dar a viabilidade ao setor. Neste setor, o Estado de Goiás possui destaque no segmento de produção de fertilizantes e corretivos, além da produção e beneficiamento de sementes. A tecnologia disponibilizada por este segmento é de grande importância para dar viabilidade a produção e conseqüentemente a evolução do complexo soja no país.

FIGURA 1 – Cadeia Agroindustrial da Soja



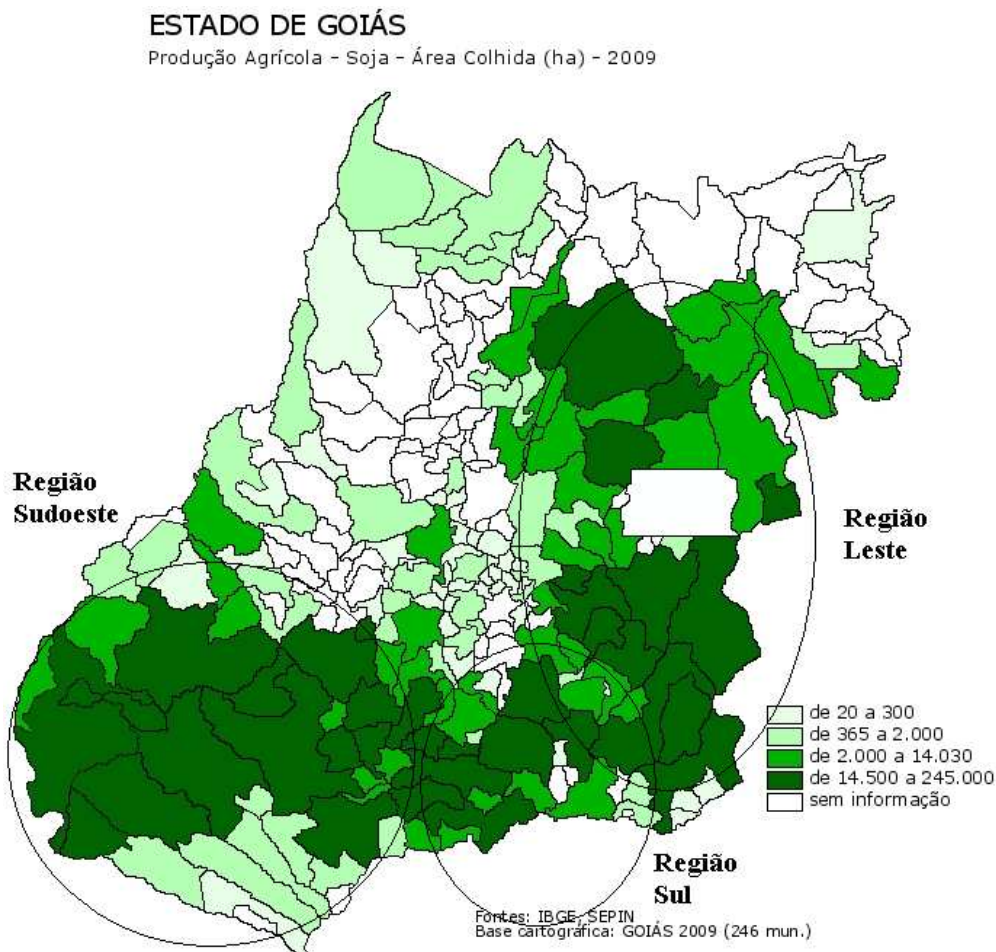
Fonte: Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

O setor produtivo da soja é o elo essencial nesta cadeia agroindustrial, pois é ele que movimenta e interliga os demais segmentos (PAULO, 2010). De acordo com a Conab a produção goiana na safra 2009/10 deve chegar a mais de 7 milhões de toneladas. A produção do estado se caracteriza por três grandes pólos produtivos, a macrorregião do sudoeste goiano, a macrorregião do sul de Goiás e a macrorregião do leste goiano. É comum nos três pólos o elevado uso de tecnologia que é revertido numa alta produtividade (FIGURA 2).

A produção desta oleaginosa no sul e sudoeste é

caracterizada principalmente pela utilização de variedades de ciclo precoce (ciclo de vida da planta abaixo de 110 dias). A utilização destas variedades juntamente com as condições climáticas destas regiões permite, em alguns locais destas macrorregiões, o cultivo sucessivo de soja e milho, a chamada produção de milho safrinha, após a safra de soja verão. Já na região leste a produção se caracteriza pelo plantio de variedade de ciclo mais longo, sendo o período de colheita realizado posteriormente em comparação à região sul e sudoeste.

**FIGURA 2 – Área colhida com Soja em 2009 com a delimitação dos 3 principais pólos de produção no estado**



Após a produção, a comercialização da soja é o próximo elo da cadeia. A expansão da produção de soja foi acompanhada pela expansão de plantas industriais esmagadoras (transformação de soja em grão em óleo bruto e farelo). Além disso, a demanda externa pelo grão e pelos subprodutos da soja também acompanhou a evolução da soja no Brasil e em Goiás, fazendo com que as exportações crescessem em alta velocidade.

Em todo o globo, a principal demanda de soja se dá pelo farelo, que é fonte de proteína para alimentação animal devido, principalmente, à evolução do consumo mundial de carnes (bovinos, suínos e aves). As empresas mais representativas do sistema produtivo da soja investiram no aumento da capacidade e qualidade produtiva, além de investimentos na construção de terminais de grãos de exportação e na construção de silos de armazenagem. Nos últimos anos, os

investimentos com exportação vêm dominando a atividade destas empresas, já que com a isenção do ICMS e outros impostos sobre a exportação de produtos básicos e semi-elaborados, as exportações se tornaram uma atividade com alta rentabilidade. A Tabela 1 descreve as esmagadoras do estado de Goiás.

**TABELA 1 – Esmagadoras de Soja localizadas em Goiás**

Empresa	Cidade
Bunge	Luziânia
Cargill	Rio Verde
Coimbra – Louis Dreyfus	Jataí
Caramuru	Itumbiara
	São Simão
Comigo	Rio Verde
Granol	Anápolis
LASA	Ipameri
Brejeiro	Anápolis
	Rio Verde

No entanto, o grande entrave desta cadeia agroindustrial no Estado de Goiás é o déficit logístico. Este déficit onera a produção goiana, deixando-a menos competitiva. Para transportar a produção da região produtora tanto para a indústria transformadora, quanto para o porto, o estado conta com uma rede de transporte composta por rodovias, ferrovias e hidrovias.

### **3) O contexto da soja no mercado internacional**

Entende-se como commodities, mercadorias primárias não manufaturadas, ou parcialmente manufaturadas de grande exposição no mercado interno. No mercado financeiro, uma commodity é utilizada para indicar um tipo de produto, geralmente agrícola ou mineral, de grande importância econômica internacional porque é amplamente negociado entre importadores e exportadores. Existem bolsas de valores específicas para negociar commodities. Neste sentido, pode-se considerar o complexo soja como uma commodity agrícola.

Como commodity agrícola, a produção do complexo soja é voltada quase que exclusivamente para a demanda internacional. A dinâmica do mercado internacional da soja é dividida em países produtores-exportadoras e países consumidores-importadores. Três países dominam 82% da produção mundial de soja e 91% das exportações de soja, são eles Brasil, Argentina e EUA. Do lado dos importadores, a China se destaca como o maior consumidor mundial de soja, o país asiático adquire 49% de toda soja produzida no mundo. A China é seguida pela União Européia, a qual adquire quase 20% da produção mundial.

O Brasil participa neste contexto com 26% da produção mundial de soja. No que diz respeito à exportação, 34% de toda soja exportada no mercado mundial tem como origem o Brasil. Estes resultados fazem com que o complexo soja se torne um dos principais produtos na pauta de exportação do país, trazendo grandes dividendos para o complexo agroindustrial brasileiro.

Devido esta ampla comercialização internacional, a soja necessita de uma de preço para nortear o mercado

mundial. Partindo desta premissa a bolsa mercantil de Chicago (CME, sigla em inglês), se torna a principal referência do mercado. A escolha da bolsa mercantil de Chicago como referência se dá pela alta concentração da oferta e da demanda dos principais países produtores e importadores neste mercado. Além disso, é a bolsa mais antiga do mundo, foi fundada em 1848, sendo uma referência consolidada no mercado.

A formação do preço doméstico da soja possui uma estreita relação com o referencial da bolsa de Chicago (CME). Desta forma, compreende-se que a formação do preço da soja no mercado interno é feito de fora para dentro, ou seja, o preço do grão na região produtora depende em grande parte da cotação internacional, a qual, por sua vez, depende da cotação da soja e seus derivados na bolsa de Chicago.

A formação do preço da soja no mercado interno depende ainda dos descontos, ou acréscimos, do prêmio de exportação e dos custos de movimentação do produto da área produtora para o porto, assim como dos custos de intermediação dos agentes envolvidos neste processo. Não se pode esquecer também da questão cambial, já que a soja é um produto negociado internacionalmente, onde seu preço é cotado em dólar. Todo este processo de obtenção do preço na região produtora é chamado de internalização do preço, ou como é mais conhecido, paridade de exportação.

Esta paridade influi diretamente no preço recebido pelo produtor, pois as tradings utilizam desta ferramenta para a definição do limite de preço que pode ser pago na região produtora.

### **4) Objetivo**

Diante de tudo o que foi exposto, a presente publicação pretende definir e mostrar como se dá a formação do preço da soja no estado de Goiás. Este trabalho se faz presente pela grande importância da soja na economia do estado, somando-se a este fato pretende-se solucionar a carência de informações existentes sobre o tema, principalmente do lado do produtor rural.

## 5) Paridade de Exportação da Soja

A paridade de exportação, internalização dos preços, depende de alguns fatores dentro do processo de saída do produto da região produtora até a colocação deste no navio, dentro do porto. Abaixo segue a descrição destes fatores, assim como no fim o cálculo de paridade para o estado de Goiás na data de 17 de agosto de 2010.

### 5.1) Cotação da Soja na Bolsa de Chicago (CME)

É na bolsa de mercantil de Chicago (também conhecida como Chicago Board of Trade - CBOT, sigla em inglês) que são negociados os contratos futuros de pelo menos três das mais importantes commodities agrícolas no mercado mundial, os contratos de milho, trigo soft (trigo de pior qualidade) e soja. Além destas commodities, outros produtos agropecuários são negociados nesta bolsa, como bovinos, arroz, óleo de palma, dentre outros.

O contrato futuro da soja na bolsa de Chicago é negociado em sete vencimentos (Setembro, Novembro, Janeiro, Março, Maio, Julho e Agosto), cada contrato é referente a 5.000 bushels, ou seja, 136 toneladas e é negociado em dólar/bushel (US\$/Bs). Estes vencimentos, além de serem utilizados nos contratos futuro, são referências para formação do preço do grão no mercado físico internacional, assim, os preços da soja em grão do primeiro vencimento na bolsa mercantil de Chicago (CME) é referência base para o preço físico da soja no mercado internacional.

A primeira variável utilizada para a formação de preço no mercado interno é o primeiro vencimento da soja na bolsa de Chicago (CME). Porém, sobre esta referência, Margarido (1998) obteve duas conclusões interessantes em um trabalho sobre o tema. Primeiramente, o autor concluiu que as variações das cotações da soja nos Estados Unidos são transmitidas instantaneamente, sem defasagem temporal para os preços recebidos pelos produtores do grão no Brasil. A segunda conclusão importante sobre a formação do preço interno da soja foi que as variações das cotações da soja no

mercado internacional não são integralmente repassadas aos preços recebidos internamente pelos produtores de soja. Em torno de 70,57% do preço em Chicago é repassado para o mercado interno.

Para a formação do preço da soja no mercado interno, outros fatores são determinantes. Pode-se destacar dentre estes, a cotação do dólar comercial, prêmio no porto, despesas alfandegárias, frete e outras taxas. Tais despesas que influenciam na paridade serão apresentadas do decorrer do trabalho.

### 5.2) Prêmio de Exportação da Soja

Definida a cotação da soja no mercado internacional, a qual é tomada na bolsa mercantil de Chicago (CME), deve se comparar este valor com o preço do produto dentro do navio, no porto onde será feita a exportação, ou seja, preço FOB (*free on board*) da soja. A diferença entre estes valores é definida como prêmio de exportação.

Para um maior entendimento, o preço FOB é relacionado ao preço da soja em Chicago através do prêmio de exportação. O prêmio de exportação da soja pode ser negativo ou positivo, dependendo do preço FOB, caso este seja superior à cotação em Chicago o prêmio é positivo, se ocorrer o contrario, o prêmio será negativo.

O valor do prêmio pode variar de acordo com o porto utilizado para a exportação, ou seja, o prêmio pago em Paranaguá (PR) é diferente do prêmio pago em Santos (SP). A produção goiana de soja, quando exportada, sai em sua maioria pelo porto de Santos, sendo assim, para este artigo será utilizado o prêmio praticado neste porto assim como as despesas portuárias do mesmo. Além desta variação portuária, Moraes (2002) estudando a sazonalidade do prêmio no porto de Paranaguá concluiu que a negociação do prêmio é contínua ao longo do ano e está vinculada à realização de contratos de exportação, nos quais são estabelecidos somente o volume exportado. O mesmo autor afirma também que os principais agentes envolvidos na negociação do prêmio são as cooperativas exportadoras de grãos,

indústrias, tradings, corretoras de prêmio e empresas importadoras finais.

Normalmente, é comum encontrarmos no período de entressafra brasileira prêmios positivos e elevados, o que dificulta a exportação. Já no período de colheita, os prêmios se tornam reduzidos, chegando a ficar negativos em portos de maior movimentação. Esta sazonalidade se dá devido à quantidade de produto ofertado no porto, a qual reduz consideravelmente no período de entressafra.

Outros fatores também interferem na formação do preço além de quantidade ofertada. Segundo Paula e Favaret (1998) a formação do valor do prêmio considera variáveis como a origem e o destino do produto exportado, a sua qualidade e sua oportunidade de aquisição. Já Moraes (2002) divide as variáveis determinantes do prêmio em relação: à movimentação física da soja, à disponibilidade de produto na origem e de produtos substitutos e ao valor relativo para o importador. Aguiar (1990) afirma que as condições que beneficiam o importador tendem a elevar o valor do prêmio, e em contrapartida as que representam desvantagem para ele tenderão a reduzir o preço do prêmio.

### **5.3) Despesas Portuárias**

O sistema portuário nacional conta com 46 portos, sendo que 34 são de navegações marítimas (dentre os quais se destacam o porto de Paranaguá-PR e o porto de Santos-SP) e 12 de navegações internas (destaca-se em Goiás o porto de São Simão).

Porém, nem todos os portos realizam o escoamento da soja, já que possuem dificuldades operacionais. Pelos portos de Santos e de Paranaguá passam praticamente 75% das exportações de soja, pois possuem a melhor infraestrutura para realizar esta atividade. Em relação à produção do estado de Goiás, praticamente toda soja é exportada pelo porto de Santos devido à maior proximidade das regiões produtoras do estado.

Para a utilização destes portos há três tipos de gastos: as taxas portuárias, referentes à utilização de

infraestrutura portuária e utilização de infraestrutura terrestre, o custo de oportunidade de estoques no caminhão devido às filas e demora em descarregar e a remuneração por estadia, devido à utilização de armazéns no porto. De acordo com os últimos levantamentos o porto de Santos possui uma despesa portuária maior quando comparada com Paranaguá.

Para efeito de cálculo de paridade de exportação neste artigo utiliza-se o valor de US\$ 8,00/ton, porém vale ressaltar que esta tarifa pode variar conforme o período do ano e o porto utilizado.

### **5.4) Frete**

No Brasil as regiões produtoras se desenvolveram distantes dos principais portos utilizados no processo de exportação. Com isso, o custo do transporte da carga da região produtora até o porto é significativo no processo de formação de preço da soja no mercado interno brasileiro. Este custo varia conforme a distância, se tornando maior à medida que aumenta a distância percorrida.

Além disso, há sazonalidade no valor deste frete, pois se torna maior no período da safra brasileira de soja. Nas regiões produtoras há um déficit na armazenagem, o que gera altos custos no processo de armazenamento. Para evitar este custo, há a necessidade do escoamento rápido da produção para os portos de exportação e para as indústrias esmagadoras de soja. Este escoamento eleva a demanda por serviços de transporte e gera um aumento nos preços relativos a estes serviços. Soares ET AL. (1997) identificaram o trajeto que a soja percorre. Segundo os autores, a soja sai da área de produção ao armazém ou cooperativa, em seguida desse para a fábrica ou porto, ou então diretamente da área de produção para a fábrica ou porto.

No Brasil, assim como em Goiás, o modal de transporte mais utilizado é o rodoviário. Segundo Caixeta Filho (1999), 81% dos grãos sólidos agrícolas foram movimentados por rodovias em 1995, enquanto 16% foram por ferrovias e menos de 3% por hidrovias. Ainda

segundo o mesmo autor, não há modais ferroviários e hidroviários e estes quando existentes são ineficientes em atender as regiões produtoras mais afastadas do país, esta situação levou à predominância do transporte rodoviário.

Para transportar a produção, Goiás conta com uma rede de transporte composta por rodovias, ferrovias e hidrovias. Porém, como relatado anteriormente, no estado o transporte mais utilizado é o rodoviário, este é realizado a granel, geralmente por carreta com capacidade de transporte de até 30 toneladas, onde já podem ser vistos os chamados bitrens, os quais possuem uma capacidade 33% maior, ou seja, 40 toneladas.

O transporte rodoviário, além de contar com várias estradas vicinais, conta com três BR principais, BR-364, BR-153 e BR-060. O setor ferroviário conta apenas com a Ferrovia Centro-Atlântica S.A, a qual parte de Araguari-MG até Goiânia-GO e Brasília-DF. Já o setor hidroviário possui dois rios onde se pratica a navegação interior, Rio Araguaia, pouco utilizado e o Rio Paranaíba, que permite o transporte de grãos de São Simão (GO) até Santa Maria da Serra (SP), este trecho faz parte da hidrovia Paranaíba-Paraná-Tietê

Estudos da CONAB, com análises detalhadas das vias de escoamento de Goiás podem ser resumidos na figura 3 e na tabela 2.

**TABELA 2 – Vias de escoamento da produção agrícola em Goiás**

Rodovias	
BR 060	Liga as regiões produtoras próximas de Goiânia e Brasília à região de Rio Verde, servida por várias rodovias que desembocam no Triângulo Mineiro. Possui um trecho terroso próximo a Chapadão do Céu.
BR 153	Atravessa todo o estado de norte a sul, servindo de escoamento em direção ao triângulo mineiro e de lá pra São Paulo, podendo atingir o porto de Santos
BR 364	Vai da divisa com Minas Gerais à divisa com Mato Grosso no sul do Estado, cortando todo o sudoeste do estado de Goiás.
Ferrovias	
FCA	Brasília-DF, Anápolis, Silvânia, Pires do Rio, Ipameri, Catalão (GO), Araguari, Uberlândia, BH (MG).
Hidrovias	
Paranaíba – Paraná – Tietê	Porto de São Simão-GO, Porto Hidroviário de Pederneiras-SP, Terminal Hidroviário Anhembí-SP

Fonte: CONAB

Um ponto importante para o cálculo da paridade de exportação que envolve o frete é a quebra técnica da soja no transporte do grão. Como a soja é transportada a granel, as más condições das estradas e/ou problemas na frota de caminhões resultam em perdas significativas que devem ser consideradas, sendo assim, calcula-se uma perda de 0,5% do valor referente à receita bruta, para cálculo de paridade de exportação. Em Goiás, a safra 2009/10 representou perdas de 35 mil toneladas.

### 5.5) Fator Cambial

O câmbio é um dos fatores que mais influenciam a formação da soja no mercado interno. Muitas das vezes, variações cambiais causam maiores ganhos, ou prejuízos, para o produtor brasileiro do que variações em Chicago. Há uma correlação positiva entre os preços da soja, cotado em dólar no mercado internacional, e os preços no mercado interno.

O fator cambial não influencia apenas no preço FOB da soja, como também o valor do frete e as despesas portuárias. O frete é influenciado já que o valor do diesel é amplamente influenciado pelo dólar, por outro lado, as despesas portuárias são todas cotadas em dólar.

Todo o processo que há transformação cambial exige uma taxa de corretagem cambial para o agente financeiro. O caso da soja não é diferente já que o seu valor de nota no porto é em reais e sua exportação é calculada em dólares. Para cálculo de paridade a taxa de corretagem cambial é de 0,1875% da receita bruta.

### 5.6) Impostos

No processo de exportação incide sobre o valor total do produto a ser exportado vários impostos, porém três se destacam. São eles PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação). Os dois primeiros são de responsabilidade do governo federal e o último de competência do governo estadual.

**FIGURA 3 – Mapa de rotas de escoamento da produção agrícola em Goiás (Modais)**



Fonte: CONAB

O PIS e COFINS são impostos incidentes sobre pessoa jurídica, neste caso são descontados 0,50% e 2,0% (no caso de exportações de soja em grãos), respectivamente, sobre o total da receita bruta auferida pela pessoa jurídica, independente de qual sejam suas atividades. Já o ICMS é um imposto sobre a circulação de mercadorias, prestação de serviço e fornecimento de mercadorias. No caso em questão a taxa de ICMS sobre a exportação de soja em Goiás varia de 0 a 18%. Porém, para incentivar as exportações de matérias primas e produtos semi elaborados, o governo federal isentou para estes produtos o pagamento de impostos referentes ao ICMS (Lei Complementar 87/96), ao PIS (MP 2.158-35/2001 e Lei 10.637/2002) e à COFINS (Lei Complementar 70/91). Neste sentido, para cálculo de

paridade de exportação não se deve considerar as despesas referentes a estes impostos.

#### 5.7) Outras taxas e comissões

No processo de exportação outras taxas são envolvidas no processo, porém, devido aos valores irrelevantes não são descritas no cálculo de paridade. O mesmo caso é das comissões dos agentes envolvidos no processo de exportação. Sendo assim, para o cálculo de paridade, é considerado o valor US\$ 0,05/ton para as comissões e taxas no processo de exportação de soja

### 6) Conclusão

Diante de tudo que foi descrito segue na tabela 3 o cálculo de paridade de exportação de soja para o estado de Goiás. Este cálculo leva em consideração a cotação da soja em Chicago (CME) no vencimento de

setembro de 2010 na data de 17 de agosto de 2010, assim como o valor do prêmio de exportação no porto de Santos e a cotação do dólar na mesma data (Tabela 3).

**TABELA 3 – Cálculo de Paridade de Exportação para Goiás no dia 17 de Agosto de 2010.**

Cálculo de Paridade de Exportação de Soja para o Estado de Goiás				
	Descrição	Transformação		Valor
1	Cotação da Soja em Chicago (CME)	Setembro/10	US\$/Bs	<b>10,45</b>
2	Prêmio	Porto de Santos	US\$/Bs	<b>1,37</b>
3	Conversão (US\$/bs para US\$/Ton)	1Bs = 27,21Kg	R\$/Ton	434,40
4	Conversão Cambial	US\$ 1 = R\$ 1,757	R\$/Ton	763,24
5	Preço da Soja no Porto		R\$/Ton	<b>763,24</b>
6	Despesas	Soma (6.1 a 6.8)	R\$/Ton	159,39
6.1	ICMS	0 a 18% do item 5	R\$/Ton	Isento
6.2	Frete		R\$/Ton	140,00
6.3	Despesas Portuárias	US\$ 8,00/Ton	R\$/Ton	14,06
6.4	PIS	0,65% do item 5	R\$/Ton	Isento
6.5	Taxas e Comissões	US\$ 0,05/Ton	R\$/Ton	0,08
6.6	Corretagem Cambial	0,1875% do item 5	R\$/Ton	1,43
6.7	COFINS	2,0% do item 5	R\$/Ton	Isento
6.8	Quebra	0,50% do item 5	R\$/Ton	3,81
7	Preço da Soja em Goiás		R\$/Ton	<b>603,85</b>
8	Paridade de Exportação em Goiás	R\$/Ton para R\$/Sc	R\$/Sc	<b>36,23</b>

## 7) Referências Bibliográficas

AGUIAR, D. R. D. **Formação de preço na indústria da soja 1982 -1990**. 1990. 140p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luis de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba,

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS – ABIOVE. **Diversas consultas**.

Disponível em: < [www.abiove.com.br](http://www.abiove.com.br) >. Acesso 14 de Ago. 2010.

BONETTI, Luiz P. Distribuição da soja no mundo (Origem, Historia e Distribuição) In:\_\_\_\_\_. **A soja no Brasil**. São Paulo. 1981. Cap 1, p. 14-25.

CAIXETA FILHO, J. V. Sobre a Competitividade do Transporte no *Agrobussiness* Brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...**

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ,CONAB. **Diversas consultas**.

Disponível em: <[www.conab.gov.br/conabweb](http://www.conab.gov.br/conabweb)>. Acesso em 15 de Ago. 2010.

MARGARIDO, M A; LEÃO DE SOUZA, E. L. Formação de Preço da Soja no Brasil:. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 1998, Poço de Caldas. **Anais...**

MORAES, M. de. **Prêmio de Exportação da soja brasileira**. 2002. 90p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

PAULA, S.R.; FAVERET, P. **Panorama do Complexo da Soja**. Rio de Janeiro: BNDES, 1998.

PAULO, A. B. **Esmagadoras de Soja dos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás**. Piracicaba: Ed ESALQ-LOG, 2010, 31p.

SOARES, M. G. ET AL. **Transporte de soja em grãos e farelo de soja no Brasil**. Piracicaba, Ed. ESALQ, 1997, 126 p.



# Vantagem Comparativa Revelada da carne bovina brasileira

Henrique Mesquita Tonhá<sup>1</sup>

Cleyzer Adrian da Cunha<sup>2</sup>

Alcido Elenor Wander<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar a competitividade da carne bovina brasileira no âmbito mundial com relação a seus principais concorrentes e no âmbito nacional comparando os estados brasileiros mais tradicionais na comercialização do produto com o país como um todo e com os concorrentes brasileiros, que no país apresentaram os melhores índices. Como recurso utilizou-se o índice de vantagem comparativa revelada (IVCR). O Brasil como um todo não apresentou vantagem comparativa, porém alguns estados brasileiros, em especial os da região Centro-Oeste e o estado de São Paulo, apresentaram em determinados anos analisados vantagem comparativa revelada frente à carne bovina brasileira e em alguns anos, em especial o estado do Mato Grosso do Sul apresentou-se competitivo em relação a alguns concorrentes brasileiros.

**Palavras-chave:** agronegócio, exportação de carne bovina, competitividade

## Introdução

De acordo com os primeiros registros da atividade pecuária no Brasil, foi ainda no século XVI, a chegada dos bovinos, onde hoje se localiza o estado da Bahia, oriundos de Cabo Verde, junto a expedições de exploração de nosso território.

Na época o gado era basicamente utilizado para tração, em especial para movimentar os moinhos do engenho de cana-de-açúcar. Em face à atividade açucareira na região litorânea, o gado foi utilizado também, para expansão de novas áreas (interioranas) onde se encontravam os estados de Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão.

Posteriormente na região Sul do país desenvolveu-se uma atividade pecuária baseada no uso do pasto nativo para alimentação do rebanho, o crescimento dessa

atividade intensificou-se com a chegada de animais europeus melhor adaptados às regiões sulistas.

A introdução do gado zebuino (originário da Índia, apresenta alta tolerância ao calor tropical) no século XIX ocorreu com grande adaptação às regiões Sudeste e Centro-Oeste. Hoje o país possui um dos maiores rebanhos comerciais de zebuínos do planeta.

Recentemente o uso de alguns métodos tecnológicos como; uma melhor suplementação mineral, o controle melhor das pragas e parasitas, novos cruzamentos entre raças diferentes visando à formação de um rebanho mais resistente, tem contribuído fortemente para a adequação do gado às diversas regiões brasileiras criadoras o que reflete a atual pujante situação da pecuária brasileira.

## 1. Referencial Teórico

As fontes da vantagem global originam-se basicamente de quatro causas: vantagem comparativa convencional, economias de escala ou curvas de aprendizagem (...), vantagens decorrentes da diversificação do produto e o caráter de bem público da tecnologia e das informações do mercado:

Vantagem Comparativa: A existência de vantagem comparativa é um determinante clássico da concorrência global. Quando um país ou países possui vantagens significativas quanto ao fator custo e ao fator qualidade empregados na fabricação de um produto, esses países são locais de produção e as exportações fluem daí para outras partes do mundo. Nessas indústrias, a posição estratégica da empresa global nos países com uma vantagem comparativa é crucial para a sua posição no nível mundial (PORTER, 2004).

Inicialmente a idéia do comércio internacional se justificava baseada no que foi difundido por Adam Smith, quando um país pudesse produzir um bem com

<sup>1</sup>Economista pela UFG

<sup>2</sup>Doutor em Economia Aplicada, Prof Adjunto II do Curso de Economia da UFG, cleyzer@face.ufg.br

<sup>3</sup>Phd em Economia Agrícola, Pesquisador da CNPAF- Embrapa, awander@cpaf.embrapa.br

menores recursos que outro, este primeiro possuía uma vantagem absoluta na produção do bem. Muito frequentemente essa é uma situação criada referente a um histórico de especialização de uma determinada economia, o que também muitas vezes não é bem verdade para produtos agrícolas que sofrem com as condições de sazonalidade em sua produção.

Adam Smith preconizou a Teoria das Vantagens Absolutas onde o produto com menor custo de produção deveria ser o foco de produção do país, enquanto aqueles com custos de produção mais elevados deveriam ser trocados com países onde os mesmos tivessem menores custos de produção. A maior questão nessa teoria é que o comércio internacional (que beneficia a todos) só se dá entre nações que possuem vantagem e desvantagem em pelo menos um produto. David Ricardo desenvolveu essa idéia com a Teoria das Vantagens Comparativas (FERNANDES, WANDER e FERREIRA, 2008).

Porém o que também precisa ser considerado em termos de comércio internacional é que deve se analisar a produtividade em termos relativos do bem que o país produz, dessa forma deve-se comparar o quanto custa produzir o mesmo bem em diferentes países. Aquele que apresentar o menor custo possui vantagem na produção do mesmo. Quando se considera a produtividade e os custos relativos, o conceito de vantagem comparativa passa a ser utilizado.

Até o passado recente, a competitividade da cadeia agroindustrial de carne bovina fundamentou-se, em grande parte, em vantagens de custos na produção agropecuária, com base em recursos naturais abundantes e poucas restrições ambientais (BUAINAIN e BATALHA, 2007:53).

Esse conceito foi desenvolvido em 1817 pelo economista inglês David Ricardo, com o intuito de provar que é vantajoso para um país sua especialização, e é assim definido por Krugman (2005, p.08), "Um país possui uma vantagem comparativa na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção desse bem em relação aos demais é mais baixo nesse país do que nos outros".

Vantagens comparativas e absolutas não são, contudo conceitos essencialmente excludentes. O

rigor analítico para o entendimento do padrão de trocas parece sugerir a busca pelas empresas/países de vantagens absolutas no mercado internacional, motivada pela obtenção de renda extras derivada do monopólio das inovações. Já o processo de difusão internacional de novas técnicas e novos produtos, ao erodir as vantagens absolutas ajustando preços e custos, cria sustentabilidade às trocas internacionais, baseando-as em vantagem comparativa.

A explicação do padrão de trocas, depende então, da rapidez com que novos produtos e processo de produção são inseridos no mercado (revelando as vantagens absolutas) versus a rapidez com que as empresas ajustam os respectivos preços e custos (revelando as vantagens comparativas)(...)

A investigação do porquê determinados segmentos produtivos são mais eficientes ou têm melhor desempenho tecnológico em um país do que em outros privilegiou as características do mercado doméstico como determinantes daquela questão original. A taxinomia que inclui setores intensivos em tecnologia e em recursos naturais [Kelly (1987); Pavitt (1984)] serviu para Pavitt e Pitel (1988) por em evidência um conjunto de fatores, como as características de mercado, as oportunidades tecnológicas e a estrutura industrial como explicativo da competitividade internacional, entendida pela participação do país no mercado externo (GUIMARÃES, 1997).

Posteriormente em virtude dos estudos da economista húngara Bela Balassa, surgiu a Teoria da Vantagem Comparativa Revelada que relaciona, em dados pós-comércio, se determinado país ou região possui vantagem comparativa, e assim apresentando uma posição competitiva em relação a outros agentes, isso é possível através do cálculo do Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR).

Este índice preserva os pressupostos clássicos da concorrência perfeita, dessa forma ignora barreiras comerciais, tarifas de importação, subsídios às exportações, enfim fatores exógenos a teoria clássica que afetam as exportações.

Fontes e Hidalgo (1992, 1998) *apud* FIGUEIREDO e SANTOS (2005), enquanto as vantagens comparativas refletem os fluxos comerciais, determinados pelos custos relativos de produção, sob a pressuposição de um comércio livre de intervenções, a competitividade reflete os diferenciais de preços de mercado. Dessa forma, essa competitividade incorpora diversas variáveis que influenciam os preços de

mercado, como custos de comercialização, subsídios, impostos e outras. Ao analisar a vantagem comparativa revelada, algumas limitações podem surgir devido ao protecionismo inerente às relações comerciais, como tarifas sobre importação, subsídios às exportações, poder de mercado, desalinhamento cambial e outras que, em conjunto, podem afetar os resultados da vantagem comparativa revelada. Essas limitações surgem porque a noção de vantagem comparativa revelada está interligada a fatores estruturais do processo produtivo, sendo associada de forma direta aos custos relativos de produção (FIGUEIREDO e SANTOS, 2005:11).

O índice revela, portanto, o nível das exportações de determinado país em relação a sua pauta, bem como a comparação do bem entre diferentes países. Permite também definir o padrão de especialização do país em nível internacional e interno.

A formulação do índice de vantagens comparativas, ainda apresenta-se como um bom ferramental à medida que possibilita a análise dos fatores explicativos do comércio de cada país ou região.

## 2. Metodologia

A fim de mensurar a existência e a evolução da vantagem comparativa da carne bovina brasileira, bem como o desempenho das exportações deste produto, este trabalho se utiliza do Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR).

O IVCR tem como fundamentação a teoria da Vantagem Comparativa proposta e desenvolvida pelo economista David Ricardo (1817). Quanto ao título Reveladas, este foi adicionado em função de proposição da economista húngara Bela Balassa (1965), ele diz respeito à constituição do índice com base em dados pós-comércio.

O Índice é matematicamente assim definido:

$$IVCR_j = \frac{(X_{ij} / X_i)}{(X_{wj} / X_w)}$$

Onde:

X<sub>ij</sub> corresponde ao valor das exportações brasileiras do produto j (carne bovina).

X<sub>i</sub> é o valor total das exportações brasileiras.

X<sub>wj</sub> corresponde ao valor das exportações mundiais/país concorrente brasileiro nas exportações do produto j (carne bovina).

X<sub>w</sub> é o valor total das exportações do mundo/país concorrente brasileiro.

Ou:

X<sub>ij</sub> o valor das exportações de um determinado estado brasileiro do produto j (carne bovina).

X<sub>i</sub> o valor total das exportações do determinado estado brasileiro.

X<sub>wj</sub> o correspondente ao valor das exportações brasileiras do produto j (carne bovina).

X<sub>w</sub> o montante total das exportações brasileiras.

Ou ainda:

X<sub>ij</sub> o valor das exportações de um determinado estado brasileiro do produto j (carne bovina).

X<sub>i</sub> o valor total das exportações do determinado estado brasileiro.

X<sub>wj</sub> o correspondente ao valor das exportações do país concorrente brasileiro do produto j (carne bovina).

X<sub>w</sub> o montante total das exportações do concorrente brasileiro.

Quando...

IVCR < 1 – não há vantagem comparativa revelada.

IVCR > 1 – há vantagem comparativa revelada.

IVCR = 1 – não apresenta vantagem e nem desvantagem comparativa.

Para realizar o cálculo do índice, utilizou-se de dados secundários provenientes basicamente de três fontes: os dados referentes às exportações da carne bovina do Brasil e dos demais países analisados são oriundos da base da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2008); quanto aos países selecionados (maiores exportadores de carne bovina em valores) o valor total de suas exportações para o mundo e as exportações totais do próprio mundo foram encontrados na base de dados da Organização Mundial do Comércio (WTO, 2008).

O período analisado (1991 – 2005) compreende os últimos quinze anos para os quais foi possível encontrar dados nas fontes acima citadas, dado que no período mais recente pode-se verificar um comércio internacional mais dinâmico, visto que as economias de uma forma geral encontram-se mais abertas.

Com relação ao cálculo do índice sob a ótica regional, os dados referentes às exportações de carne bovina (carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas e carnes desossadas de bovino congeladas) por estado e de suas respectivas exportações totais provêm da base de dados do Sistema de Análise de Informações do Comércio Exterior (ALICE, 2008) vinculado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Brasileiro, este apresenta dados para períodos mais recentes (2006, 2007 e 2008), porém para estes o cálculo é limitado devido à ausência dessas informações para os dados brasileiros em relação ao mundo.

Para determinados estados e períodos, o dado proveniente para o cálculo encontra-se indisponível no sistema, e, por isso é notado na tabela do índice como indisponível.

A escolha dos estados passa pela premissa daqueles que se encontram mais aptos a exportar, portanto exportam mais, à medida que não enfrentam sistematicamente problemas sanitários e logísticos.

### 3. Resultados e Discussão

#### 3.1. A carne bovina brasileira no mundo

Há alguns anos o Brasil atingiu uma extraordinária importância no campo do agronegócio mundial. O país é líder mundial de exportações de açúcar, café, suco de

laranja e soja e recentemente assumiu a dianteira nos mercados de carne bovina e frango seguido de tradicionais concorrentes como Estados Unidos e Austrália.

Em nível mundial, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento Brasileiro (MAPA) somente Brasil (205.886.244 efetivo de grande porte em 2006) e China, que estão entre os países detentores dos cinco maiores rebanhos mundiais, aumentaram seus rebanhos nos últimos dez anos. Diferentemente do caso brasileiro, o crescimento da produção chinesa destinava-se ao abastecimento do mercado interno. Vale ressaltar também que 50% do rebanho mundial de bovinos encontram-se concentrado em cinco países: Brasil, Índia, China, Estados Unidos e Argentina.

Até 2003, o Brasil ainda não havia superado a Austrália em volume exportado. A Austrália apesar de figurar como oitavo produtor mundial de carne bovina, consegue excedentes suficientes para posicioná-la hoje como o segundo maior exportador mundial em volume do produto. Outra importante consideração diz respeito à abrupta queda do volume exportado pelos Estados Unidos a partir de 2004 devido aos surtos de EEB, (encefalopatia espongiforme bovina) a conhecida doença da vaca louca (Tabela 1).

**Tabela 1: Exportação de carne bovina e vitelo dos principais países, em mil toneladas de carcaça, 2000-2006.**

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	492	748	881	1.175	1.628	1.867	2.109
Austrália	1.338	1.399	1.366	1.264	1.394	1.413	1.459
Índia	349	370	417	439	499	627	750
Nova Zelândia	485	496	486	558	6069	589	541
EUA	1.120	1.029	1.110	1.142	209	317	523
Uruguai	236	145	262	325	410	487	510
Argentina	357	169	348	386	623	762	556
Canadá	522	573	609	383	557	551	440
UE-25	545	502	485	388	358	254	220
China	54	60	44	43	61	91	99
Outros	248	179	266	236	151	133	66
Mundo	5.746	5.670	6.274	6.339	6.496	7.091	7.273

Fonte: Mapa, 2007

De acordo com dados da FAO, no quesito exportação em valor (Tabela 2), ou seja, dólares recebidos pelas exportações, o Brasil não ocupa a primeira posição,

permanecendo não tão bem posicionado como no quesito anterior (exportação em volume).

**Tabela 2: Principais exportadores de Carne bovina, em mil dólares americanos, 1999-2005.**

<b>País / Anos</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Alemanha	484.257	445.471	192.481	500.615	593.138	697.172	631.035
Espanha	228.700	203.686	111.958	148.901	216.687	2.448.444	324.972
Irlanda	274.744	195.329	115.207	152.545	170.418	198.478	215.019
Austrália	98.196	86.249	62.380	76.314	75.056	96.400	167.920
Nova Zelândia	15.713	22.608	18.249	22.691	44.911	78.946	115.669
Canadá	251.985	282.405	29.1942	259.797	122.288	51.070	79.153
EUA	300.410	416.337	362.173	368.942	475.125	22.358	43.445
Argentina	6.602	4.523	549	1.058	6.077	12.339	12.531
Brasil	269	390	603	463	577	1.601	2.049

Fonte: FAO, 2008

#### 4.2. A competitividade da carne bovina brasileira

Nota-se com ampla facilidade que o Brasil não apresenta vantagem comparativa revelada no período analisado em relação à carne bovina mundial, apresentando ainda índices bem abaixo do que poderia ser esperado, dado que o Brasil apresenta invejável posição de exportação em volume e em valor recebido pelo produto.

Analisando o índice o que se verifica é que há alguma variação, porém tal desprezível é que se pode falar somente numa tendência, ainda bastante tímida. Em 1991, o resultado do índice é zero, a melhor performance foi encontrada nos anos de 2004 e 2005 com o resultado de 0,04, o que é ainda desprezível para avaliarmos o produto brasileiro como competitivo (Tabela 3).

**Tabela 3: Índice de Vantagem Comparativa Revelada da carne bovina brasileira em relação à carne bovina mundial, 1991-2005.**

<b>Anos</b>	<b>IVCR</b>
1991	0,00
1992	0,01
1993	0,01
1994	0,01
1995	0,00
1996	0,00
1997	0,00
1998	0,00
1999	0,01
2000	0,01
2001	0,03
2002	0,02
2003	0,02
2004	0,04
2005	0,04

Fonte: Elaboração dos autores com dados da FAO (2008) e WTO (2008).

Em seguida calculou-se o índice para os maiores exportadores em valor de carne bovina no mundo de acordo com informações da FAO. São eles: Argentina, Austrália, Canadá Alemanha, Irlanda, Espanha e Estados Unidos da América.

Tanto para os anos pesquisados como para os concorrentes brasileiros selecionados, a carne bovina brasileira em nenhum momento apresentou vantagem comparativa revelada. Com relação ao produto australiano, a carne bovina brasileira apresenta um resultado pífio, em nenhum momento analisado ultrapassa a fronteira de 0,01. A Austrália era até 2003 o maior exportador em volume de carne bovina do mundo, hoje perdeu essa posição para o Brasil, porém isso não interferiu na forte representação que possui em 2005, aquele país respondeu por 20% do total de carne bovina vendida no mundo (Tabela 4). Apesar de não possuir um expressivo rebanho (2% da população bovina mundial), o crescimento da posição australiana deve-se em grande parte ao espaço conquistado devido à ausência de tradicionais fornecedores em determinados momentos.

Com relação ao índice frente à carne bovina canadense, a partir de 2002 pode-se atribuir a ligeira elevação no índice ao crescimento das exportações do produto brasileiro e a simultânea queda nas exportações canadenses em razão da EEB (encefalopatia espongiforme bovina) surgida em seu rebanho (Tabela 4).

**Tabela 4: Índice de Vantagem Comparativa Revelada da carne bovina brasileira em relação à carne bovina de países selecionados, 1991-2005.**

Anos	IVCR						
	Argentina	Australiana	Canadense	Alemã	Irlandesa	Espanhola	Estadunidense
1991	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1992	0,08	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,02
1993	0,03	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,02
1994	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,02
1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1997	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1998	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
1999	0,02	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01
2000	0,04	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01
2001	0,50	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,02
2002	0,19	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01
2003	0,04	0,01	0,02	0,01	0,00	0,01	0,01
2004	0,05	0,01	0,10	0,02	0,01	0,01	0,61
2005	0,06	0,01	0,08	0,03	0,01	0,01	0,36

Fonte: Elaboração dos autores com dados da FAO (2008) e WTO (2008).

Já o resultado do índice relativo aos Estados Unidos nos anos de 2004 e 2005 mostra um melhor resultado quanto à posição brasileira. Ocorre que esse resultado não provém exatamente de mérito brasileiro, mas de casos de EEB (encefalopatia espongiforme bovina) que acometeram uma parte do rebanho norte-americano e impactou negativamente nos fluxos de exportação do país. Felizmente para a tranquilidade da indústria de carne norte-americana, um acordo de comércio bilateral firmado em 2004, normalizou as importações japonesas do produto americano, assim que foram restabelecidas as condições de produção da carne e a mesma declarada sã. Dado que os principais mercados da carne norte-americana são o Canadá, Coréia do Sul e Japão, esse acordo foi de extrema importância para revigorar a posição dos Estados Unidos no ranking mundial.

O que o índice mostra é que nos períodos analisados a situação é de predominância de existência de vantagem comparativa revelada para os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul relativa às exportações da carne bovina nacionalmente. Podemos inferir que nesse intervalo de tempo o estado de Mato Grosso do Sul destaca-se frente aos outros dois por alcançar índices sustentavelmente maiores.

Algumas abruptas variações do índice podem ser atribuídas ao fato de que em determinados anos foram registrados focos de febre aftosa no rebanho do estado como, por exemplo, é o caso de Mato-Grosso em 1996. Em 1995 o índice alcançou 9,67, e no ano seguinte caiu para 0,34, e em 1997 teve uma forte ascensão para 11,71, o resultado de 1998 pode ser entendido como um sinal de tranquilidade que os clientes do produto mato-grossense viram para adquirir o produto (Tabela 5).

**Tabela 5: Índice de vantagem comparativa da carne bovina de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro em relação à carne bovina brasileira, 1991-2005.**

Anos	IVCR				
	Goiana	Mato-grossense	Mato-grossense-do-sul	Paulista	Carioca
1991	94,20	1,05	3,80	24,21	0,24
1992	1,14	0,44	0,25	0,49	indisponível
1993	0,34	0,08	0,51	0,46	indisponível
1994	0,21	0,23	0,15	0,24	indisponível
1995	indisponível	9,67	34,75	9,16	indisponível
1996	27,40	0,34	76,23	10,12	0,59
1997	35,82	11,71	5,84	7,84	indisponível
1998	23,39	20,51	32,32	2,79	indisponível
1999	16,76	10,65	23,50	2,74	0,00
2000	9,09	4,08	23,80	2,21	0,04
2001	13,13	3,29	59,03	1,80	0,02
2002	13,38	3,44	15,78	3,46	0,01
2003	11,25	4,27	14,82	4,38	0,00
2004	7,41	1,71	11,06	2,59	0,00
2005	7,74	2,47	14,35	2,06	0,02

Fonte: Elaboração própria com dados da FAO (2008), WTO (2008) e ALICE (2008).

A abrupta queda no índice do estado de Mato Grosso do Sul em 1997, por exemplo, pode ser atribuída ao foco de febre aftosa, detectado num importante município pecuarista do estado, haja vista que há cerca de três anos não era encontrado nenhum indício da doença no estado.

Os prejuízos causados pela febre aftosa aparecem sob a forma de queda na produtividade, perda de mercados, custos públicos e privados de prevenção, controle, erradicação e indenização de animais sacrificados. Os prejuízos também se devem a despesas para se retornar o status de área livre da doença conforme regras da OIE (BUAINAIN e BATALHA, 2007:62).

O estado de São Paulo alcançou números satisfatórios o que permite concluir que no período analisado, excetuando os anos de 1992, 1993 e 1994, o estado obteve vantagem comparativa revelada para sua carne bovina. O mesmo não pode ser dito para seu vizinho, o estado do Rio de Janeiro, em nenhum dos anos em que foi possível concluir o cálculo do índice alcançou valores superior a uma unidade, e por isso não apresentou vantagem comparativa.

A Tabela 6 expõe a continuação do resultado para os outros dois estados da região sudeste (Minas Gerais e Espírito Santo) e para os estados da região sul brasileira.

**Tabela 6: Índice de vantagem comparativa da carne bovina de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em relação à carne bovina brasileira, 1991-2005.**

Anos	IVCR				
	Mineira	Capixaba	Paranaense	Catarinense	Gaúcha
1991	3,11	3,03	12,67	2,32	17,35
1992	0,01	0,06	0,20	indisponível	0,12
1993	0,03	0,06	0,22	indisponível	0,29
1994	0,02	0,02	0,05	indisponível	0,21
1995	0,35	2,10	0,98	0,01	8,27
1996	1,80	7,87	16,78	0,13	15,57
1997	0,15	1,86	3,20	0,01	1,40
1998	0,11	0,58	0,98	0,00	0,62
1999	0,27	0,45	1,39	0,00	0,85
2000	0,39	0,30	0,96	0,00	0,73
2001	0,46	0,13	0,78	0,04	0,20
2002	0,25	0,17	1,07	0,03	0,32
2003	0,34	0,12	1,09	0,05	0,70
2004	0,27	0,12	0,65	0,07	0,39
2005	0,39	0,39	0,45	0,14	0,59

Fonte: Elaboração própria com dados da FAO (2008), WTO (2008) e ALICE (2008).

Tanto a carne bovina mineira como a capixaba não apresentaram em geral vantagem comparativa revelada, apresentando índices bem inferiores quando comparados aos estados anteriormente avaliados.

Os estados da região sul do Brasil apresentaram em geral índices menores que um, durante os anos de 1991 a 2005, mostrando que a comercialização internacional de carne bovina por parte desses estados não é umas de suas melhores habilidades. A principal negação do destaque fica por conta do estado de Santa Catarina dado que no período analisado somente em 1991 alcançou um índice acima de uma unidade com os modestos 2,32.

Dado o resultado do índice, nessa situação pode-se revelar que o estado do Mato Grosso do Sul, em geral,

**Tabela 7: Índice de vantagem comparativa da carne bovina goiana, mato-grossense, mato-grossense-do-sul e paulista em relação à carne bovina argentina, 1991-2005.**

Anos	IVCR			
	Goiana	Mato-grossense	Mato-grossense-do-sul	Paulista
1991	0,16	0,04	0,01	0,04
1992	0,10	0,04	0,02	0,04
1993	0,01	0,00	0,02	0,01
1994	0,00	0,00	0,00	0,00
1995	indisponível	0,00	0,00	0,00
1996	0,00	0,00	0,01	0,00
1997	0,03	0,01	0,03	0,01
1998	0,20	0,06	0,28	0,02
1999	0,33	0,21	0,47	0,05
2000	0,37	0,17	0,98	0,09
2001	6,57	1,65	29,53	0,90
2002	2,48	0,64	2,93	0,64
2003	0,43	0,16	0,57	0,17
2004	0,34	0,08	0,51	0,12
2005	0,43	0,14	0,80	0,11

Fonte: Elaboração própria com dados da FAO (2008), WTO (2008) e ALICE (2008).

A Tabela 8 mostra que em geral nenhum dos estados alcançou um resultado sustentado em relação à carne bovina canadense, e novamente se há de citar um

não alcançou a vantagem comparativa frente à Argentina, mas possui uma “vantagem” em relação aos outros estados analisados. Isso porque em comparação aos demais o Mato Grosso do Sul foi o estado que alcançou frente à carne argentina os melhores índices no período (Tabela 7). Os estados de Mato Grosso e São Paulo em nenhum momento atingiram vantagem comparativa em relação ao produto argentino.

O resultado mostra que esses estados não estão em boas condições reveladas quando comparado ao mercado de exportação do produto canadense. Haja vista que em nenhum dos anos analisados o índice foi superior a uma unidade para os estados de Goiás, Mato Grosso e São Paulo.

estado que apresentou um resultado mais exuberante, o Mato Grosso do Sul pode sê-lo.



**Tabela 8: Índice de vantagem comparativa da carne bovina goiana, mato-grossense, mato-grossense-do-sul e paulista em relação à carne bovina canadense, 1991-2005.**

Anos	IVCR			
	Goiana	Mato-grossense	Mato-grossense-do-sul	Paulista
1991	0,08	0,00	0,00	0,02
1992	0,01	0,00	0,00	0,00
1993	0,00	0,00	0,00	0,00
1994	0,00	0,00	0,00	0,00
1995	indisponível	0,00	0,01	0,00
1996	0,00	0,00	0,01	0,00
1997	0,02	0,01	0,02	0,01
1998	0,06	0,05	0,08	0,01
1999	0,09	0,06	0,12	0,01
2000	0,06	0,03	0,16	0,02
2001	0,12	0,03	0,54	0,02
2002	0,10	0,03	0,12	0,03
2003	0,20	0,03	0,26	0,08
2004	0,76	0,18	1,14	0,27
2005	0,61	0,19	1,13	0,16

Fonte: Elaboração própria com dados da FAO (2008), WTO (2008) e ALICE (2008).

A posição de São Paulo e Mato Grosso do Sul (Tabela 9) também deixa a desejar, a ressalva positiva fica por conta dos anos de 2004 e 2005, em que a carne do Sul-Mato-Grossense alcançou índices mais satisfatórios. Nesses anos esse estado e Goiás apresentaram um considerável crescimento em relação aos resultados dos anos anteriores fruto de uma importante elevação

nos valores de exportação desses estados em relação aos anos anteriores. A exportação de carne bovina de Goiás cresceu em valor 77% em 2004 em relação a 2003 e 40% em 2005 em relação a 2004. Mato Grosso do Sul acompanhando também essa tendência teve crescimentos da ordem de 100% em 2004 com relação a 2003, e 140% em 2005 com relação a 2004.

**Tabela 9: Índice de vantagem comparativa da carne bovina goiana, mato-grossense, mato-grossense-do-sul e paulista em relação à carne bovina estadunidense, 1991-2005.**

Anos	IVCR			
	Goiana	Mato-grossense	Mato-grossense-do-sul	Paulista
1991	0,05	0,01	0,00	0,00
1992	0,02	0,01	0,00	0,01
1993	0,01	0,00	0,01	0,01
1994	0,00	0,01	0,01	0,01
1995	indisponível	0,00	0,02	0,00
1996	0,01	0,00	0,03	0,00
1997	0,08	0,03	0,08	0,02
1998	0,19	0,17	0,27	0,02
1999	0,22	0,14	0,30	0,04
2000	0,12	0,05	0,32	0,03
2001	0,27	0,07	1,23	0,04
2002	0,19	0,05	0,23	0,05
2003	0,14	0,05	0,18	0,05
2004	4,49	1,04	6,70	1,57
2005	2,79	0,89	5,16	0,74

Fonte: Elaboração própria com dados da FAO (2008), WTO (2008) e ALICE (2008).

Um ponto em comum dos estados analisados refere-se ao intervalo de 1994 a 1998, tanto na análise nacional

como em relação aos concorrentes brasileiros, o recuo do índice nesses primeiros anos do Plano Real observa-

se uma moeda nacional valorizada, ocorrendo aí um aumento do consumo interno o que acarretou numa redução da quantidade exportada do produto.

#### 4. Considerações Finais

Diante dos resultados observados nota-se que uma possível posição competitiva apresentada pela carne bovina brasileira, dado o grande volume exportado do bem e sua boa posição frente aos demais países, não se realiza. No período analisado o que pode se constatar é que todo esse “volume” não é traduzido em competitividade para o produto brasileiro em relação ao mundo e seus principais concorrentes.

Ao analisar o resultado do índice para os estados brasileiros mais aptos a exportar carne bovina verificou-se que os estados do Centro-Oeste, o estado de São Paulo e em raros anos analisados o estado do Paraná e Rio Grande do Sul apresentaram vantagem comparativa revelada de seu produto em relação às exportações nacionais. Quando analisadas as exportações dos estados do Centro-Oeste e do estado de São Paulo em relação a alguns concorrentes brasileiros, verifica-se que estes não lograram, em geral, uma posição competitiva, ressalva para os últimos anos do período analisado em que se alcançou um índice satisfatório para alguns concorrentes, em especial o estado de Mato Grosso do Sul que deve se firmar como forte exportador brasileiro de carne bovina.

#### 5. Referências

Batalha, Mário O.; Da Silva, Andrea L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas. In: Batalha, Mário Otávio; Gestão Agroindustrial: 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. 770 p.

Buainain, Antônio Márcio; Batalha, Mário Otávio. Série Agronegócios: Cadeia Produtiva da Carne Bovina/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: MAPA/SPA, 2007 86 p.

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Disponível em <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em 11 set. 2008.

Fernandes, S.M.; Wander, A.E.; Ferreira, C.M. Análise da competitividade do arroz brasileiro: vantagem comparativa revelada. Goiás, 2008, 11 p. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco.

Figueiredo, A.M.; Santos, M.L. Evolução das vantagens comparativas do Brasil no comércio mundial da soja. Revista de Política Agrícola, n. 5, p. 9-16, 2005.

Food and Agriculture Organization (FAO). Disponível em <<http://faostat.fao.org>>. Acesso em 19 set. 2008.

Guimarães, Edson P. Evolução das teorias do comércio internacional, 1997, 19p. Estudos em comércio exterior. (Curso de Pós-Graduação em Comércio Exterior). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. v.1, nº 2 – jan/jun, 1997.

Hidalgo, Álvaro Barrates. Vantagem Comparativa e recursos naturais no comércio exterior do Nordeste Brasileiro. In\_\_\_\_\_O Agronegócio Brasileiro: Desafios e Perspectivas – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Brasília: Sober, 1998. 265 a 279 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2006/default.shtm>>. Acesso em 27 ago. 2008.

Krugman, Paul R.; Obstfeld, Maurice. Economia Internacional: Teoria e Política. 6ª ed. São Paulo: Pearson, 2004, 558 p.

Macedo, Luís Otávio Baú. Investigação dos determinantes da rentabilidade das exportações de carne bovina brasileira no período 1995 a 2006, Informações Econômicas, São Paulo, v. 37, n. 5, maio 2007. p.42-49.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em 20 set. 2008.

Nonnenberg, Marcelo J.B. Vantagens Comparativas Reveladas, Custo Relativo de Fatores e Intensidade de Recursos Naturais: Resultados para o Brasil – 1980-88, Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, abril 1991.

Pitelli, Mariusa M.; Moraes, Márcia A. F. Dias de. Análise do impacto das variações institucionais européias sobre a governança do sistema agroindustrial brasileiro da carne bovina. Scielo, Brasília, v. 44, n. 1, 11 p. jan/mar. 2006.

Porter, M. E. Estratégia Competitiva: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, 400 p.

Seibel, Felipe. O novo salto do agronegócio: Anuário Exame – Agonegócio 2007-2008, São Paulo, Junho/2007, p.14-21.

Serviço de Informação da Carne (SIC). Disponível em

<<http://www.sic.org.br/producao.asp>>. Acesso em 15 ago. 2008.

Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICE – WEB). Disponível em <<http://aliceweb.desenvolvimento.org.br>>. Acesso em 20 set. 2008.

Souza, Maurício Jorge P. de; Ilha, Adayr S. da. Índice de Vantagem Comparativa Revelada e de Orientação regional para alguns produtos do agronegócio brasileiro no período de 1992 a 2002. Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em:<<http://www.ufsm.br/mila/adayr/publicações/científicos/vantagemcomparativa.pdf>>. Acesso em 15 set. 2008.

Wiazowski, Boris Alessandro. Cadeia produtiva de bovina de corte: Uma análise sistêmica de sua competitividade. 2002. 26 f. Monografia (Especialização em Gestão da Informação no Agronegócio). Universidade Federal de Juiz de Fora, São Paulo, 2002.

World Trade Organization (WTO). Disponível em <<http://www.wto.org>>. Acesso em 19 set. 2008.

# A economia da reciclagem: instrumento para o desenvolvimento sustentável ou garantia de novos negócios baseados na miserabilidade do trabalhador catador?

Cesar Augustus L.L. de Freitas<sup>1</sup>

João Batista de Deus<sup>2</sup>

João Claudino Tavares<sup>3</sup>

**Resumo:** O texto a seguir é resultado de dois momentos. O primeiro a partir de uma pesquisa com trabalhadores catadores nas cidades de Goiânia e Anápolis no período de agosto de 2008 a junho de 2009 que contribuiu na elaboração de uma tese de doutorado defendida em fevereiro de 2010. O segundo momento aparece como resultado de debates posteriores à defesa de tese, que ocorrem no Grupo de Pesquisa “Processos de produção e relações de trabalho nas economias dependentes” e no Núcleo de Estudos e Pesquisas Marx-Engels. O objetivo geral é entender a relação entre o desenvolvimento da reciclagem enquanto uma importante atividade econômica no século XXI e o intenso grau de precariedade existencial de seu elemento mais importante, o trabalho do catador.

**Palavras-chave:** reciclagem, trabalhador catador, trabalho precarizado

## A reciclagem na perspectiva da construção da “dignidade” no trabalho ou reprodução da miserabilidade do trabalhador?

O desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo possui uma lógica excludente e predatória. Isto significa dizer que as condições prioritárias para que ocorra o desenvolvimento capitalista é a reordenação de forças no sentido de criação de uma

nova ordem de expansão da economia de mercado (LUXEMBURG, 1983). No entanto, mesmo produzindo uma destruição criadora (SCHUMPETER, 1988) acompanhada de uma criação destrutiva (MÉSZÁROS, 2002), precisa também garantir uma situação de segurança e estabilidade que crie as condições de sua manutenção enquanto ordem social dominante.

As políticas de “inclusão social” são um grande exemplo desta condição apresentada. Incluídas nestas políticas, as atividades recicladoras estão colocadas como prioritárias na ordem do dia, porque além de conseguir manter um discurso de que a sustentabilidade ambiental é possível nos limites do capitalismo, garantem também a “inclusão” social de indivíduos que não “servem” para outros setores de atividade. Estas formas de inclusão, de acordo com Medeiros e Macêdo (2006), se apresentam na maior parte das vezes de forma bastante perversa.

Como forma de criar uma “imagem mais humanizada” destes novos negócios, o discurso utilizado é de que a reciclagem não se pauta pela produção de valor (LAYRARGUES, 2002). Existe a construção de um discurso socialmente aceitável, que apresenta a reciclagem como um setor que “foge” destas características.

Por outro lado, os argumentos apresentados não condizem com a realidade dos catadores, principalmente se considerarmos os ganhos dos catadores no Brasil (a grande maioria ganha menos que

<sup>1</sup>Graduado em Economia e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão. cesarlabre@bol.com.br. Grupo de pesquisa: Processos de produção e relações de trabalho nas economias dependentes e Núcleo de Estudos e Pesquisas Marx-Engels.

<sup>2</sup>Graduado em Geografia e Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. deus.joao@gmail.com.

<sup>3</sup>Economista e Doutor em geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão. jclaudinot@yahoo.com.br. Grupo de Pesquisa: Processos de produção e relações de trabalho nas economias dependentes e Núcleo de Estudos e Pesquisas Marx-Engels.

um salário mínimo). Entretanto, é construída uma imagem da reciclagem como elemento de inclusão para trabalhadores que não têm chance no jogo formal do mercado. São trabalhadores que se encontram como parte estagnada da superpopulação relativa (MARX, 1988).

Nesta situação, os trabalhadores catadores se apresentam como uma inesgotável fonte de recursos para o capital investido na reciclagem. As condições de vida estão bem abaixo de outros setores das classes trabalhadoras, o que caracteriza uma disponibilidade para um máximo tempo de trabalho (Quadro 1).

**Quadro 1 – Renda média mensal e quantidade diária de horas trabalhadas**

<b>Renda média mensal</b>	
Até R\$ 200,00	7%
R\$ 200,00-500,00	79%
Acima de R\$ 500,00	14%
<b>Horas trabalhadas diárias</b>	
8- 12 hs	55%
Acima de 12 hs	45%

Fonte: FREITAS, Cesar Augustus Labre Lemos de. Pesquisa realizada no período de Agosto de 2008 a Junho de 2009 em Goiânia e Anápolis.

Foi necessário também criar uma forma de reconhecimento legal por parte do Estado que justifique o desenvolvimento deste setor. A partir do ano de 2002, estes trabalhadores conquistaram “avanços” segundo Medeiros e Macêdo (2006), pois conseguiram seu reconhecimento enquanto categoria profissional no CBO (Código Brasileiro de Ocupações) do Ministério do Trabalho<sup>4</sup>. Porém é importante ressaltar que a simples inclusão como categoria profissional reconhecida não irá garantir a melhoria de suas condições de existência. Este “reconhecimento” não pode também amenizar o grau de exploração a que estão submetidos.

<sup>4</sup>O trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. Trabalham para venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas.

O que se apresenta então como “avanços”, não é nada mais do que a construção de estratégias que condicionem de forma legal o processo de exploração. Os aspectos qualitativos da exploração não se alteram pelo fato do trabalhador estar condicionado ou não a um determinado tipo de estrutura de reconhecimento legal. Além disso, é importante lembrar ainda que o “reconhecimento” do trabalho do catador pelo Ministério do Trabalho e do Emprego está restrito aos catadores que estão organizados, seja em associações ou em cooperativas (SEVERO, 2008). É importante considerar também a grande dificuldade na organização dos catadores, principalmente os que atuam de forma isolada. Só como exemplo desta realidade, nas cidades de Goiânia e Anápolis até o ano de 2009, apenas 111 trabalhadores atuam em associações ou cooperativas<sup>5</sup>. Estes aspectos pontuais, colocados como avanços na condição dos catadores de materiais recicláveis, não conseguem reverter a sua situação de degradação material.

**Tabela 1 – Relação de cooperativas/associações e quantidade de cooperados/associados em Goiânia e Anápolis**

Associação/Cooperativa	Quantidade de associados/cooperados	Cidade
COOPREC	33	Goiânia
COOPERMAS	20	Goiânia
ACOP	10	Goiânia
BEIJA-FLOR	12	Goiânia
COOPER-RAMA	20	Goiânia
AMBIENTAL	Não informado	Goiânia
COOPERSÓLIDOS	16	Anápolis

Fonte: Companhia de Urbanização de Goiânia – 2009  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Anápolis - GO

Segundo informações do MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis), o número de catadores no Brasil se aproxima dos 500 mil trabalhadores, mas destes, apenas 85.000 são vinculados ao movimento. Estes números demonstram o baixo nível de organização, o que compromete inclusive as perspectivas de ação. Isto cria uma situação de letargia nas classes trabalhadoras, as suas

<sup>5</sup>Segundo a Companhia de Urbanização de Goiânia existem, em Goiânia, aproximadamente 2.500 trabalhadores catadores de materiais recicláveis nas ruas.

ações estão sempre pautadas pela espera de ações de terceiros. Está colocada a necessidade de parcerias como forma de estabelecer uma “harmonia” produtiva na cadeia da reciclagem. Entretanto, a inserção formal do trabalhador catador no processo produtivo não altera em nada a essência da relação espoliadora que é imposta na atividade de trabalho.

Os processos de reciclagem/coleta seletiva de “lixo”<sup>6</sup> aparentam uma importante função social: gerar emprego e renda, inclusão social e preservação ambiental. Ela esconde por trás, enormes possibilidades de ganhos de capital, além de garantir uma massa enorme de força de trabalho disponível a custos baixos, segundo Gonçalves (2005) e Stroh e Santos (2007).

Por não possuírem o controle social da produção, os catadores ficam sujeitos aos preços que os diversos atravessadores impõem. O seu poder de negociação se torna bastante reduzido perante as empresas que controlam o setor. Diante desta realidade, a questão mais importante a ser colocada não é a perspectiva de serem incluídos ou não no mercado formal, mas sim como obter o controle da cadeia produtiva.

A posição dos catadores dentro da reciclagem lhes cria uma série de inconvenientes. Esta condição os deixa extremamente vulneráveis as condições impostas por outros agentes, que participam no mercado da reciclagem. É importante salientar que entre os trabalhadores catadores e sucateiros, a relação de concorrência perfeita não existe. A situação de mercado é mais favorável para os segundos, pois estes se apresentam não só como intermediários, pois muitas vezes são donos dos próprios instrumentos de trabalho (os carrinhos fornecidos aos carrinheiros para catar o material nas ruas das cidades).

---

<sup>6</sup> O termo se encontra entre aspas porque consideramos que quase a totalidade do material descartado no processo de produção tem sido aproveitado como matéria-prima, sendo esta a função prioritária do setor de reciclagem. O termo lixo sem aspas, significa algo que não pode ser mais reaproveitado.

O discurso hegemônico, no entanto, pretende colocar que é exatamente o mercado em concorrência perfeita que pode trazer vantagens a todos que dela participam. O discurso que prevalece é que, mesmo dentro de um mercado desigual como o da reciclagem, os princípios da liberdade e igualdade de oportunidades sempre predominam na construção do bem-estar. Isto é importante ser afirmado, pois levanta uma questão: Como podem os trabalhadores catadores conseguir avanços significativos, se não obtêm o controle social da produção?

Mesmo no capitalismo, várias concessões são feitas para as classes trabalhadoras, mas o controle social da produção (espinha dorsal), em momento algum pode ser modificado. Quando isto acontece, se modifica toda a estrutura da ordem social vigente.

Se a reciclagem for pensada só em seus aspectos pontuais e isolados, nas “chances” oferecidas ao trabalhador catador ou na proposta de um “ambiente mais limpo e saudável”, a análise fica incompleta. É importante considerar este setor da produção capitalista como uma cadeia em que o catador aparece como o elo mais fragilizado deste circuito econômico<sup>7</sup>. É um setor que ganhou uma considerável importância no atual estágio do capitalismo, mas baseado em uma força de trabalho degradada. É um setor de atividade que tem, pelo menos no discurso, representado a vanguarda no processo de recuperação ambiental. Mas o que não se deixa explicitar de forma alguma é que a produção de desperdício aparece como um componente funcional e estrutural do desenvolvimento capitalista (MÉSZÁROS, 2002), principalmente em seu atual estágio.

O setor tem se apresentado então como uma das salvaguardas do processo de desperdício, quando as empresas do setor constroem todo um discurso de “responsabilidade social e ambiental”. Apresenta à sociedade uma alternativa viável ao intenso desperdício

---

<sup>7</sup> Segundo informações do MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis) 89% do trabalho na cadeia produtiva da reciclagem são executados pelo trabalhador catador.

gerado, pois o desperdício aparece como um comportamento irracional da humanidade. A educação e a conscientização ambiental se tornam elementos necessários e suficientes ao melhor manejo dos recursos do planeta.

As possíveis melhorias proporcionadas pela reciclagem de “lixo” não levam em conta a precariedade dos catadores. O discurso que se apresenta hegemônico é que esta atividade não tem como objetivo principal o lucro, mas a construção de uma sociedade mais limpa e saudável.

O “lixo” pode ser utilizado como elemento de cidadania e as territorialidades dos trabalhadores catadores – principalmente em formas de associações ou cooperativas - teriam como resultado a formação de verdadeiros “espaços de esperança” (HARVEY, 2004). Estes se apresentariam como fontes de emprego e renda para uma parcela da população sem alternativas. Neste sentido, o significado dado a este processo é a formação de uma dinâmica espacial não do “lixo”, mas espaços de cidadania e muitas vezes do resgate do direito à cidade.

#### **A situação dos trabalhadores catadores: “novas” formas de miserabilidade nas cidades contemporâneas**

As formas sociais decorrentes da organização produtiva da sociedade passam por vários estágios. Sem cair no equívoco determinista, pode-se afirmar que são constantemente repetidas nas várias fases do capitalismo, em momentos e lugares diferentes.

Um exemplo claro para isso é dado na descrição que Engels (1988) faz das condições de ocupação do espaço das classes trabalhadoras nas cidades inglesas, nos primórdios da primeira Revolução Industrial. Apesar das mudanças significativas - mas pontuais das condições materiais no século XX (principalmente nos ditos trinta anos gloriosos do capitalismo) - não impediu que o processo de espoliação das classes trabalhadoras se intensificasse (KOWARICK, 1993).

Engels (1988, p. 37) se refere sobre a dilapidação por

que passa a classe trabalhadora no auge da revolução industrial inglesa. Uma situação que não difere muito das condições que uma grande parte dos trabalhadores vive na atualidade do capitalismo. Como expressão deste processo, os catadores de materiais recicláveis podem ser citados.

Dentre estes trabalhadores, é importante evidenciar sobre os trabalhadores catadores que sobrevivem nos lixões. Eles têm que se debater como puder, pois para garantir a sua sobrevivência, eles dependem de um esforço sobre-humano para aguentar condições de trabalho, que lhe tiram quaisquer aspectos de humanidade. Engels (1988) fala em “turbilhão caótico” para os trabalhadores, os dilemas e sofrimentos para se manterem sobrevivendo, além de perder seu aspecto de humanidade.

Existe uma “guerra social” disputada em diversos fronts no capitalismo. É uma guerra que acontece entre os trabalhadores, pois para sua sobrevivência é necessário se digladiar pelos despojos do consumo da sociedade burguesa. E os trabalhadores catadores precisam disputar entre si o refugio produzido pela sociedade para que possam sobreviver.

Apesar dos diferentes contextos temporais, o contexto sociohistórico produzido é o mesmo. Estão inseridos no contexto da formação social capitalista, que não consegue existir sem a criação de uma situação caótica para os trabalhadores. A realidade dos trabalhadores catadores mostra também o quanto são penalizados em seu processo de trabalho. Fazem parte de uma ordem social que produz uma desordem na existência destes trabalhadores, um processo de penalização constante e contínuo.

A foto 1 mostra o momento em que o caminhão que recolhe o “lixo” na cidade de Anápolis chega ao lixão. É um momento onde existe uma grande disputa pelo material. Pois é exatamente a capacidade de cada um de vencer ou não a disputa pelo material, que lhe garante um melhor rendimento.

**Foto 1 - Trabalhadores disputando material no lixão de Anápolis - Goiás**



Fonte: 15ª Promotoria de Justiça da Comarca de Anápolis. 2009.

A realidade se transforma em uma guerra de indivíduos contra indivíduos. É um modo de perceber a realidade, como se todas as relações tivessem origem no indivíduo e não no corpo coletivo da sociedade. Marx (1977) considera isto como “parte das ficções pobremente imaginadas do século XIX”, ficções estas que contribuem de forma significativa para desviar o foco das atenções. Um problema que é resultado direto da formação das desigualdades no capitalismo para que as próprias vítimas se assumam como culpados.

Ao se falar em sociedade, não quero imputar também a responsabilidade a um coletivo abstrato (MARX, 1977), mas sim ver como uma coletividade que se expressa no tempo e no espaço. Apesar de que este processo de construção de uma culpabilidade abstrata seja necessário, pois desvia o foco de que a situação da pobreza não é resultado de uma situação de classe.

A foto 2 mostra alguns trabalhadores que atuam no lixão de Anápolis, usando um rio que passa próximo do lixão para a sua “higiene” diária. Esta situação está muito próxima também do que Engels (1988, p. 64) demonstra na Inglaterra do século XIX quando afirma que “Como se pode querer que as pessoas se lavem quando não possuem nas proximidades senão as águas sujas do Irk, e quando as canalizações e as bombas só existem nos bairros decentes?” O autor, ao terminar a frase com ideia de decência, indica a condição de vida dos pobres em muitas das grandes cidades, fora dos padrões de

decência impostos pela ordem burguesa.

**Foto 2 - Trabalhadores em seu processo de “limpeza”**



Fonte: 15ª Promotoria de Justiça da Comarca de Anápolis, 2009.

A “sujeira” em que vivem e com que convivem é um elemento necessário para sua sobrevivência, ou seja, para que possam sobreviver devem estar sempre “sujos”. Isto contrasta com a ideia proposta por Smith (1988) quando o mesmo afirma que pela lógica do mercado, os trabalhos mais difíceis e sujos seriam aqueles que necessariamente ofereceriam uma melhor remuneração, pela dificuldade em atrair trabalhadores.

A realidade do “mercado de trabalho” capitalista demonstra o contrário, pois algumas atividades, como a catação de materiais recicláveis, são aquelas em que os rendimentos têm sido os menores (em média de R\$ 200,00 – R\$ 500,00 mensais, conforme quadro 1).

Além disso, as pessoas envolvidas neste trabalho, não só no lixão, mas também nas ruas das cidades se apresentam como verdadeiros farrapos humanos. Estes trabalhadores se contrastam com o resto da cidade pela sua aparência e pelas atividades que executam.

Em primeiro lugar, isto pode ser caracterizado como um elemento importante de redução da perspectiva de vida destes trabalhadores. Os mesmos estão sujeitos a uma série de contaminações – isto não só por trabalharem desprovidos de equipamentos de segurança – mas inclusive por se alimentarem muitas vezes do material encontrado no “lixo”.

Um segundo elemento a ser considerado é o fato de



que estes trabalhadores ficam desvinculados e desligados inclusive da própria cidade. A reportagem a seguir, mostra uma relação de rejeição da cidade com estes trabalhadores.

É difícil imaginar que o centro de Goiânia esconda tanta miséria. No local que ficou conhecido como invasão da linha de trem — que fica em um vão onde um trecho da linha do trem de ferro foi desativada, moram cerca de 15 famílias. Moram no sentido de viver, não de ter moradia. São pessoas que sobrevivem daquilo que a cidade expurga — o lixo. Eles próprios foram expulsos da sociedade, como é o caso da ex-doméstica Maria da Conceição Barbosa da Silva, de 31 anos, que há cinco meses vive com seus quatro filhos na invasão — Elaine, de 6 anos; Naison, de 8; Natanael, de 10, e Natália, de 13 (BAHIA, Julho de 2009).

A reportagem demonstra um caráter de desalento dos catadores, pois apresenta uma situação de desprezo da cidade por estes trabalhadores. Isto lhes impede qualquer tipo de dignidade, haja vista que os mesmos não têm nem mesmo o direito à cidade que contribuem para produzir e “limpar”.

### O desenvolvimento do setor de reciclagem no Brasil

Como forma de demonstrar a disparidade entre os ganhos do setor de reciclagem e as condições existenciais dos trabalhadores catadores, é importante destacar a evolução do setor de reciclagem no Brasil. Este tem apresentado uma evolução significativa nas últimas décadas, o que justifica a euforia que tem tomado conta do setor empresarial brasileiro. A seguir será feita uma breve análise do desempenho de três setores específicos – alumínio, papel e celulose e pet – e diante disso, entender quais são as características que possibilitam a evolução do setor.

Os números apresentados no Quadro 2, demonstram a relação desproporcional entre produção e apropriação de riqueza na reciclagem. O crescimento do faturamento, entre 2006 e 2007, está ligado principalmente à redução dos custos com geração de energia para a produção de alumínio, pois a economia para a indústria chega aos 95%.

### Quadro 2 – Resultados da indústria brasileira de alumínio

<b>Faturamento (U\$)</b>		
2006		6,3 bi
2007		7,8 bi
Energia Poupada na produção de alumínio a partir de 270 mil ton material reciclado – 2004		3.900 GWH
<b>Volume de Alumínio Reciclado</b>		
1990		65 mil ton
2004		270 mil ton
<b>Economia de custos em relação ao processo original de alumínio</b>		95,00%
Economia das reservas de Bauxita por 1 tonelada de alumínio reciclável		0,0179% Reservas Brasileiras 0,0138% das Reservas Mundiais

Fonte: Abal– Associação Brasileira do Alumínio; Abralatas – Associação Brasileira de Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade; Layrargues, 2002

Segundo Layrargues (2002) os números da indústria de alumínio demonstram que o discurso de sustentabilidade se apresenta também de forma equivocada. De acordo com o autor, mesmo que o Brasil já tenha alcançado o surpreendente índice de 95% de alumínio reciclado, isto representa uma redução de menos de 0,2% na exploração das reservas de bauxita situadas em território nacional. Estas informações indicam que a reciclagem de alumínio contribui de forma pouco significativa para a conservação do ambiente. A produção do alumínio e a consequente exploração das reservas de bauxita dependem sobremaneira do potencial do mercado.

É uma afirmação que serve como referência para questionar o papel da indústria da reciclagem no capitalismo contemporâneo. Esta aparece travestida como resultado da construção de uma consciência de responsabilidade socioambiental, o que justifica seus atuais níveis de rentabilidade.

### Quadro 3 - Resultados da indústria de papel e celulose no Brasil

<b>Faturamento (Mil reais)</b>		
2006	2007	Tx Crescimento
23.345.378	24.593.465	5,30%
<b>Salários (Mil reais)</b>		
2006	2007	
1.392.146	1.449.100	4,00%
<b>Impostos e Taxas (Mil reais)</b>		
2006	2007	
2.041.158	2.132.382	4,50%
<b>Taxa de Recuperação de Papel Reciclável</b>		45,00%

Fonte: Bracelpa – Associação brasileira de Celulose e Papel

Com relação à indústria de papel e celulose, o Quadro 3 nos oferece importantes elementos para análise. Enquanto o faturamento no período entre 2006 e 2007 cresceu 5,3%, os salários (diretos e indiretos) cresceram 4%. A taxa de material reciclável utilizado pela indústria de papel e celulose é bastante considerável (45%). É resultado direto da atuação dos catadores, ou seja, os números apresentados indicam que a participação dos catadores neste processo acontece de forma muito intensa.

**Tabela 2 - Resultado da indústria pet no Brasil**

Ano	Reciclagem (Kton)	Capacidade de Reciclagem (Kton)	Taxa de Utilização da Capacidade Reciclada
2004	167	-	-
2005	174	241	69,30%
2006	194	242	71,90%
2007	231	269	72,10%

Fonte: ABIPET

Com relação ao PET, a Tabela 4 demonstra um crescimento considerável tanto na capacidade de reciclagem como na taxa de utilização da capacidade reciclada. O crescimento segundo a ABIPET representa um reflexo da recuperação do mercado que vem ocorrendo desde 2005. O aumento do volume de reciclado colocou o Brasil na segunda posição mundial perdendo apenas para o Japão, segundo a ABIPET (Associação Brasileira de Indústria PET).

Outro elemento fundamental para análise está na relação entre crescimento econômico e produção de “lixo”. Se tomarmos como base a tabela3, pode ser verificado que os municípios informados estão entre os dez maiores PIBs (Produto Interno Bruto) do estado de Goiás, sendo que Goiânia e Anápolis estão respectivamente em primeiro e segundo lugar.

**Tabela 3 – Produção diária de lixo (ton) Brasil, Goiás e municípios selecionados**

Brasil	157.708
Centro-Oeste	10.727
Goiás	4.342
Anápolis	200
Aparecida de Goiânia	228
Catalão	24
Goiânia	1.279
Itumbiara	70

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - 2000

Os cinco municípios representam aproximadamente 56% do PIB estadual e aproximadamente 46% de todo o lixo produzido em Goiás, o que demonstra uma relação direta entre produção de riqueza e produção de “lixo” no capitalismo. O aproveitamento deste “lixo” passa a ter um caráter de essencialidade na produção de valor. O mesmo precisa ser transformado em matéria-prima que garanta um custo reduzido de reprodução. É de extrema necessidade o aproveitamento “racional” dos recursos, no caso o “lixo” que se torna enquanto tal. A racionalidade não significa uma preocupação com a sobrevivência da espécie humana, mas sim com a produção de valor.

### Considerações finais

As formas como se explicitam o desenvolvimento econômico no capitalismo tem agudizado a dinâmica de espoliação dos trabalhadores. No caso dos trabalhadores catadores, esta espoliação se evidencia no cotidiano das cidades, evidenciando assim uma contradição intensa de uma forma social que, ao mesmo tempo, por um lado, intensifica a produção de riqueza e, por outro lado, amplia a produção da miséria (MARX, 1988a).

As reflexões desenvolvidas nos parágrafos anteriores demonstram a enorme contradição entre o discurso de responsabilidade social utilizado como justificativa para “incluir” os trabalhadores na atividade de reciclagem e o alto grau de degeneração que esta atividade imputa a estes trabalhadores. Isto demonstra também que o discurso e prática do desenvolvimento sustentável tem se estruturado na ampliação da condição de miséria, não só dos trabalhadores catadores, mas também de uma considerável parcela dos trabalhadores em diversos setores de atividades.

### Referências Bibliográficas

BAHIA, Andréia. **Vivendo do lixo: o outro papel da cidadania.** Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?Secao=Destaques1&idjornal=66>> Acesso em: 15 Jul. 2009.

ENGELS, Friedrich **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 2 ed. São Paulo: Global, 1988.

FREITAS, Cesar Augustus Labre Lemos de. **A reciclagem e sua dinâmica reprodutora de uma situação de lumpemproletariado**. 248 f (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. O movimento nacional de catadores de resíduos recicláveis no Brasil. **Revista pegada**, Presidente Prudente, n. 2, v. 6, Nov./2005. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 17 Nov. 2007.

KOWARICK, Lúcio. **Espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação de capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

LAYRARGUES, Philippe. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital: volume I, tomo**

**II (capítulos XIII a XXV)**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas)

MEDEIROS, Luiza Ferreira R.; MACEDO, Kátia. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Revista Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, mai./ago. 2006. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/seerpsicsoc/.../viewarticle.php?id.>>. Acesso em: 02 de Maio de 2008.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

SEVERO, Ricardo Gonçalves. **Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade de Pelotas: Situações de Trabalho**. 2008. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas- RS, 2008.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas)

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas)

STROH, Paula Yvone; SANTOS, Michela Araújo dos. **lixo, trabalho e cidadania**. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, 13, 2007, Recife. Anais eletrônicos... Recife: UFPE, 2007. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/.../GT29%20Trabalho.../Microsoft%20Word%20>

# A Pecuária Leiteira em Goiás nos últimos anos

**Resumo:** A pesquisa tem por objetivo demonstrar os principais desafios da pecuária leiteira em Goiás, bem como as potencialidades e gargalos do setor no estado nos últimos anos. A metodologia do trabalho foi desenvolvida na pesquisa bibliográfica e documental de cunho qualitativo com a coleta de dados em órgãos da SEPLAN, EMBRAPA, ANUALPEC, FAEG e SINDILEITE. O resultado do trabalho demonstrou que no estado houve queda da produção nos últimos anos e, conseqüentemente, perda da posição de segundo colocado de maior produtor de leite do país, embora tenha apresentado relativo crescimento do setor tanto em termos de expansão do rebanho, bem como aumento da produtividade de leite em Goiás no período estudado, mas inferior ao crescimento, comparado a outros estados. Paralelamente, foram constatadas também as várias vantagens da produção de leite em Goiás e a capacidade competitiva dos produtores. Entretanto, problemas como a falta de profissionalização do setor, a escassez de pesquisa e desenvolvimento, e uma administração pouco eficiente, revelaram um grande gargalo na cadeia produtiva, impedindo uma maior produtividade.

**Palavras-chave:** Desafios. Pecuária leiteira. Estado de Goiás

## Introdução

O leite pode ser considerado um produto forte no mercado consumidor, devido à necessidade básica do ser humano, e também, por sua capacidade de produção diversificada. São vários os produtos derivados do leite, possibilitando a formação de uma variada e importante cadeia produtiva do agronegócio de lácteos. Nos últimos anos, tem ocorrido verdadeira guerra comercial entre grandes empresas multinacionais e cooperativas para dominar esse mercado profícuo. Disputam-se cada centímetro das gôndolas dos supermercados no setor de leite e seus derivados para

*Antonio Marcos de Queiroz<sup>1</sup>*

*Edson Roberto Vieira<sup>2</sup>*

*Flavia Rezende Campos<sup>3</sup>*

*Adriana Mendonça Rodrigues<sup>4</sup>*

atrair o interesse e o consumo do cliente.

A pesquisa é justificada pela importância que o setor bovino leiteiro representa para o estado de Goiás, que ocupava em 2000, o segundo lugar entre os maiores produtores, caiu para quarto colocado em 2007, perdeu posições em relação a outros estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, embora continue sendo o maior produtor do Centro-Oeste. Além disso, Goiás tem apresentado uma grande capacidade para a produção de leite e seus derivados, uma vez que possui uma abundância de extensas pastagens para criação extensiva do rebanho, o clima etc, o que tem elevado produtividade média nos últimos anos. Entretanto, o crescimento da produção de leite de Goiás tem sido de apenas 2,48% ao ano, enquanto que o de Santa Catarina, 9,01% ao ano, podendo ocupar a quarta posição de Goiás (FAEG, 2009).

O Brasil é o sexto maior produtor de leite do mundo e cresce a uma taxa anual de 4%, superior à de todos os países que ocupam os primeiros lugares. Respondemos por 66% do volume total de leite produzido nos países que compõem o Mercosul. Pelo faturamento de alguns produtos da indústria brasileira de alimentos na última década, pode-se avaliar a importância relativa do produto lácteo no contexto do agronegócio nacional, registrando 248% de aumento contra 78% de todos os segmentos. (EMBRAPA, 2010)

A metodologia do trabalho foi desenvolvida com a pesquisa qualitativa e documental com variáveis quantitativas, a partir de dados obtidos pela Secretaria de Planejamento de Goiás (SEPLAN-GO), pelo ANUALPEC, EMBRAPA, FAEG, SINDILEITE, livros, revistas, periódicos e sítios relacionados ao assunto da investigação.

<sup>1</sup>Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia e Professor da FACE/UFU, e-mail: antonio.mq10@gmail.com. Fone: 62 3521 1918

<sup>2</sup>Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia, Coordenador Operacional do Censo 2010 em Goiás e Professor da FACE/UFU, e-mail: edsonvieira@ibge.gov.br.

<sup>3</sup>Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia e Professor da FACE/UFU, e-mail: flaviarezende@hotmail.com. Fone: 62 3521 1914

<sup>4</sup>Pós-graduada em MBA-Gestão de Finanças e Controladoria pelas Faculdades Alves Faria.

## A Produção Leiteira no Brasil e Centro-Oeste

Conforme Anceles (2002, p. 158), "o empresário rural é definido como aquele que exerce profissionalmente, atividade econômica organizada, para a produção ou circulação de bens ou de serviços". Em relação à agroindústria de processamento e distribuição do leite, observa-se a crescente necessidade de maior grau de integração entre suas estratégias e os objetivos dos produtores individuais. O desenvolvimento e melhoramento de uma economia de escala<sup>5</sup> estão intimamente ligados à evolução do segmento produtivo primário, isto é, a eficiência do setor depende do progresso tecnológico na fazenda.

De outro lado, a pecuária leiteira, dentro do contexto de evolução do *agribusiness*, passa a depender, cada vez mais, do desempenho de todo seu sistema agroalimentar, representado por cooperativas ou empresas privadas. A evolução da agroindústria passa a constituir o motor propulsor da modernização do setor nacional de produção de leite, sobretudo em razão da ausência de políticas estatais, que transfere responsabilidades aos laticínios no que diz respeito à assistência que deve ser concedida aos pecuaristas. O governo, tanto no âmbito estadual ou federal, tem um papel fundamental pela maior participação na ampliação desse setor econômico, através de incentivos fiscais, financiamentos, redução de ICMS, medidas que são de responsabilidade política e que facilita uma expansão desse setor de produção.

A cadeia produtiva do leite é uma das mais importantes do complexo agroindustrial brasileiro. Movimenta anualmente cerca de US\$10 bilhões, emprega 3 milhões de pessoas, das quais acima de 1 milhão são produtores, e produz aproximadamente 20 bilhões de litros de leite por ano, provenientes de um dos maiores rebanhos do mundo, com potencial para abastecer o mercado interno e exportar.

O estado de Goiás apresentou o maior crescimento do valor da produção para a composição do PIB agropecuário, com um percentual de 422,48%, passando de R\$ 275,4 milhões em 1995 para R\$ 1,43 bilhão em 2007, acima da média da região Centro-Oeste e nacional – 331,44% e 283,94%, respectivamente. Para o período de 2007-2008, o incremento do valor da produção de Goiás foi de 14,63%, perdendo apenas para o Mato Grosso do Sul – 15,26% (Tabela 1).

De 1980 a 2003, a produção brasileira cresceu 2,9 % ao ano, ao passo que, de 1993 a 2003, a taxa se elevou para 3,4 % ao ano. Em 2005, os dados do IBGE apontaram um crescimento de 12% na produção inspecionada, fruto de uma conjuntura favorável. Em 2008, a produção atingiu 27,5 bilhões de litros, crescimento de 5,5% ao ano. (IBGE, 2010).

De acordo com a tabela 2, observa-se um forte crescimento na produção de leite para o período de 1995 a 2008, principalmente para os estados de Goiás e Mato Grosso, (98,15% e 113,57%, respectivamente), bem acima da média regional de 81,11% e da média nacional de 67,41%. Entretanto, o estado de Goiás de 2000 a 2007, perdeu a segunda posição, caindo para a quarta no ranking de maior produtor nacional de leite.

Em 2003, Goiás já produzia cerca de 2,5 bilhões de litros de leite, aproximadamente 11% da produção nacional. Em 2008, a produção de leite no estado já era de 2.873.541 litros, mesmo com a crise externa em outubro de 2008.

Embora a pecuária leiteira tenha alcançado um crescimento do rebanho em Goiás na ordem de 10,67%, foi bem inferior ao crescimento do Centro-Oeste e Nacional, 25,19% e 25,47% respectivamente. Entretanto, o número de vacas leiteiras no estado caiu cerca de (11,84%). O aumento efetivo do rebanho bovino, de vacas leiteiras e da produção de leite, deve-se à ótima adaptação do animal ao clima e às pastagens do Estado e às exigências dos criadores e produtores quando à melhoria

---

<sup>5</sup> Ganho oriundo da maior eficiência da utilização dos fatores de produção pelos custos decrescentes de escala, ou seja, à medida que a produção aumenta, os custos unitários tendem a diminuir.

**Tabela 1 – Valor da Produção de Leite (mil litros), 1995-2008 – Em R\$ mil**

UF	1995	2007	Variação %	2008	Variação %
Brasil	3.981.631,00	15.286.952,00	283,94	17.032.800,00	11,42%
Centro-Oeste	468.607,00	2.021.766,00	331,44	2.298.821,00	13,70%
Goiás	275.435,00	1.439.084,00	422,48	1.649.639,00	14,63%
Mato Grosso	96.827,00	338.604,00	249,70	376.527,00	11,20%
Mato Grosso do Sul	91.279,00	220.202,00	141,24	253.805,00	15,26%
Distrito Federal	5.067,00	23.876,00	371,21	18.850,00	-21,05%

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal

**Tabela 2 - Produção de leite (mil litros), 1995-2008 – Brasil e Centro-Oeste**

Descrição	1995	2008	Variação %
Brasil	16.474.365	27.579.383	67,41%
Centro-Oeste	2.238.994	4.055.144	81,11%
Goiás	1.450.158	2.873.541	98,15%
Mato Grosso	307.426	656.558	113,57%
Mato Grosso do Sul	454.743	496.045	9,08%
Distrito Federal	26.667	29.000	8,75%

Fonte: IBGE (2010)

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2010.

genética e alimentar do gado<sup>6</sup>.

No período de 1998 a 2003, destaca-se que o crescimento efetivo do rebanho bovino goiano foi inferior ao do Centro-Oeste e ao do Brasil. Entretanto, o efetivo de vacas leiteiras e a própria produção de leite cresceram em níveis superiores, posicionando Goiás em 2º lugar no ranking nacional, em efetivo e produção (Tabela 3).

Conforme pode ser observado na Tabela 3, essa posição vem se mantendo desde 2001, com crescimento de 1% a 1,5% de cabeças, diferença de 4,5% em relação ao 10º lugar no *ranking* federal, Mato Grosso do Sul (MS), que apresenta um crescimento de vacas leiteiras inferior a 1%.

Entre 1998 e 2005, a produtividade de leite no Brasil cresceu cerca de 27,08%, enquanto que na Região Centro-Oeste o crescimento foi de 17,65% e, nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal, os percentuais foram abaixo da média nacional e regional, de 25%, 10,34%, 15,22% e (2,17%), respectivamente.

<sup>6</sup> Houve melhoria na alimentação do rebanho, de acordo com a pesquisa realizada pela FAEG (2008-2009) entre os produtores de leite de 16 microrregiões foi constatado que a área média com cana de açúcar, 1,02 ha era inferior que a área média com milho e sorgo para silagem, 4,05 ha. Portanto, há uma tendência de substituição da capineira pela suplementação alimentar do rebanho.

**Tabela 3 – Efetivo do rebanho bovino, vacas leiteiras e produção de leite em Goiás – 1995 -2008.**

Ano	Bovino	Vacas Leiteiras	Produção de Leite	Produtividade Produção/Vaca/dia
	(cabeças)	(cabeças)	(1.000 t)	
1995	18.492.318	2.680.338	1.450.157	2,00
1996	16.954.667	1.726.793	1.999.398	2,32
1997	17.182.332	1.781.689	1.868.976	2,43
1998	18.118.412	1.870.489	1.978.579	2,57
1999	18.297.357	1.937.574	2.066.404	2,75
2000	18.399.222	2.006.038	2.193.799	3,00
2001	19.132.372	2.121.271	2.321.740	3,29
2002	20.101.893	2.217.158	2.483.366	3,68
2003	20.178.516	2.247.895	2.523.048	4,13
2004	20.419.803	2.257.829	2.538.368	4,64
2005	20.726.586	2.334.558	2.648.599	5,27
2006	20.646.560	2.293.105	2.613.622	6,01
2007	20.471.490	2.286.190	2.638.568	6,93
2008	20.466.360	2.363.068	2.873.541	8,43

Fonte: IBGE (2010)

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2010. Adaptação

De acordo com a Tabela 4, no período de 2001 a 2004, o Brasil apresentou um crescimento de 10,05%, passando de 18.193.951 para 20.022.725 cabeças. Já Minas Gerais, segundo colocado no *ranking* nacional em vacas leiteiras, apresentou um baixo crescimento nesse mesmo período de aproximadamente 1,61%, passando de 4.474.638 para 4.546.649. Goiás alcançou um percentual de crescimento de aproximadamente 6,44%, passando de 2.121.271 para 2.257.829 vacas leiteiras. Alguns estados como São Paulo e Rio Grande do Sul tiveram queda no rebanho, enquanto outros apresentaram uma elevação percentual do rebanho

leiteiro acima da média nacional, como Santa Catarina, respectivamente. Pará e Rondônia, 16,11%; 46,34% e 91,27%,

**Tabela 4 - Ranking de vacas leiteiras por unidades da federação - 2001 - 2004.**

Unid. Federação	Vacas leiteiras (cabeças)							
	2004	Ranking	2003	Ranking	2002	Ranking	2001	Ranking
<b>Brasil</b>	<b>20.022.725</b>		<b>19.255.642</b>		<b>19.005.175</b>		<b>18.193.951</b>	
MG	4.546.649	1º	4.402.955	1º	4.574.085	1º	4.474.638	1º
<b>GO</b>	<b>2.257.829</b>	<b>2º</b>	<b>2.247.895</b>	<b>2º</b>	<b>2.217.158</b>	<b>2º</b>	<b>2.121.271</b>	<b>2º</b>
SP	1.674.341	3º	1.723.636	3º	1.717.466	3º	1.732.129	3º
BA	1.576.758	4º	1.537.847	4º	1.516.434	4º	1.522.242	4º
PR	1.304.667	5º	1.205.669	5º	1.187.065	5º	1.150.617	6º
RS	1.202.187	6º	1.182.358	6º	1.186.301	6º	1.204.371	5º
PA	1.108.742	7º	979.308	7º	990.453	7º	757.637	7º
RO	952.079	8º	823.554	8º	658.647	8º	497.771	9º
SC	695.055	9º	643.420	9º	611.722	9º	598.637	8º
MS	495.943	10º	486.714	10º	478.459	10º	457.988	10º

Fonte: IBGE

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2005.

Conforme consta na Tabela 5, considera-se a elevação do rebanho de vacas leiteiras no estado e, conseqüentemente aumenta-se a produção de leite, mantendo assim, Goiás em 2º lugar no ranking nacional até 2004, sendo

ultrapassado nos anos posteriores por Rio Grande do Sul e Paraná. Entretanto, no período de 2001 a 2004 houve um crescimento percentual na produção de leite em Goiás de 9,33%, Minas Gerais de 10,83% e no Brasil de 14,43%.

**Tabela 5 - Ranking da produção de leite por unidades da federação - 2001 - 2004.**

Unid. Fed.	Produção de leite (mil litros)							
	2004	Ranking	2003	Ranking	2002	Ranking	2001	Ranking
<b>Brasil</b>	<b>23.474.694</b>		<b>22.253.863</b>		<b>21.642.780</b>		<b>20.509.953</b>	
MG	6.628.917	1º	6.319.895	1º	6.177.356	1º	5.981.223	1º
<b>GO</b>	<b>2.538.368</b>	<b>2º</b>	<b>2.523.048</b>	<b>2º</b>	<b>2.483.366</b>	<b>2º</b>	<b>2.321.740</b>	<b>2º</b>
PR	2.394.537	3º	2.141.455	4º	1.985.343	4º	1.889.627	4º
RS	2.364.936	4º	2.305.758	3º	2.329.607	3º	2.222.054	3º
SP	1.739.397	5º	1.785.209	5º	1.745.896	5º	1.783.017	5º
SC	1.486.662	6º	1.332.277	6º	1.192.690	6º	1.076.084	6º
BA	842.544	7º	794.965	7º	752.026	7º	739.099	7º
RO	646.437	8º	558.651	9º	644.103	8º	475.596	8º
PA	639.102	9º	585.333	8º	581.652	9º	459.165	9º
MT	551.370	10º	491.676	10º	467.095	11º	442.803	12º

Fonte: IBGE

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2005.

No âmbito da produção, o Brasil tem condições não só de ser auto-suficiente, como também de abastecer mercados externos, mesmo que a demanda interna cresça aos níveis desejados, mas essa perspectiva está subordinada à competitividade do leite em relação a outras atividades agropecuárias. (ANUALPEC, 2006)

A participação do Brasil no mercado mundial depende da solução de três questões: o acesso aos mercados, a redução das barreiras tarifárias e a competitividade da produção nacional. Ou seja, em primeiro lugar, a criação de novos mercados fora do eixo América do Norte e

Europa, hoje os principais parceiros comerciais. A segunda alternativa seria a tentativa de negociar com os países de primeiro mundo a redução das cotas e barreiras tarifárias impostas aos produtos agrícolas brasileiros. A terceira e última seria a busca por maior competitividade da produção brasileira frente aos concorrentes como a Argentina, Estados Unidos, União Europeia etc.

Portanto, algumas dificuldades supracitadas poderiam ser resolvidas com uma melhor atenção dos governos federal, estadual e municipal a esses problemas. A busca de novos mercados consumidores internacionais para o

produto seria uma ótima solução para essas deficiências. Com um maior mercado consumidor, o valor do produto poderia aumentar e as barreiras tarifárias poderiam diminuir e, conseqüentemente, o lucro seria maior. Obtendo-se mais lucro com a venda, há maior possibilidade de investimento no setor, para melhorar a produtividade e qualidade do produto e com isso, ter mais chances de êxito perante os concorrentes internacionais.

#### **Ambiente Institucional de Produção de Leite em Goiás**

A demanda nacional de leite é ainda pequena, embora tenham sido implementadas as políticas de estímulo ao consumo do mesmo nesse período de 1995 a 2008. Baseado nessas políticas, Goiás tem se destacado no fortalecimento do setor, embora tenha perdido quatro posições como maior produtor. Até 1998, o estado era produtor de queijos e matéria-prima para a indústria láctea. A chegada do leite longa vida e os financiamentos direcionados ao setor fizeram a indústria goiana se modernizar, levando o estado a se tornar o maior parque de leite *longa vida* e em pó do país. Diante do crescimento registrado em 1999, o setor foi favorecido com a redução do ICMS, dentre outros incentivos. O ICMS caiu de 12% para 9%, depois para 7% e agora estando em 5%. (LIMA, 2005)

Em 2004, a indústria do leite esteve concentrada em três microrregiões: Goiânia (41,0%), Sudoeste de Goiás (14,4%) e Meia Ponte (10,9%), totalizando 62,3% do faturamento do setor. Analisando o setor lácteo por segmentos, a fabricação de laticínios representou 69% do total do faturamento, seguida da preparação do leite com 30%, e por último a fabricação de sorvetes com 1%. (LIMA, 2005)

Lima (2005) afirma que apesar do estado de Goiás ser um dos maiores produtores de leite do país, o consumo da bebida e de seus derivados ainda está aquém do desejado. Em 2004, a produção em Goiás foi de cerca de 2,87 bilhões de litros de leite, ficando atrás apenas de Minas Gerais. No Brasil, nesse período a produção cresceu 14% enquanto o consumo teve alta de apenas 4%. O consumo de produtos lácteos no Brasil é da ordem

de 130 litros/hab/ano, um consumo pequeno, abaixo do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 210 litros/hab/ano.

Algumas razões podem ser enumeradas para justificar o baixo consumo, como uma grande quantidade de produtos substitutos, por exemplo: os sucos prontos, a manteiga extraída da soja e outros. Como os hábitos alimentares são antigos e de fortes raízes, faz-se necessário a criação de novos hábitos e incentivos às famílias a aumentar seu consumo, conhecendo as propriedades do leite imprescindíveis à boa saúde humana, pois as crianças são um dos alvos mais significativos.

Um problema constatado em pesquisa realizada pela FAEG (2008-2009) foi à ausência de contrato de fornecimento de leite entre indústria e produtores, gerando uma incerteza acentuada e um gargalo da não consolidação da cadeia produtiva do leite no estado.

#### **A Importância dos Incentivos Fiscais em Goiás para o Setor**

O Governo de Goiás tem concentrado esforços no sentido de atrair investimentos produtivos com o objetivo de expandir, modernizar e diversificar a economia do estado, buscando a geração de novos postos de trabalho e renda, procurando reduzir as desigualdades sociais e regionais, através de incentivos fiscais e de linha de créditos voltados à produção.

Por intermédio do PROLEITE, o governo federal tem disponibilizado anualmente R\$ 200 milhões para financiamento de investimentos aos produtores e cooperativas. A meta do programa é o aumento da capacidade dos laboratórios de análise no controle de qualidade, parceria do Ministério da Agricultura e Universidades, em especial com a Universidade Federal de Goiás (UFG), que firmaram convênio para construção de um laboratório que cumprirá esta meta para a Região Centro-Oeste. (LIMA, 2005)

Com relação às empresas que já utilizaram ou estão utilizando os benefícios dos programas FOMENTAR e PRODUIR indica aqui, as três microrregiões que mais receberam incentivos: a região Sudoeste de Goiás,



Goiânia e Meia Ponte, representadas pelo valor do investimento fixo declarado pelas empresas, e que coincidem com as microrregiões que obtiveram maior faturamento em 2004, sinalizando que os programas foram e são importantes ferramentas para o desenvolvimento regional da produção leiteira. Dos 15 municípios que mais receberam benefícios do FOMENTAR e PRODUIR, 10 estão igualmente classificados entre os que mais faturam com a indústria do leite. (LIMA, 2005)

O total da intenção de investimento fixo declarado pelas empresas destinado ao Sudoeste Goiano está direcionado às maiores regiões produtoras de leite do estado: Piracanjuba (3,5% do total da produção leiteira, com 84 milhões de litros anuais) e Morrinhos que se destaca por ser alvo de 24% do investimento fixo do Programa Fomentar/Produzir. (LIMA, 2005)

Do total de investimentos previstos no estado, 31,4% (R\$ 3,20 bilhões) estão localizados na Região de Planejamento Centro Goiano, com destaque para o município de Anápolis. Outras três regiões que apresentaram concentração na intenção de investimentos foram: Metropolitana (20,1%), Sudoeste Goiano (16,1%) e entorno de Brasília (9,8%). As demais regiões totalizaram 22,6% do montante previsto. (LIMA, 2005)

Representantes da FAEG e do SINDILEITE apuraram que o problema que mais afeta o setor lácteo atualmente é a acirrada guerra fiscal com os estados de Minas Gerais e São Paulo. Os benefícios fiscais oferecidos por estas Unidades da Federação têm assegurado vantagens competitivas às suas indústrias, tanto na aquisição de matéria prima quanto na comercialização do produto final, principalmente do Leite Longa Vida e do queijo, causando uma crise na cadeia do leite em Goiás. Outros problemas apontados: grande volume de leite comercializado informalmente; concentração em um número reduzido de grandes redes compradoras do leite *in natura*; malha rodoviária precária que onera os custos com transportes; pequena produção ou baixa qualidade de produtos com maior valor agregado. Existe um volume expressivo de leite que entra no mercado sem a inspeção do SIF, e

precisa ser corrigido com urgência, atingindo aproximadamente 39% do total. (LIMA, 2005)

Com base nesse estudo da FAEG e do SINDILEITE, cabe aos produtores e empresários a tarefa de buscar alternativas viáveis para a continuidade de seus negócios, utilizando mecanismos que podem abranger tanto a redução de custos e margens de lucros, como o aumento da produtividade, através de ganhos de eficiência. Ao governo cabe dar respostas rápidas e eficazes no combate à informalidade a aos desequilíbrios cíclicos que podem ser naturais ou provocadas. (LIMA, 2005)

A reivindicação dos empresários, na questão tributária, é a ampliação do crédito outorgado nas saídas interestaduais para 7% e a redução da base de cálculo nas operações internas, ficando estabelecido o teto máximo de 5%, esse pedido está sendo analisado por técnicos da Secretaria da Fazenda.

Portanto, há a necessidade da maior interação e integração entre o Governo e a iniciativa privada, para a promoção de um pacto em prol do crescimento econômico e do desenvolvimento geral do estado, a começar pela tradicional e promissora cadeia produtiva do leite.

### **Pontos Favoráveis e Desfavoráveis à Produção de Leite e Propostas de Ações**

Segundo Neves *et al* (2006, p.128), com uma produção de 21,5 bilhões de litros de leite em 2003, o Brasil vem conquistando espaço no mercado lácteo. As exportações já atendem cerca de 30 países, entre eles os Estados Unidos e o Chile, altamente rigorosos no controle de qualidade [...], o que demonstra a melhoria na qualidade do leite nacional e o dinamismo do setor.

Os mesmos autores destacam numa análise em nível nacional e no estado de Goiás considerando alguns pontos considerados fortes e fracos. Além disso, analisaram-se também as oportunidades e ameaças e propostas de ações estratégicas capazes de aumentar a competitividade do setor leiteiro. Foram considerados os pontos fortes do setor leiteiro:

- Facilidade de aproveitar a propriedade rural para diferentes atividades: aumentando a rentabilidade da atividade;

- Baixo custo de produção: clima favorável, disponibilidade de terras a preços competitivos, de insumos a baixo custo e rebanho geneticamente adaptado;
- Diversidade de sistemas produtivos eficientes: pecuária extensiva, confinamento, criação a pasto/ração;
- Concorrência e idoneidade dos compradores de leite;
- Forte parque industrial de alimentos distribuídos pelo Brasil, aliado à facilidade de ingresso na atividade industrial;
- Grande mercado consumidor interno;
- Facilidade de obtenção de informação e tecnologia pela presença de grupos de pesquisa: Embrapa, Gado de Leite, Itai, Esalq, IEA, IAC, Cati, Pensa. (NEVES *et al* 2006, p.128)

Os pontos fracos do setor, levantados na pesquisa foram os seguintes:

- Atividade leiteira pulverizada pelo País: dificulta coordenação entre os agentes e aumenta dependência do laticínio;
- Falta de experiência e contato com mercado internacional: inibe tentativa de exportação;
- Imagem negativa do setor: desvio de atenção da iniciativa privada e do governo para outras cadeias agroindustriais;
- Falta de investimento em genética bovina e controle e prevenção de doenças;
- Falta de diferenciação do leite por uso (produção de queijos, leite pasteurizado, longa-vida, etc.);
- Forte incentivo à informalidade e fraude;
- Baixa profissionalização do setor produtivo (nível tecnológico, capacitação técnica, conhecimento gerencial e assistência técnica);
- Oscilação do preço ao longo do ano e no decorrer do território brasileiro;
- Escassez de crédito e juros elevados para as linhas de financiamento existentes;
- Infraestrutura básica precária: péssimas condições das rodovias, a falta de energia e de água;
- Forte regulamentação protecionista dos países importadores: subsídios, barreiras tarifárias e sanitárias. (NEVES *et al* 2006, p.128)

Algumas características importantes podem ser observadas no estado de Goiás, como a elevada produtividade, aspectos físicos favoráveis, grande mercado consumidor, integridade no comércio. Entretanto, alguns pontos negativos elencados revelam alguns gargalos dos setores, como: o despreparo de profissionais da área, o melhor investimento no setor, a falta de pesquisa no melhoramento no rebanho além da escassez e disponibilidade de créditos para investimento e incentivos fiscais para o aumento e melhora na produção.

De nada vale tal levantamento de ações para o setor leiteiro no Brasil se ele não for colocado em prática pelos agentes responsáveis. Um mecanismo viável para rápida implementação da técnica de mudança é a realização de um planejamento estratégico para o setor, com mapeamento da cadeia produtiva do leite. Além disso, seria necessário um acompanhamento externo do processo para monitoramento da evolução da cadeia e ajuste fino no rumo tomado. (NEVES *et al*, 2006)

A produção de leite em Goiás até três décadas atrás, era uma atividade realizada dentro das fazendas familiares, e as mudanças no setor permitiram a valorização desse produto e a potencialidade comercial e financeira do leite e seus derivados. Entretanto, tais mudanças não foram acompanhadas com a formação profissional deste setor, por isso, os pontos desta pesquisa apontados como fraco, estão mais relacionados à falta de conhecimento e investimento neste segmento de produção. Já sobre os aspectos positivos, nosso estado possui condições favoráveis à expansão dessa atividade, o que falta é qualificar esse ramo de atividade e ter um maior investimento nos ramos de produção primária, industrial e no marketing desse produto no mercado.

### **Novas Perspectivas para o Setor**

Existe uma preocupação na comunidade científica sobre a sustentabilidade dos sistemas de produção, pois a atividade leiteira regional tem evoluído de um modelo tradicional de produção para outro mais competitivo, exigindo das instituições de pesquisa e desenvolvimento e agências de fomento e de assistência técnica e extensão rural, soluções mais ágeis para se obter aumentos da produção e custos decrescentes e em bases sustentáveis. As maiores indústrias no estado de Goiás são: Nestlé, Itambé, Leitbom, Marajoara, Itaiac, Compleite e Piracanjuba. Segundo dados da empresa Nestlé, que é a maior consumidora de leite no Brasil, o país tem condições para se tornar o maior produtor de leite mundial. No ano de 2004 houve um superávit na balança comercial de lácteos em torno de US\$ 8,9 milhões, o que está acarretando atualmente no setor uma onda de novos investimentos em

fábricas de leite em pó e de leite condensado, muitas delas visando à exportação. Ainda com a presença do leite brasileiro no mercado internacional, geraram-se novas perspectivas para o produtor, inclusive a de recuperação da renda, induzindo-o a investir também em novas tecnologias, como melhoramento genético do rebanho e investimento em pastagens, fazendo com que aumente sua produtividade, tornando toda sua cadeia mais competitiva beneficiando a todos da cadeia produtiva, onde o consumidor final terá um alimento seguro, confiável e de qualidade. (ANUALPEC, 2006)

Nas últimas duas décadas, a produção de leite no Brasil cresceu vertiginosamente, atingindo a marca de 27,5 milhões de litros em 2008. A produção atual atende ao consumo e produz excedente para exportação, gerando superávit na balança comercial, ou seja, exporta-se mais do que se importa. A limitação à exportação do leite, como ocorreu em 2005, não se deve mais a uma produção restrita, e sim a fatores como a valorização da moeda nacional frente ao dólar.

Estudos realizados em 2005 no Centro de Estudos Avançados de Economia Aplicada (Esaq/USP/Cepea) projetaram o futuro do mercado do leite. A pesquisa considerou o crescimento da produção e do consumo interno, e concluiu que, em poucos anos, é muito provável que o Brasil tenha um excedente de produção superior a 1 bilhão de litros por ano. Em tal cenário, o aumento da exportação de lácteos se torna obrigatória. E para tanto, melhorar a qualidade da matéria-prima é essencial. (ANUALPEC, 2006)

Outro ponto a ser destacado, está nas cooperativas e laticínios independentes que já começam a pagar de modo diferenciado. Em algumas regiões o leite ainda é pago por volume entregue. Quanto mais o produtor entregar, mais receberá por litro, já que há uma redução nos custos administrativos e de logística do comprador. Mas nas regiões que abrigam as maiores bacias leiteiras, o pagamento por volume vem recebendo um adicional relativo à qualidade.

De acordo com a pesquisa da FAEG entre os produtores, os principais fatores que contribuíram para melhorar a qualidade do leite foram: a orientação técnica, os treinamentos de capacitação dos empregados, o uso de tanques de resfriamento, a eletrificação rural, a melhoria das estradas, o acesso ao crédito rural e o pagamento por qualidade do leite.

Dessa forma, os laticínios ganham com o leite de melhor qualidade. O rendimento industrial é maior, aumentando sua competitividade, e o produto final, que leva sua marca e não a do produtor tem mais qualidade. Os compradores, sobretudo no exterior, exigem mais qualidade. A melhor política para os laticínios é procurar manter os fornecedores que entregam produto que atendam a essas exigências; por isso repassa a estes uma parte de seus ganhos. (ANUALPEC, 2006)

### **Considerações Finais**

Verificou-se que em Goiás, várias potencialidades foram observadas no setor leiteiro que propiciaram o crescimento da bacia leiteira, tais como: as pastagens abundantes, pequena melhoria no rebanho, qualidade do leite, dentre outros. Foi observado que esse setor não pode ser analisado de forma isolada, uma vez que contempla uma cadeia que agrega valor à produção, com forte crescimento na participação do PIB agropecuário.

Notou-se também que já é conhecida a tradição agropecuária do estado de Goiás, em que a indústria do leite representa um setor de expressão na cadeia produtiva, bem como na economia goiana. Entretanto, apesar dessa representatividade, gargalos podem ser observados, como a falta de incentivos fiscais, financiamentos, queda do ICMS, desqualificação do setor, falta de melhoria do rebanho, afetando periodicamente o desempenho desse produto, causando fortes variações na produção e, conseqüentemente, no nível de emprego e renda, baixo índice de assistência técnica ao setor. Essas variações puderam ser evidenciadas nesse estudo, demonstrando que, apesar de crescimento em vários aspectos, o setor vem perdendo competitividade.

Pode ser apontado também, que a proximidade com os estados de Minas Gerais e São Paulo, grandes produtores de matéria-prima e de produtos industrializados e que vêm adotando uma política agressiva de incentivos fiscais, tem se configurado como um dos principais problemas da indústria láctea local. Enquanto prevalecer o impasse no Congresso Nacional sobre a proposta de reforma tributária, torna-se fundamental que o Governo do Estado estude caso a caso as questões, procurando soluções individuais para os problemas que se apresentam, e que promova, em tempo hábil, ajustes à sobrevivência do setor.

Existem propostas quanto à questão tributária, revelando que há a reivindicação dos empresários de ampliação do crédito outorgado nas saídas interestaduais para 7% e a redução da base de cálculo nas operações internas, ficando estabelecido o teto máximo de 5%. Nesse caso, o pedido já está sendo analisado por técnicos da Secretaria da Fazenda, em que se acredita que o órgão estará atento no que pese a importância da tributação interna para a competitividade do setor diante de outros estados.

As novas perspectivas do setor foram relacionadas aos principais fatores que contribuíram para melhorar a qualidade do leite como uma tendência de melhoria na orientação técnica, os treinamentos de capacitação dos empregados, o uso de tanques de resfriamento, a eletrificação rural, a melhoria das estradas, o acesso ao crédito rural e o pagamento por qualidade do leite.

#### Referências

ANCELES, Pedro Einstein Santos dos. *Manual de Tributos da Atividade Rural*. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANUALPEC (2006). *Melhorar a qualidade aumenta a produção*. Goiás, Instituto FNP. Revista Anualpec, p. 198-200, 2006.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE GOIÁS. *Banco de dados da SEPIN - Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação*. Disponível em:

<<http://www.portalsepin.seplan.go.gov.br>>. Acesso em:

ago. e set. 2006.

CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA. Boletim Trimestral. Goiânia, SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento. n. 6, nov. 2005.

EMBRAPA–EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIAS– Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/LeiteSudeste/importancia.html> . Acesso em: 16 ago 2010.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS. Diagnóstico da cadeia produtiva do leite em Goiás, 2009, Goiânia. Disponível em:

[http://www.faeg.com.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=2&Itemid=109](http://www.faeg.com.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2&Itemid=109). Acesso em: 19 ago 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 ago 2010.

LIMA, Wellington Matos de. A indústria do Leite em Goiás. *Conjuntura Econômica Goiana*. Goiânia, SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento. Boletim Trimestral, n. 6, p.16-23, nov. 2005.

NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Décio e NEVES, Evaristo Marzabal. *Agronegócio do Brasil*. Prefácio de Roberto Rodrigues – São Paulo: Saraiva , 2006

RELAÇÃO DE EMPRESAS DO PRODUIR E FOMENTAR: 2005. Goiás: SIC, 2005.

SANTO, Benedito Rosa do Espírito. *Os Caminhos da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Evoluir, 2001.

SINDICATO DOS PRODUTORES DE LEITE EM GOIÁS. *Produção e Comercialização do Leite*: 2004. Goiás: SIDILEITE, 2005.

YAMAGUCHI, Luiz Carlos Takao et tal. *Segmentação de Sistemas de Produção de Leite como Instrumento de Apoio a Decisão e Gestão da Atividade Leiteira*. 2000.

# Acumulação Territorial do Trabalho em Goiás<sup>1</sup>

Marcelo Jose Moreira<sup>2</sup>

Angelo Rafael Nascimento Nunes<sup>3</sup>

Bruna de Oliveira<sup>4</sup>

Eliezer da Silva Freitas<sup>5</sup>

Renato Lopes Santos<sup>6</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é identificar possíveis relações entre a dinâmica do mercado de trabalho goiano, com o movimento recente da divisão internacional do trabalho, sobre a (re)afirmação do subdesenvolvimento brasileiro. Entende-se que a dinâmica do desenvolvimento regional brasileiro recente se apresenta como a emergência de um subdesenvolvimento revestido. Identifica-se uma coerente (e intensa) ação interna com a lógica recente da divisão internacional do trabalho, no que se refere à ocupação territorial pelo Capital, através da concentração de atividades produtivas (e de serviços) em um conjunto limitado de municípios goianos. Foram sistematizados dados da RAIS (MTE)<sup>7</sup>, para análise da dinâmica do mercado de trabalho formal goiano, ao tempo que foram realizados diversos debates sobre os temas: subdesenvolvimento, mundialização do capital, divisão internacional do trabalho e desenvolvimento regional brasileiro.

**Palavras-chave:** Trabalho, Subdesenvolvimento, Goiás

## 1 Elementos que contribuem para a construção de um Território de Acumulação de Trabalho em Goiás

As transformações ocorridas no processo de acumulação de capital, no último quartel do século XX,

sob a denominação de mundialização do capital<sup>8</sup>, intensificaram o movimento de inclusão dos países subdesenvolvidos na divisão internacional do trabalho. A forma como estes países se inseriram neste movimento, demonstra uma ampliação das limitações de superarem suas condições de subdesenvolvimento.

Movimento similar, ao ocorrido na divisão internacional do trabalho, ocorreu no interior da economia brasileira, sobretudo a partir dos anos de 1990, induzido pela política macroeconômica implementada a partir de 1994.

A dinâmica evidenciada na economia brasileira, nos últimos anos, apresenta uma *mobilidade* do capital rumo à sua periferia, o que se traduziu na *acumulação* do trabalho em seu “núcleo”<sup>9</sup>. Tal mobilidade demonstrou mais uma re-concentração das atividades mais dinâmicas no centro, leia-se Sudeste, e a acumulação do trabalho (*“instância específica de conversão produtiva de dinheiro em meios de produção – trabalho materializado – e força de trabalho – trabalho em ação e potencialmente materializável”*). Peliano (1990, p. 91)) desencadeou uma imensa geração de ocupações profissionais vulneráveis, intensificando o número de

<sup>1</sup>O trabalho tem como pontos de partida as pesquisas: “Desenvolvimento e mercado de trabalho: a evolução ocupacional e de rendimentos no mercado de trabalho em Goiás e sua relação com o processo de (des)concentração das atividades produtivas no Brasil entre 1995-2006” e “Evolução do trabalho atípico no Brasil: sinais da tendência à precarização do mundo do trabalho brasileiro”. Ambas desenvolvidas na UnUCSEH/NEPE/UEG. Parte deste artigo encontra-se no que foi aprovado para apresentação no 5th International Forum of World Association for Political Economy/WAPE 2010, na China, sob o título: “Accumulation Territorial Labor in Brazil: limits the possibilities for overcoming the of capitalism in the underdevelopment?”.

**Artigo premiado em primeiro lugar no concurso de artigos do CORECON-GO**

<sup>2</sup>Mestre em Desenvolvimento Econômico/UEG-UnUCSEH/CeTeD/marcelo.moreira@ueg.br

<sup>3</sup>Graduando em Ciências Econômicas/UEG-UnUCSEH/PVIC-UEG/angelo\_mmm@hotmail.com

<sup>4</sup>Graduanda em Ciências Econômicas/UEG-UnUCSEH/PVIC-UEG/brunaoliveira196@hotmail.com

<sup>5</sup>Graduando em Ciências Econômicas/UEG-UnUCSEH/PBIC-UEG/eliconomista@gmail.com

<sup>6</sup>Graduando em Ciências Econômicas/UEG-UnUCSEH/PVIC-UEG/re-nato-06@hotmail.com

<sup>7</sup>Relação Anual de Informações Sociais, um Registro Administrativo organizado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego.

<sup>8</sup>Sobre este assunto ver: CHESNAIS (1996 e 2005), ALVES (1999), FIORI e MEDEIROS (2001)

<sup>9</sup>Esse processo ocorre tal qual na divisão internacional do trabalho: como resultado da “fragmentação” das estruturas produtivas em direção aos sistemas econômicos subdesenvolvidos, ao tempo que concentra as atividades produtivas mais dinâmicas nos países desenvolvidos, pertencentes ao “núcleo” (Arrighi, 1997) do capitalismo mundial. Assim, articulam os processos de industrialização e de desenvolvimento, sem presumir que não são a mesma coisa. E, por assim dizer, replicam (a divisão internacional do trabalho) as transformações impostas pela introdução de novas estratégias de produtividade e de competitividade, ocorridas nas economias desenvolvidas, antecipando a maturação desses movimentos em seu interior. “Fenômenos” esses que vão, entre outros, colaborar para reorientar as discussões em torno de uma “agenda do desenvolvimento territorializado”, segundo BRANDÃO (2006).

trabalhadores inseridos no setor informal e/ou em atividades caracterizadas pelos serviços pessoais.

O desenvolvimento regional recente visto desta forma se apresenta como uma possibilidade de um subdesenvolvimento revestido. Sob uma “nova” roupagem, identificada, sobretudo, pelo processo de “desindustrialização precoce”, discutida por Ricupero (2007) - anunciada pela “construção interrompida”, em Furtado (1992) -, os limites estruturais para a superação do subdesenvolvimento brasileiro são ampliados.

Desta forma, ratificam as seguintes características subjacentes a uma estrutura subdesenvolvida: a) uma intensa heterogeneidade estrutural; b) uma premente dependência externa, formada pelas condições de limitação técnica, econômico-financeira e política; e, c) uma limitação imposta às tomadas de decisões<sup>10</sup>.

No que se refere especificamente à inserção do Centro-Oeste brasileiro, nesta questão, o quadro pode ser interpretado a partir de três elementos: a) a estrutura agrária ali evidenciada, indicando o regime de propriedade da terra; b) o controle do segmento agroindustrial por grupos estrangeiros, indicando a definição de estratégias para inovações tecnológicas, bem como, do sistema de decisões; e, c) a identificação, interna, da dualidade estrutural que, em parte explica a concentração de renda e a existência de uma superpopulação relativa, específica, sobretudo, em um exército de reserva nas formas latente e estagnado<sup>11</sup>.

Os últimos dados do IBGE<sup>12</sup> para Goiás indicam que houve redução do contingente populacional em todas as suas Regiões de Planejamento<sup>8</sup> (RP), quando

comparado ao ano de 2000, de forma que três delas apresentaram o maior número de municípios com redução de população. São elas: o Oeste Goiano, com 62,8% de seus municípios apresentando redução em seu contingente populacional (é nessa RP que se encontra o município que apresentou a maior queda populacional do estado: 24,4%); o Noroeste Goiano, com 61,5% de seus municípios com queda populacional; e, o Norte Goiano, também com 61,5% de seus municípios apresentando queda em seu contingente populacional (tal RP detém a segunda cidade com maior queda populacional do estado: 21,4%). Faz-se interessante ressaltar que os municípios da RP Oeste Goiano que compõe o percentual citado acima, representavam 55,8% do total da população de tal RP em 2000, e 52,3% em 2007.

Articulado a estes elementos tem-se a questão das intenções de investimento. Em julho de 2004, a SEPIN<sup>13</sup>, do governo de Goiás, anunciava que:

No que se refere à atividade Mineral e Beneficiamento, há uma busca por minerais como níquel, ouro, cobre, fosfato e outras substâncias em Goiás. As empresas ligadas a grandes grupos internacionais têm urgência em pesquisar as áreas e beneficiar o minério para atender a grande demanda do mercado mundial, sobretudo a Ásia.

Entende-se que a “urgência” e “a grande demanda do mercado mundial”, significa a crescente participação da China na geração da riqueza mundial, a citação demonstra também o tamanho das condições de dependência da região pela divisão internacional do trabalho, ao tempo que expõe a intensa participação de grupos estrangeiros sobre as decisões internas de investimento.

No período em discussão (julho de 2004, com intenção de investimentos para o período 2004-2007), o setor de atividade econômica Alimentos e Bebidas, contava com 33,8% das intenções de investimento em Goiás;

<sup>10</sup>Em conjunto, tais características representam uma incapacidade dinâmica de se gerar uma “relativa autonomia tecnológica”, que representaria a possibilidade de diversas combinações de fatores de produção visando o aumento da produtividade do trabalho. Em outras palavras, elas representam um limite imposto à autonomia crescente de decisões, que como cita Furtado, é uma implicação do conceito de desenvolvimento. Sobre tais aspectos ver Furtado (1961)

<sup>11</sup>Aqui o “conflito” se estabelece: as relações entre questões políticas, econômicas, culturais e a natureza, se confrontam para, juntas, organizarem o espaço e configurarem o território. Tal questão, proposta por Milton Santos, deve, sobretudo no momento histórico atual, levar em conta as “metamorfoses do dinheiro e do território”. (SANTOS, 2007)

<sup>12</sup>Contagem Populacional 2007.

<sup>13</sup>Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Órgão vinculado à Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás.

seguido da atividade Mineração e Beneficiamento, com 25,2% das intenções.

Em maio de 2005, nova pesquisa de intenção de investimentos para o período 2005-2008, confirmava a participação significativa dos dois setores citados,

totalizando 57,1% das intenções de investimentos e 31,3% dos projetos anunciados. No ano seguinte, o movimento permanece tendo os dois setores representando 62,7% das intenções de investimento, para o período 2006-2009.

**Tabela 1 - Intenção de Investimentos para Goiás – Participação de Investimentos por Atividades - em %**

Atividades	2005-2008	2006-2009	2007-2010	2009-2012
Alcool/Açúcar	0	0	33	62,58
Alimentos e Bebidas	34,9	48,2	18,9	6,09
Atividade Mineral e Beneficiamento	22,1	14,5	20,8	13,57
Biodiesel	0	0	2,6	1,64
Transporte e logística	-	-	-	5,74
Calçados/Têxtil/Construções	1,7	1,3	0,8	-
Geração de Energia	-	-	-	1,30
Comércio Atacadista e Varejista	3,3	2,7	2,6	1,87
Higiene, Beleza e Limpeza	0	0,7	0,5	0,91
Hotelaria	0	1,7	2,9	
Insumos Agropecuários	1,6	1,1	0,8	0,10
Metal-Mecânico	9,8	11,4	6,3	2,01
Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	0,9	0,4	0,3	0,03
Plásticos/Embalagens	4,4	4,1	2,4	0,50
Químico/Farmacêutico	6,6	5,2	3,5	0,67
Serviços	3,4	1,6	1,3	0,56
Outras Atividades Industriais	11,2	7,1	3,1	2,43

Fonte: SEPLAN/SEPIN

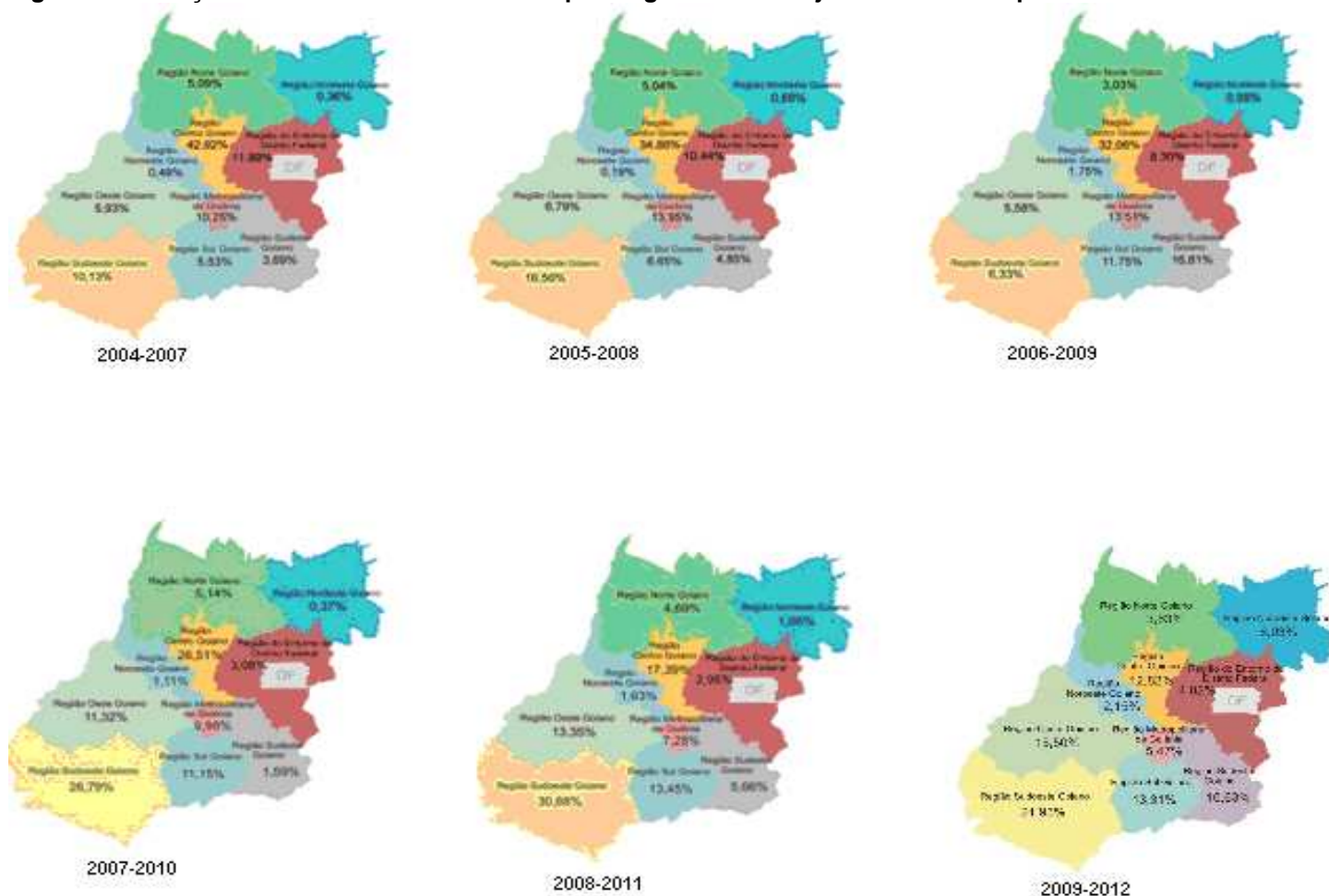
O documento de março de 2007, para a mesma pesquisa, cita que 62,58% das intenções de investimentos para o período 2009-2012, correspondem ao segmento Alcool/Açúcar; mantendo as duas atividades citadas em sintonia com o movimento das análises anteriores. As três atividades totalizam 72,7% das intenções de investimentos. A introdução do segmento Alcool/Açúcar é justificada da seguinte forma:

O grande volume de investimentos previstos na atividade de Alcool/Açúcar deve-se ao aumento do uso de automóvel bi-combustível e pela nova tendência mundial de utilizar o etanol como fonte de energia renovável (...). (SEPIN, 2007)

A re-orientação das intenções de investimentos redireciona as ocupações do espaço regional goiano: em 2004, 42,9% (R\$ 3,01 bilhões) estavam direcionados para o Centro Goiano (Eixo BR-153 com 31 municípios, entre eles Anápolis e Goianésia). Em 2009, ocorre uma dispersão no volume de investimentos intencionados: 12,82% para o Centro Goiano; 21,93% direcionados para o Sudoeste Goiano (com 26 municípios, entre eles Jataí, Montividiu, Rio Verde e São Simão); e 13,31% para o Sul Goiano (com 26 municípios, entre eles Itumbiara), ambos próximos à área de abrangência da cana de açúcar, e seus

desdobramentos, pelos estados de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

**Figura 1 – Intenções de Investimento em Goiás por Regiões de Planejamento – vários períodos - em %**



Fonte: SEPLAN/SEPIN

Elaboração: Núcleo de Estudos e Pesquisas Econômicas/NEPE-CSEH/UEG, a partir dos Boletins da SEPLAN/SEPIN

Observação: As diferenças nos valores se devem a não definição do investimento até a publicação dos dados de cada pesquisa.

Entretanto, no geral, a re-orientação das intenções de investimentos não muda o sentido do movimento, qual seja, o de contínua orientação pela dinâmica do mercado global. Nesse sentido, a agroindústria é o elemento-chave para garantir o sentido do movimento para o desenvolvimento centro-oestino, em especial, o goiano.

E esse elemento-chave impulsiona o processo dependência externa, limitando a capacidade de investimentos em setores mais dinâmicos, ainda que dentro da lógica do agronegócio. Em junho de 2007, o agronegócio respondeu por 77,13% do total das exportações goianas, tendo a soja representado 41,65% desse total, o complexo da carne, 24,10%, e o sulfato de minério de cobre com 11,88%. O destino das exportações apresenta como primeiro comprador China,

seguida de Holanda e Índia, representando, os três, cerca de 46% do total exportado. China não aparecia na lista dos principais compradores até dezembro de 2006 e o agronegócio representava 85,97% das exportações neste período.

Essa configuração está de acordo com o movimento, em parte, condicionado por uma política de governo e explícita articulação com o cenário internacional. Estudo do BNDES (2006) aponta para uma trajetória de crescimento de investimentos em setores que “respondem a ondas de expansão e deslocamento da economia internacional”. A pesquisa realizada pelo Banco acena para um aumento da produção que deverá voltar-se para a exportação e evidencia uma concentração elevada de investimentos nos setores relacionados às atividades extrativas e segmentos de



insumos básicos. Para o período 2007-2010, o BNDES indica um intenso volume de investimentos nos setores relacionados ao petróleo, gás e mineração (62,3%). Os setores relacionados a Papel e Celulose, Siderurgia e Petroquímica, representam 19,3% dos investimentos.

**Tabela 2 - Investimentos para o Brasil – Participação de Investimentos por Setores na Indústria – em %**

Setores	2007-2010
Petróleo e Gás	48,4
Extrativa Mineral	13,9
Siderúrgico	9,8
Papel e Celulose	5,3
Petroquímico	4,6
Automotivo	7,5
Eletroeletrônico	4,1
Fármacos	1,2
Sucroalcooleiro	5,3

Fonte: BNDES (2006)

Assim, não é difícil entender a participação dos países que compõem os BRIC's, na lista dos principais compradores do Centro-Oeste, em especial Goiás; tampouco a primeira colocação da China no grupo dos países que compõem o destino das exportações deste estado.

Ora, as condições que delineiam a limitação de superação da condição de subdesenvolvimento, não só estão postas como são reafirmadas através do cenário traçado pelas informações acima. Desta maneira, as características do subdesenvolvimento permanecem e se afirmam, incitando o espaço econômico nacional a se configurar em espaços regionais (algo como sub-nacionais) que buscam, incansavelmente, uma fatia na divisão internacional do trabalho (tal como Arrighi (1997) discute sobre a questão entre países), de forma autônoma, passiva e subordinada, intensificando um processo de precarização socioespacial<sup>14</sup>.

## 2 O Território de Acumulação de Trabalho em Goiás: características e funcionalidade

Nos parágrafos anteriores indicou-se a ocorrência de perda de contingente populacional em boa parte do

estado de Goiás, bem como, a existência de concentração populacional em número reduzido de cidades, para o Centro-Oeste. Daí que, vale registrar, cerca de 52% da população goiana (IBGE, 2008) encontram-se em doze, dos duzentos e quarenta e seis municípios do Estado (4,9% do total dos municípios). Esses doze municípios detêm segundo dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), para o ano de 2008, 71% das ocupações profissionais geradas no estado e 59% da produção da riqueza do estado (SEPLAN/SEPIN, 2009).

**Tabela 3 - Goiás: os doze municípios que concentram postos de trabalho**

Municípios	2000	2008	Var. 2008/2000
Goiânia	325.547	486.279	49,37
Aparecida de Goiânia	40.431	85.668	111,89
Anápolis	40.123	70.145	74,82
Rio Verde	17.905	45.005	151,35
Itumbiara	12.483	20.027	60,43
Catalão	8.410	19.707	134,33
Luziânia	11.128	19.702	77,05
Jataí	10.514	15.056	43,2
Caldas Novas	6.733	13.630	102,44
Mineiros	4.112	10.948	166,25
Formosa	4.588	10.646	132,04
Trindade	6.280	9.889	57,47
Total de postos de trabalho	488.254	806.702	65,22
Total de postos de trabalho em Goiás	663.902	1.135.046	70,97
% em relação ao total de Goiás	73,5	71,1	-

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: Centro de Estudo sobre Trabalho, Território e Desenvolvimento/CeTTeD- CSEH/UEG

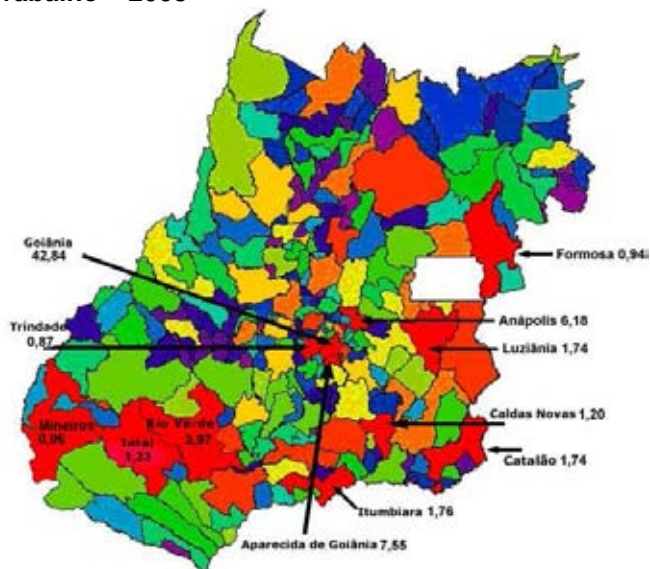
Esse processo resulta, por sua vez, de uma espacialização desequilibrada (porém funcional) das atividades produtivas no estado. É a esta espacialização desequilibrada, mas homogeneizadora de relações de produção (do ponto de vista geral da acumulação do capital) que se deve a formação de um Território de Acumulação de Trabalho.

O Território de Acumulação de Trabalho se faz representado da seguinte forma: 03 municípios da Região Sudoeste (Jataí, Rio Verde e Mineiros), integrados por um município intermediário (Quirinópolis,

<sup>14</sup> "Na sociedade contemporânea, com toda a sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de 'exclusão', ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização." (HAESBAERT, 2007).

não apontado); 02 da Região Sul (Caldas Novas e Itumbiara), interligados por Goiatuba e Morrinhos (não considerados na análise); 01 da Região Sudeste (Catalão); 02 da Região do Entorno do Distrito Federal (Formosa e Luziânia); 01 da Região Centro – Eixo BR-153 (Anápolis); e, 03 da Região Metropolitana de Goiânia (Aparecida de Goiânia, Goiânia e Trindade).

**Figura 2: Goiás e o Território de Acumulação de Trabalho – 2008**



Fonte: RAIS-MTE  
Elaboração: Centro de Estudo sobre Trabalho, Território e Desenvolvimento/CeTTeD-CSEH/UEG

O estado de Goiás teve aumento de aproximadamente 71% no número de postos de trabalho, no período analisado. Esse aumento foi dinamizado pelos setores Indústria e Comércio (que se mantiveram com a participação), além do setor de Serviços, que apesar da queda na geração de postos de trabalho, se manteve (junto ao setor público) como grande atrativo de força de trabalho no estado.

Em se tratando dos municípios pertencentes ao Território de Acumulação de Trabalho, em 2000, o setor de Serviços concentrava 33,48% do total dos postos de trabalhos ali gerados. Em 2008, houve uma queda para este setor de atividade econômica, sendo que os setores Comércio e Construção Civil deram sinais de maior aquecimento.

O fato de a Indústria ter participado na geração de empregos, ainda que de forma tímida, corrobora em

**Tabela 4 - Goiás: participação dos setores de atividade econômica no total dos postos de trabalho no Território de Acumulação de Trabalho (em%)**

Setores de Atividade	2000	2008
Administração Pública	24,16	25,17
Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca	2,24	2,37
Comércio	18,74	19,93
Construção Civil	5,63	6,10
Extrativa Mineral	0,23	0,16
Indústria	14,84	14,68
Serviços	33,48	30,66

Fonte: RAIS-MTE  
Elaboração: Centro de Estudo sobre Trabalho, Território e Desenvolvimento/CeTTeD- CSEH/UEG

parte com o que foi apresentado sobre as intenções de investimentos para o estado. Ou seja, de que as atividades voltadas para a produção de álcool/açúcar e alimentos e bebidas, seriam umas das principais multiplicadoras de emprego para Goiás. Tais atividades responderam por aproximadamente 47,8% do total de postos de trabalho gerados no setor industrial, como mostra a tabela abaixo (e por pouco mais da metade do percentual de participação do setor no total dos empregos do estado: 7,8%).

**Tabela 5 – Goiás: Participação dos subsetores de atividade econômica no setor industrial**

Subsetores de Atividade Econômica da Indústria	2008	Participação no Total do Setor (%)	Participação no Total de Goiás (%)
Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos	10.480	5,67	0,92
Indústria Metalúrgica	10.664	5,76	0,94
Indústria Mecânica	4.059	2,19	0,36
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	759	0,41	0,07
Indústria do Material de Transportes	4.138	2,24	0,36
Indústria da Madeira e do Mobiliário	6.578	3,56	0,58
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	7.308	3,95	0,64
Indústria da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares e Ind. Diversas	5.638	3,05	0,50
Indústria Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria...	21.373	11,55	1,88
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	23.979	12,96	2,11
Indústria de Calçados	1.663	0,90	0,15
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etilico	88.352	47,76	7,78
Total do Setor Industrial	184.991	100,00	16,30
Total de Goiás	1.135.046	-	100,00

Fonte: RAIS-MTE  
Elaboração: Centro de Estudo sobre Trabalho, Território e Desenvolvimento/CeTTeD- CSEH/UEG

A par destes elementos, observa-se que aproximadamente 69% dos postos de trabalho gerados

no Território de Acumulação de Trabalho, em 2008, estão relacionados às seguintes ocupações:

**Tabela 6 - Goiás: participação das ocupações no total dos postos de trabalho no Território de Acumulação de Trabalho (TAT) - 2008**

Subgrupo Ocupacional	Total	Participação no Total do TAT (%)
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos.	173.515	21,51
Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifícios e logradouros.	78.376	9,72
Vendedores e demonstradores	73.814	9,15
Professores de nível superior na educação infantil e no ensino fundamental	30.270	3,75
Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança	36.710	4,55
Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação	47.538	5,89
Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação	37.267	4,62
Trabalhadores de informações ao público	30.919	3,83
Membros superiores do poder legislativo, executivo e judiciário.	27.866	3,45
Embaladores e alimentadores de produção	23.139	2,87
Total	559.414	69,35

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: Centro de Estudo sobre Trabalho, Território e Desenvolvimento/CeTTeD- CSEH/UEG

Observa-se que houve uma concentração significativa ao considerar dois anos de análise (2006 e 2008) nas ocupações geradas nos doze municípios em discussão (aumento de 49%).

**Tabela 7 - Goiás: participação das ocupações no total dos postos de trabalho no Território de Acumulação de Trabalho (TAT) - 2006**

Subgrupo Ocupacional	Total	Participação no Total do TAT (%)
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos.	113.387	16,2
Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifícios e logradouros.	50.666	7,2
Vendedores e demonstradores	44.237	6,3
Professores de nível superior na educação infantil e no ensino fundamental	34.389	4,9
Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança	26.970	3,8
Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação	25.549	3,6
Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação	23.168	3,3
Trabalhadores de informações ao público	22.841	3,2
Membros superiores do poder legislativo, executivo e judiciário.	21.268	3,0
Embaladores e alimentadores de produção	13.627	1,9
Total	376.102	53,6

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: Centro de Estudo sobre Trabalho, Território e Desenvolvimento/CeTTeD- CSEH/UEG

O subgrupo ocupacional “Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos” continua sendo o que mais “gera” postos de trabalho. A tabela 7 mostra a distribuição dos postos de trabalho em relação às ocupações geradas para o ano de 2006.

Assim, mesmo com a Indústria apresentando sinais de dinamismo, as ocupações geradas na região em questão tende a revelar uma dinâmica de geração de empregos voltados para ações operacionais de baixo teor técnico-científico, corroborando com o processo de *desindustrialização precoce* citado na seção anterior, imputando ao estado de Goiás uma dinâmica de geração de empregos de força de trabalho voltados para os setores que “compensam” a atividade industrial. Este movimento parece indicar uma incapacidade dinâmica do estado de Goiás, em particular no eixo de concentração de trabalho, de superar sua condição de “atraso” técnico-científico em relação ao centro dinâmico do país, leia-se o Sudeste. Não obstante, tal situação em que se encontra o mundo do trabalho goiano, não difere do cenário atual evidenciado, também, no centro dinâmico do país, quando relacionada à geração de ocupações voltadas para o setor de Serviços e seus subsetores de atividade<sup>15</sup>.

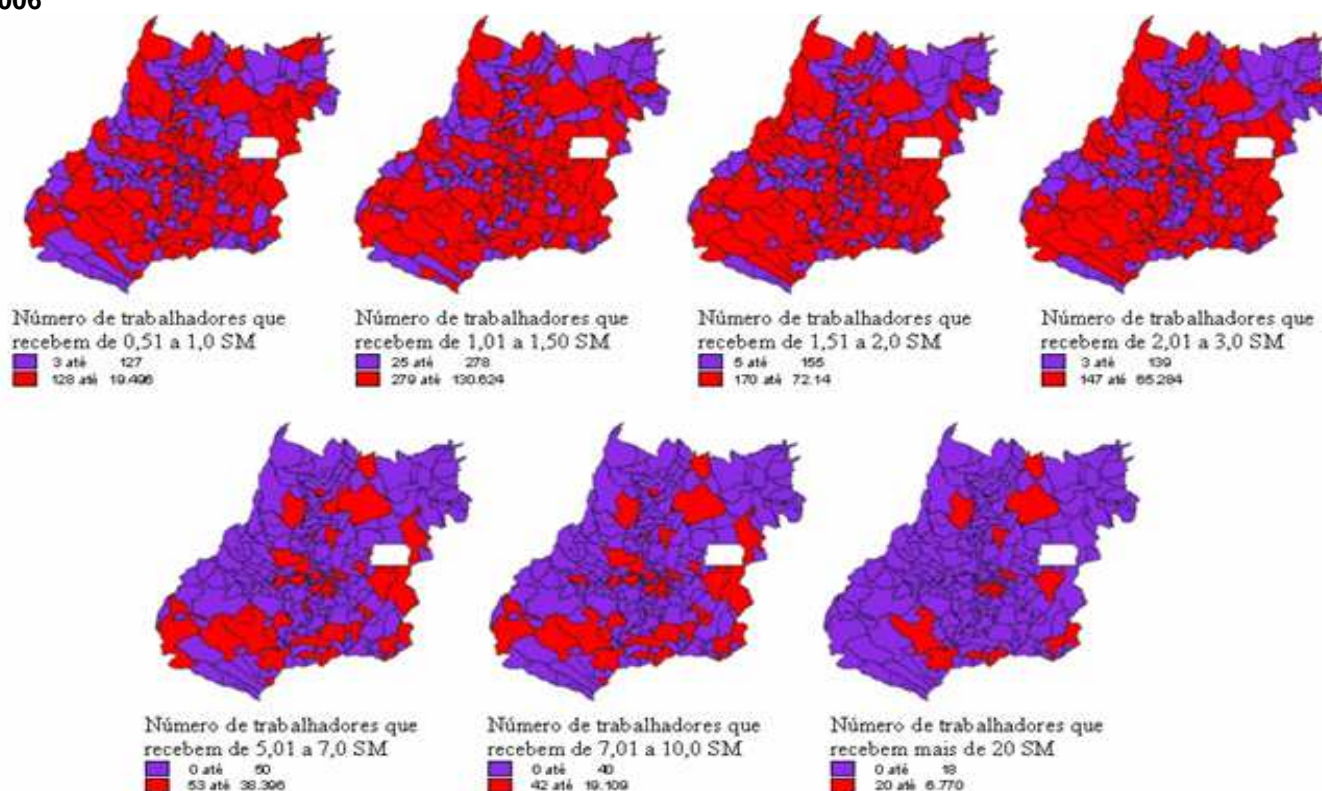
No que se refere aos rendimentos do trabalho (rendimentos médios), em 2006, Goiás possuía cerca de 70% de seus empregados formais recebendo de 1 a 3 Salários Mínimos (SM). Sendo que 34,4% recebiam entre 1 a 1,5 SM. Em 2000, 62,8% recebiam de 1 a 3 SM em Goiás.

Tal situação demonstra uma intensa (e imensa) “mancha” de baixos rendimentos em todo o Estado, apresentando uma relação de crescimento econômico com base em geração de empregos com baixos salários.

Como se apresenta o cenário descrito pela tabela 10, em seguida.

<sup>15</sup>Sobre esta discussão, ver POCHMANN (2001)

**Figura 3: Goiás – emprego formal segundo faixa de remuneração média selecionada (em salários mínimos - SM) - 2006**



Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: Centro de Estudo sobre Trabalho, Território e Desenvolvimento/CeTTeD-CSEH/UEG

**Tabela 8 - Goiás: total dos postos de trabalho no Território de Acumulação de Trabalho segundo rendimentos médios (em Salários Mínimos)**

Faixa de Rendimentos Médios	2000	Participação no Total do Território de Acumulação de Trabalho (%)	2008	Participação no Total do Território de Acumulação de Trabalho (%)
Até 0,5	1.540	0,04	6.691	0,83
De 0,51 a 1,00	17.137	2,2	45.916	5,69
De 1,01 a 1,50	114.162	22,3	273.947	33,96
De 1,51 a 2,00	81.472	13,5	143.197	17,75
De 2,01 a 3,00	96.768	18,5	125.083	15,51
De 3,01 a 4,00	49.491	11,6	59.777	7,41
De 4,01 a 5,00	33.890	7,1	38.371	4,76
De 5,01 a 7,00	36.608	7,6	48.328	5,99
De 7,01 a 10,00	22.855	6,3	30.850	3,82
De 10,01 a 15,00	15.598	4,5	13.714	1,7
De 15,01 a 20,00	6.433	1,9	5.577	0,69
+ de 20,00	10.706	3,5	7.834	0,97
Ignorado	1.594	0,8	7.417	0,92
Total	488.254	100	806.702	100

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: Centro de Estudo sobre Trabalho, Território e Desenvolvimento/CeTTeD-CSEH/UEG

No Território de Acumulação de Trabalho, 67% dos trabalhadores formais recebiam, em 2008, entre 1,01 e 3,00 salários mínimos. Houve um aumento de trabalhadores na faixa de rendimento de 1,01 a 2,00 salários mínimos, em cerca de 113%, quando comparado ao ano de 2000. Em outras palavras: se em 2000, 35,8% dos trabalhadores formais do Território de Acumulação de Trabalho recebiam entre 1,01 a 2,00 salários mínimos; em 2008, 51,7% dos trabalhadores estão concentrados nesta faixa de rendimentos.

O aumento no número dos empregos formais gerados no estado de Goiás, verificado no período analisado, reflete o crescimento de ocupações no mercado de trabalho secundário (com baixo dinamismo tecnológico, sobretudo as relacionadas aos setores de serviços e comércio) e com baixos rendimentos. O estado, por inteiro, se caracteriza por possuir tais ocupações como as que mais absorvem trabalhadores. Essa característica somada ao excedente de força de trabalho que se vislumbra nos municípios que compõem

o Território de Acumulação de Trabalho tende a tornar o estado de Goiás um ambiente favorável à exploração do trabalho, à concentração de renda e à limitação ao processo de desenvolvimento socioeconômico.

### **Considerações Finais**

Os elementos deste re-arranjo político-sócio-econômico-territorial, citados anteriormente, possibilitam ao estado de Goiás, uma inserção profunda, e subordinada, na lógica dos deslocamentos da economia internacional. Assim, do ponto de vista do sistema internacional, o periférico é centro. Ou seja, as condições de “comando” partem da periferia do sistema econômico nacional. Pois, neste caso, é esta periferia-centro que canaliza a inserção passiva do todo fragmentado da periferia ao centro.

Sob estas condições, como cita Celso Furtado, o crescimento que daí surge não é capaz de gerar desenvolvimento. Mas uma forma desconfigurada, uma anomalia do processo de desenvolvimento, uma estrutura subdesenvolvida.

Nestes termos, o estado de Goiás apresenta um cenário intensamente ofensivo aos seus trabalhadores, à sua população. A emergência de um Território de acumulação de Trabalho reflete a necessidade de uma intensa intervenção pública, no que se diz respeito às intenções e aos direcionamentos dos investimentos produtivos no estado. O excedente de trabalho que se cria, por um lado, pelas migrações internas e, por outro, pela concentração de atividades produtivas em número limitado de municípios, intensifica o aparecimento de condições/relações de trabalho precárias, evidenciadas pelo nível de rendimentos e pelas ocupações em que seus trabalhadores estão inseridos.

No limite, é possível crescer economicamente aprofundando os determinantes da segregação sócio-espacial e acirrando o recrudescimento das precárias condições de vida da classe trabalhadora. Não se sabe ao certo em que momento histórico os resultados desta lógica condicionará uma transformação sócio-política neste ambiente.

O que se pode vislumbrar, é que os limites estruturais que aí se (re)configuram, tornar-se-ão cada vez mais intensos, dinâmicos e complexos; de tal forma que a superação da formação histórica em que o Brasil se estabelece, o subdesenvolvimento, terá ampliado seu horizonte de permanência, firmando a inevitabilidade da expansão capitalista através da exploração e espoliação das classes trabalhadoras no mundo do trabalho brasileiro.

### **Referências Bibliográficas**

ALVES, G. Trabalho e mundialização do capital. São Paulo: Práxis, 1999.

ARRIGHI, G. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

BNDES. Por que os investimentos na indústria vão crescer. In: Visão do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: BNDES, nº 19, novembro de 2006.

BRANDÃO, C.A. “Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado”. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul/dez, 2004.

CHESNAIS, F.. A mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. A finança mundializada. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

FIORI, J.L. e MEDEIROS, C. (org.). Polarização mundial e crescimento. Petrópolis: Vozes, 2001

FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HAESBAERT, R. “Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão”. In: *CASTRO, I. et al. (orgs.) Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, R. "Concepções de território para entender a desterritorialização". In: SANTOS, M. et. al. (orgs.) *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

OLIVEIRA, F. de. *Empregos globais, desemprego nacional: os empregos do ornitorrinco*. Mimeo, 2004.

PELIANO, J.C. *Acumulação de trabalho e mobilidade do capital*. Brasília: Editora da UnB, 1990.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

REICH, R. B. *O Trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo do século 21*. São Paulo: Educator, 1994.

RICUPERO, R. *Desindustrialização precoce: futuro ou*

*presente do Brasil?* Mimeo. 2007.

SANTOS, M. "O dinheiro e o território". In: SANTOS, M. et. al. (orgs.) *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SEPIN. *Exportações goianas crescem 35% no primeiro semestre de 2007*. [www.seplan.go.gov.br/sepin/print.asp?cd\\_release=137](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/print.asp?cd_release=137). Acessado em 17/07/2007

SEPIN. *Pesquisa de intenção de investimentos – Julho de 2004*. [www.seplan.go.gov.br/sepin.print.asp?cd\\_release=80](http://www.seplan.go.gov.br/sepin.print.asp?cd_release=80). Acessado em 17/07/2007

SEPIN. *Pesquisa de intenção de investimentos – Investimentos nos setores industrial e de serviços alcançarão R\$ 20,7 bilhões até 2010 - Março de 2007*. [www.seplan.go.gov.br/sepin.print.asp?cd\\_release=89](http://www.seplan.go.gov.br/sepin.print.asp?cd_release=89). Acessado em 17/07/2007.

## Normas para publicação de artigos

O Boletim Conjuntura Econômica Goiana, editado pela Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação, da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), aceita colaborações, em português, sob a forma de artigos versando sobre aspectos econômicos e sociais de Goiás.

Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 15 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, e-mail e telefone;
- Arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à SEPIN, ou cópia magnética enviada para o e-mail: [conjunturagoiana@seplan.go.gov.br](mailto:conjunturagoiana@seplan.go.gov.br);
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Seplan-GO.



**Sepin**  
Superintendência de Estatística,  
Pesquisa e Informação





**GOVERNO DO  
ESTADO DE GOIÁS**

Desenvolvimento com Responsabilidade